



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

LEYLA ELY

AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EM CARTAS PESSOAIS DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE BASEADA NO USO

CHAPECÓ, 2019

LEYLA ELY

**AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EM CARTAS PESSOAIS DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE BASEADA NO USO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cláudia Andrea Rost Snichelotto.

CHAPECÓ

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Ely, Leyla

AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EM CARTAS PESSOAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE BASEADA NO USO / Leyla Ely. -- 2019.

135 f.

Orientadora: Doutora Cláudia Andrea Rost Snichelotto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos-PPGEL, Chapecó, SC , 2019.

1. Construções Condicionais. I. Snichelotto, Cláudia Andrea Rost, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

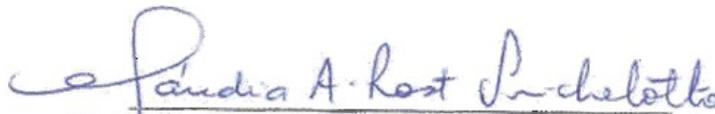
LEYLAELY

AS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS EM CARTAS PESSOAIS DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE BASEADA NO USO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos defendido em banca examinadora em 09/08/2019.

Aprovado em: 09/08/2019

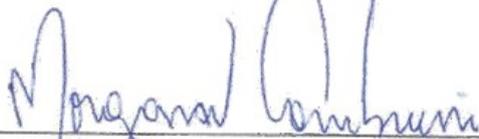
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Cláudia Andrea Rost Snichelotto – UFFS
Presidente da banca/orientadora



Prof.ª. Dra. Maria Maura da Conceição Cezarió – UFRJ
Membro titular externo



Prof.ª. Dra. Morgana Fabíola Cambrussi – UFFS
Membro titular interno

Chapecó/SC, agosto de 2019.

RESUMO

Esta dissertação investigou, numa perspectiva construcional, construções condicionais em uma amostra sincrônica do português brasileiro escrito. As construções condicionais são formadas por duas proposições (prótase e apódose) que mantêm uma interdependência e uma relação não-encaixada entre si. Nessa relação, fatores formais e funcionais atuam para que o significado condicional seja estabelecido. Assim, verificamos quais as motivações linguísticas (formais-funcionais) e contextuais que atuam no uso das microconstruções condicionais da amostra. Também, buscamos identificar e esquematizar os padrões de uso condicional recorrentes na amostra, bem como correlacionar a modalidade das construções com a expressão temporal das proposições. Num nível mais discursivo, propomos entender a correspondência entre forma sintática e contexto de uso, isto é, sua relação com a situação comunicativa na qual as construções condicionais estão inseridas. A pesquisa seguiu os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) apoiada pelo modelo da Gramática de Construções (GC). A LFCU amplia o escopo de análise, uma vez que abrange a dimensão contextual na descrição do fenômeno. Caracteriza a construção como um pareamento simbólico entre forma e significado, sendo ele dependente do contexto linguístico e discursivo. Em termos metodológicos, esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois descreve os dados segundo as motivações implicadas no uso das construções condicionais, entretanto, não descartamos a mensuração da frequência de uso das proposições. A amostra utilizada foi constituída por 24 (vinte e quatro) cartas pessoais escritas em um contexto específico, nomeado aqui de *cartas de 'adeus'*. A amostra de cartas pertence ao projeto “Variação e Mudança do Português no Oeste Catarinense” (VMPOSC), as quais foram coletadas no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM). Como resultado da pesquisa, verificou-se um *continuum* entre forma e significado constituintes das construções condicionais da amostra. Nesse sentido, a motivação para o uso das construções condicionais não é apenas sintática, mas também semântico-pragmática. As construções analisadas se situam no processo de mudança construcional de língua, uma vez que as diferenças encontradas condizem à forma, sendo o sentido (função semântico-pragmática) das construções mantido, isto é, o de propor uma condição, seja para reforçar o ponto de vista do interlocutor, seja como uma suposta previsão por parte do falante, ou para expressar as atitudes de probabilidade, incerteza ou desejo. Assim, as construções condicionais da amostra se ligam por *links* já existentes na rede construcional, e, portanto, não acarretam novos nós linguísticos.

Palavras-chave: Construções condicionais. Português escrito. Linguística Funcional Centrada no Uso. Gramática de Construções.

ABSTRACT

The present dissertation investigated, through a constructional approach, conditional constructions in a synchronic sample of written Brazilian Portuguese. Conditional constructs are formed by two propositions (protasis and apodosis) that maintain an interdependence and an unfit relationship between them. In this relation, formal and functional factors act for conditional meaning to be established. Thus, we verify the linguistic (formal-functional) and contextual motivations that act in the use of the conditional microconstructions of the sample. In addition, we sought to identify and schematize the patterns of recurrent conditional uses in the sample, as well as to correlate the constructions' modality with the propositions' temporal expression. At the discursive level, we propose to understand the correspondence between the syntactic form and usage context - the communicative situation to which the conditional construction belongs. The research followed the theoretical-methodological assumptions of Usage-Based Linguistics supported by the Construction Grammar model (CG). The Usage-Based Linguistics expands the scope of analysis since it covers the contextual dimension in the phenomenon description. Furthermore, it characterizes the construction as a symbolic pairing between form and meaning, dependent on the linguistic and discursive context. Concerning the methodology, the present research is of qualitative natures, as it describes the data according to the motivations implied in the use of conditional constructions, but does not rule out, however, the measurement of the propositions' usage frequency. The drawn sample consisted of 24 (twenty-four) personal letters written in a specific context, referred to as “*goodbye* letters”. The letters belong to the project “*Variação e Mudança do Português no Oeste de Santa Catarina*” (VMPOSC), and were obtained from the CEOM. As a result, we found a continuum between form and meaning, the components of conditional constructions in the sample. In this sense, the motivation for using conditional constructions is not only syntactic but also semantic-pragmatic. The evaluated constructions lie in the process of constructional change of language, once the found differences match the form, as their meaning (semantic-pragmatic function) is preserved - that is, the proposal of a condition, be a reinforcement of the interlocutor's point of view, a speaker's prediction, or to express the attitudes of i.e. probability, uncertainty or desire. Thus, the conditional constructions of the sample are linked by already existing relationships in the constructional network, and therefore do not entail new linguistic nodes.

Keywords: Conditional Constructs. Portuguese writing. Usage-Based Linguistics. Construction Grammar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo das propriedades formais e funcionais das condicionais em gramáticas de cunho normativo, descritivo e histórico	32
Quadro 2 – Construções paratáticas	39
Quadro 3 – Tipos de conjunção segundo a base lexical	40
Quadro 4 - Levantamento bibliográfico sobre o fenômeno condicional em pesquisas linguísticas.	46
Quadro 5 – Modalidade proposicional epistêmica a partir da tradição lógica	57
Quadro 6 – Fatores linguísticos formais	95
Quadro 7 – Escala [<i>irrealis</i> > <i>realis</i>]	102
Quadro 8 – Sequências Discursivas	106
Quadro 9 – Fatores linguísticos funcionais	109
Quadro 10 – Relação modalidade e tempos verbais	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Tense e Time</i>	54
Figura 2 – A estrutura simbólica de uma construção	62
Figura 3 – Níveis de uma construção	63
Figura 4 – Esquema da construção “na hora/dia/momento (em) que”	66
Figura 5 – Estrutura composicional das cartas pessoais	76
Figura 6 – Correspondência simbólica das construções condicionais nas <i>cartas de adeus</i>	113
Figura 7 – Esquema das construções condicionais das <i>cartas de adeus</i>	115
Figura 8 – Construtos condicionais/temporais	116

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS, QUESTÕES E HIPÓTESES.....	16
2. UNIVERSO DAS CONDICIONAIS E A PERSPECTIVA TRADICIONAL	19
2.1 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO GRAMÁTICAS PRESCRITIVAS/NORMATIVAS	19
2.2 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO GRAMÁTICAS DESCRITIVAS/EXPLICATIVAS	23
2.3 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO A GRAMÁTICA DE SAID ALI ²⁷	
2.4 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO ALGUNS TRABALHOS LINGUÍSTICOS	35
3. SUBSÍDIOS TEÓRICOS.....	49
3.1 FUNCIONALISMO	49
3.2 FUNCIONALISMO NORTE-AMERICANO	50
3.2.1 O domínio funcional complexo: tempo-aspecto-modalidade	53
3.3 LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO.....	59
3.3.1 Contribuições da Gramática de Construções	61
3.3.2 Contexto e plano discursivo	69
3.4 GÊNERO DISCURSIVO E SEQUÊNCIA DISCURSIVA	71
3.4.1 A carta pessoal.....	74
3.4.1.1 Cartas pessoais de "adeus".....	78
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	81
4.1 <i>CORPUS</i> E AMOSTRA DE ESTUDO	81
4.2 DECISÕES METODOLÓGICAS E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	84
4.3 TRATAMENTO PARA CONTEXTO.....	85
4.4 FATORES LINGUÍSTICOS CONTROLADOS	85
5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	87

5.1	ASPECTOS FORMAIS DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DA AMOSTRA	87
5.1.1	Caracterização e hipóteses	87
5.1.2	Resultados e discussão	95
5.2	ASPECTOS FUNCIONAIS DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DA AMOSTRA	98
5.2.1	Caracterização e hipóteses	99
5.2.2	Resultados e discussão	109
5.3	PADRÕES CONSTRUCIONAIS	112
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS.....	121
	APÊNDICE A – CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DA AMOSTRA.....	130

1. INTRODUÇÃO

As construções condicionais são caracterizadas por duas proposições – prótase e apódose -, as quais são interdependentes e estabelecem uma relação lógica e não-encaixada entre si (TRAUGOTT; HOPPER, 2003; NEVES, 2012). A construção condicional pode ser representada por diversas formas estruturais, segundo motivações cognitivas, funcionais, semânticas e sintáticas do falante. Isso justifica o interesse de diferentes abordagens linguísticas sobre o objeto de estudo, como é o caso da cognitivista (DANCYGIER, 1998; SWEETSER, 1990, para citar algumas), da sociolinguística (GRYNER, 2008; BRANDÃO, 2018, entre outras), da sociofuncionalista (GRYNER, 1990; FREITAG, 2011; TAVARES, 2013, para citar algumas), e da funcionalista (GRYNER, 1990; NEVES, 1999; BITENCOURT, 2012, entre outras).

No levantamento bibliográfico empreendido, observamos que as pesquisas linguísticas sobre construções condicionais normalmente consideram a estrutura sintática prototípica “se p, (então) q” e, raramente, centram seu interesse em outros construtos que também codificam condição. Todavia, como advogam Oliveira e Hirata-Vale (2017), a estrutura formal das construções condicionais pode variar enormemente, seja pelo tipo de conector que marca a relação entre o período principal (apódose) e o subordinado (prótase), seja pela ausência de conjunção condicional (ou locução conjuntiva) ou pelo processo morfossintático que codifica o enunciado hipotético, sendo esses usos microconstruções instanciadas pelo esquema condicional abstrato CONECT [(Y) (VP) (C)]_{HIP COND} [(Y) (VP) (C)]¹.

Apresentamos, a seguir, algumas ocorrências do português brasileiro (PB), da modalidade escrita, extraídas de redes sociais, que possibilitam leitura condicional, sem que se considere o valor de verdade das proposições:

- 1) **Se** fere nossa existência, seremos resistência.² (TWITTER, 2018, grifos nossos);
- 2) O maluco quer criminalizar o comunismo. **Então** ele quer criminalizar o Brasil.³ (TWITTER, 2018, grifos nossos);

¹ As abreviaturas de VP referem-se ao sintagma verbal das orações (*phrasal verb*), Y corresponde a função de sujeito, objeto ou qualquer item que venha antes do verbo, e C significa o complemento, que pode ser um objeto direto, por exemplo. Essas nomenclaturas foram extraídas e adaptadas de Fernandes (2019), que trabalha com conectores causais, como *já que* e *uma vez que*.

² Disponível em: <<https://twitter.com/MidiaNINJA/status/1061941664586051585>>.

³ Disponível em: <https://twitter.com/ce_wert/status/1061944828307668993>.

- 3) Escola Livre? De que? **Só se** for livre das ideologias socialistas e comunistas.⁴
(TWITTER, 2018, grifos nossos);
- 4) O amor só é perfeito, **quando** encontramos alguém que nos transforme no melhor que podemos ser.⁵ (TWITTER, 2018, grifos nossos).

Tais ocorrências mostram possibilidades de empregos condicionais no PB. Como se vê, independentemente da presença da conjunção ou locução conjuntiva apresentada em (1) a (4), o significado condicional prevalece, podendo ser parafraseado pela conjunção prototípica “se” – como em (2) a (4). A relação condicional é possível pelo fato de haver um encadeamento de condição para realização, isto é, causa > consequência. Assim, em (1), tem-se a estrutura sintática condicional prototípica; em (2), verifica-se a ausência de conjunção condicional, contudo, o conector “então” sinaliza a relação causal entre as proposições, sendo possível a paráfrase de “Se o maluco quer criminalizar o comunismo, então ele quer criminalizar o Brasil”; em (3), a locução conjuntiva “só se” denota uma condição necessária e suficiente, caracterizando a construção como condicional⁶; e, em (4), encontra-se uma construção temporal de matriz condicional, ou seja, mesmo com o marcador de tempo “quando”, a relação estabelecida entre as proposições permite a leitura condicional.

Considerando as possibilidades de realização condicional, e após a análise preliminar dos dados, verificamos a necessidade de se trabalhar o significado condicional para além da construção prototípica, instanciada pela microconstrução SE [(Y) (VP) (C)]_{HIP COND}[(Y) (VP) (C)]_{PRINCIPAL}. Em razão disso, propomos, nesta pesquisa, a análise de outros construtos, como “só”, “só se”, “desde que” que fazem parte do esquema condicional da amostra. Trabalhos funcionalistas que abordam um universo mais amplo de estudo sobre o fenômeno, no português brasileiro, é o de Hirata-Vale (2005), o de Oliveira (2008;2014;2019)⁷ e o de Oliveira e Hirata-Vale (2017), cuja importância se dá por alargarem o campo da descrição linguística das construções condicionais.

Ainda, ao efetuarmos um levantamento em gramáticas prescritivas (PIMENTA LIMA, 2011 [1972]; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008 [1985]), depreendemos uma inconsistência morfossintática e semântica na descrição das construções condicionais, principalmente quando equiparado ao uso interativo da língua, pois as gramáticas abordam uma

⁴ Disponível em: <<https://twitter.com/LaskoskiLuiz/status/1062328449874968576>>.

⁵ Disponível em: <<https://twitter.com/FrasesDeRenato/status/1061944223442853890>>.

⁶ Segundo Neves (2011), esse tipo de conjunção é usado frequentemente em enunciados condicionais independentes.

⁷ As pesquisas de Hirata-Vale (2005) e Oliveira (2008) são descritas e especificadas na seção 2.4.

perspectiva estritamente gramatical, restringindo-se às informações do período oracional, sem considerar, por exemplo, os fatores pragmáticos envolvidos em seu uso. Observemos os exemplos que seguem:

- 5) Construção condicional factual: Se eu tivesse vinte anos, casar-me-ia com você;
- 6) Condicional eventual: Se eu algum dia ficar rico, não me esquecerei de meus amigos;
- 7) Condicional contrafactual: Ah! Se eu soubesse!...

Esses exemplos, retirados de Rocha Lima (2011 [1972] p. 347), limitam-se a três formas apontadas pelo autor como as mais comuns na língua brasileira. Contudo, como vimos, as construções condicionais nem sempre se estruturam a partir de “se”, conforme atesta Hirata-Vale (2005). No nível sintático, a descrição de tempos e modos verbais nas gramáticas prescritivas normalmente limita-se ao presente do indicativo, futuro do subjuntivo, futuro do presente (6) e imperfeito do subjuntivo, como em (7), ou apresentam formas em desuso no PB falado, como no caso de (5). Todavia, a interpretação dessas construções pode variar conforme o contexto comunicativo em que são utilizadas (GRYNER, 1990; NEVES, 1999; BITTENCOURT, 2012, 2014; BRANDÃO, 2018). Nesse sentido, as gramáticas de cunho normativo não esclarecem as motivações de natureza semântico-pragmática e, tampouco, as cognitivas, que estão imbricadas ao falante selecionar uma construção e não outra.

Tendo em vista tais considerações, objetivamos uma investigação qualitativa acerca das construções condicionais - licenciadas por CONECT [(Y) (PV) (C)]CLÁUSULA HIPOT [(Y) (VP) (C)]PRINCIPAL – da amostra. Observamos aspectos formais (como a ordem das proposições, tipo de conjunção e a composição verbal) e funcionais (como a modalidade e a temporalidade das proposições, os fatores pragmático-discursivos, como a sequência discursiva) que motivam seu uso. Os fatores linguísticos são importantes, pois, conforme pesquisas anteriores (GRYNER, 1990; BITTENCOURT, 2014; BRANDÃO, 2017), podem influenciar na rede linguística das construções condicionais, uma vez que o falante não faz escolhas lexicais e sintáticas aleatoriamente (FERREIRA, 2005). Essas escolhas, aliadas a outros elementos, como os contextuais, são fundamentais para o discurso e para a constituição da intencionalidade do locutor no ato comunicativo.

O objeto de estudo (os usos condicionais) é analisado em cartas pessoais que têm por finalidade justificar-se e despedir-se “dos que ficam”. As cartas escritas e, por vezes, trocadas com familiares, possuem um forte teor argumentativo, já que há uma tentativa de

convencimento nas correspondências. Ou seja, estamos lidando com uma “prática cultural”, que assim caracterizamos por conta da especificidade do contexto comunicativo, materializado no texto (BRAGANÇA, 2017). Por esta razão, pretende-se denominar o material de análise de *cartas pessoais de “adeus”*⁸.

Esse material compõe o *corpus* do projeto VMPOSC⁹. As *cartas de “adeus”* foram selecionadas porque, em seu conteúdo, há um nível elevado de argumentatividade. Conforme Gryner (1990) e Neves (1999, 2000), as construções condicionais tendem a aparecer mais frequentemente nesse tipo de contexto, sendo a argumentação utilizada como estratégia para sustentar e validar a posição assumida pelo locutor. Nesse sentido, entendemos que este tipo de carta (que remete a um propósito comunicativo específico) contém mais sequências argumentativas, comparadas a outras sequências – como as narrativas, descritivas etc. – e, por isso, pode propiciar o uso condicional.

Esta pesquisa está fundamentada na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), conforme Givón (1995; 2002), Crouse e Croft (2004), Bybee (2010), Furtado da Cunha (2012; 2016), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Traugott e Trousdale (2013). A escolha decorreu em razão da abordagem entender a gramática enquanto construção (pareamento simbólico entre forma e função), cujo pareamento depende do contexto linguístico e discursivo. Em outras palavras, a análise linguística sob a perspectiva da LFCU contempla os aspectos morfossintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivo-funcional na descrição do fenômeno estudado, e, permite a constituição da rede construcional das construções condicionais da amostra.

Assim, espera-se contribuir com a descrição do fenômeno na língua portuguesa brasileira, no sentido de fornecer explicações sobre processos de domínio geral (BYBEE, 2010) atuantes na escolha do falante para o uso de determinada construção condicional. É relevante porque, diferentemente das gramáticas normativas, que centram suas análises quase exclusivamente nas propriedades internas ao enunciado, este trabalho adota um olhar ampliado sobre o fenômeno, investigando os diferentes usos condicionais, bem como as

⁸ Essa expressão foi utilizada anteriormente por outros estudos que trabalham com materiais deixados por suicidados, como cartas, bilhetes e gravações. É o caso, por exemplo, do estudo de Dias (1991), embora o objeto analisado seja outro.

⁹ Esta pesquisa está vinculada ao projeto maior em curso “Variação e Mudança do Português no Oeste de Santa Catarina” (VMPOSC), registrado sob o nº PES- 2018- 0879, desenvolvido por pesquisadores da linha de pesquisa Diversidade e Mudança Linguística, do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Chapecó. Este trabalho foi desenvolvido com o incentivo CAPES/DS (Programa de Demanda Social), a ela e ao CNPq agradeço.

intenções/propósitos comunicativos dos falantes envolvidos na interação para a descrição linguística.

A seguir, passemos aos objetivos, questões e hipóteses que norteiam este trabalho.

1.1 OBJETIVOS, QUESTÕES E HIPÓTESES

O objetivo geral é investigar os usos das construções condicionais a partir de uma amostra sincrônica do português contemporâneo brasileiro escrito, composta por *cartas pessoais de “adeus”*.

Para essa finalidade, apresentamos, a seguir, os objetivos específicos:

- I- Descrever as propriedades formais (sintáticas e morfossintática) e funcionais (semântico-pragmáticas e discursivos-funcionais) das construções condicionais da amostra.
- II- Identificar padrões de uso recorrentes na amostra, no que diz respeito ao comportamento e aos padrões esquemáticos da construção em foco.
- III- Analisar a modalidade envolvida no esquema $\text{CONNECT}[(Y) (VP) (C)]_{\text{HIPOT COND}} [(Y) (VP) (C)]_{\text{PRINCIPAL}}$, apontando sua relação com a composição modo-temporal de cada microconstrução da amostra.
- IV- Compreender a relação entre a composição verbal (simples ou perifrástica) e o significado condicional da oração principal e o período condicional.
- V- Especificar a correlação entre forma e contexto de uso (isto é, a situação comunicativa) das construções condicionais nas *cartas de “adeus”*.

Para a realização desta pesquisa, buscamos respostas aos seguintes questionamentos:

- I- O uso das construções condicionais nas *cartas de “adeus”* é motivado por propriedades formais e funcionais?
- II- Como se esquematizam e quais são os padrões de uso das construções da amostra?
- III- Como ocorre a relação entre a perspectiva do falante e a codificação/expressão da modalidade na amostra? E qual sua relação com o tempo-modo verbal das proposições?
- IV- De que forma a composição verbal contribui para o significado condicional (isto é, determinada forma verbal nem sempre é utilizada para representar o significado convencionalizado pelas gramáticas prescritivas, mas caracteriza a natureza

imaginária do falante e da situação descrita (DANCYGIER; SWEETSER, 2005))?

- V- As microconstruções condicionais empregadas na amostra são influenciadas pela situação comunicativa das *cartas pessoais de “adeus”*?

A partir de estudos anteriores, e considerando nosso material de análise, levantamos algumas hipóteses norteadoras desta pesquisa:

- I- Com base nos pressupostos teóricos da LFCU, assumimos que tanto os aspectos formais, quanto os funcionais, atuam no uso e na caracterização das construções condicionais. Dessa forma, entendemos que há pareamento entre forma-significado, estabelecidos por um *continuum* de unidades simbólicas, em que determinada forma serve a propósitos comunicativos específicos. Ou seja, cada microconstrução condicional possui uma interpretação semântica e/ou pragmática como parte de sua descrição (DANCYGIER, 1998).
- II- Conforme Oliveira e Hirata-Vale (2017), assumimos que o fenômeno condicional pode aparecer em diferentes formas estruturais. Em outras palavras, inferimos que o subesquema $\text{CONNECT}[(Y) (VP) (C)]_{\text{HIP COND}} [(Y) (VP) (C)]_{\text{PRINCIPAL}}$ instancia diferentes microconstruções, sendo verificadas empiricamente por construtos como “se”, “só se”, “desde que” etc. Dentre as possibilidades, acreditamos que a construção considerada prototípica “Se p, q” seja a mais recorrente na amostra, uma vez que essa microconstrução tende a ser empregada mais fortemente pelos usuários da língua (NEVES, 1999; GYRNER, 1990).
- III- Quanto à modalidade, as construções condicionais possivelmente situam-se nos contextos *irrealis/não factuais*. Levantamos essa hipótese, pois supomos que as referidas construções apareçam predominantemente em enunciados voltados à incerteza e à dúvida do falante e à possibilidade de realização da proposição, estando eles ligados à projeção de tempo futuro.
- IV- Levando em conta a situação comunicativa em que as *cartas pessoais de “adeus”* estão inseridas, postulamos que o tempo verbal mais frequente será a de projeção futura, isso porque a condicionalidade refere-se a uma suposição, que, nesse caso, acreditamos ter relação com o vir a ser ou o vir a fazer, localizando-se em um futuro próximo. A projeção do tempo, entretanto, nem sempre é marcada pela forma verbal correspondente, mas sim pela natureza imaginária do falante, ou pelo contexto discursivo em que ocorrem (DANCYGIER & SWEETSER, 2005).

V- Considerando estudos anteriores (GRYNER, 1990; NEVES, 1999; BITTENCOURT, 2014), que apontam uma relação entre construções condicionais e sequências argumentativas, assumimos que a situação comunicativa do material de análise favoreça o uso condicional, uma vez que são escritos suicidas e possuem relação direta com a argumentação, e com sequências desse tipo (CATELÃO, 2013).

Quanto à organização desta dissertação, está estruturada em seis capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo 2, descrevemos o fenômeno condicional conforme as gramáticas normativa, descritiva e histórica e segundo trabalhos linguísticos que pairam sobre o mesmo objeto de investigação. No capítulo 3, resumimos os subsídios teóricos que embasam esta pesquisa, isto é, a abordagem da Linguística Funcional Centrada no Uso. Ainda no capítulo 3, discutimos sobre o plano discursivo em que o fenômeno é analisado, bem como caracterizamos os gêneros discursivos e as cartas pessoais da amostra. No capítulo 4, discorremos sobre a metodologia adotada. Em seguida, no capítulo 5, apresentamos as análises e a discussão dos resultados. E, por fim, passamos às considerações finais.

2. UNIVERSO DAS CONDICIONAIS E A PERSPECTIVA TRADICIONAL

Neste capítulo, realizamos um levantamento bibliográfico sobre as propriedades formais e funcionais que envolvem o uso das condicionais na perspectiva tradicional de gramáticas prescritiva/normativa, descritiva/explicativa e histórica¹⁰, e em pesquisas de natureza linguística (GRYNER, 1990; HIRATA-VALE, 2005; OLIVEIRA, 2008; BITTENCOURT, 2014; BRANDÃO, 2018), com o objetivo de compreender o contexto discursivo no qual se insere o fenômeno em nosso material de análise, independentemente de sua composição estrutural.

2.1 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO GRAMÁTICAS PRESCRITIVAS/NORMATIVAS

Nesta seção, resumimos o tratamento das condicionais segundo três gramáticas de cunho prescritivo/normativo, a saber: Rocha Lima (2011 [1972]), Cunha e Cintra (2008 [1985]), e Bechara (2009). Embora tenhamos feito o levantamento em gramáticas de cunho normativo/prescritivo, constata-se que não são inteiramente prescritivas, ao levar em conta propriedades formais e funcionais das construções condicionais. Todavia, são feitas referências às condicionais em seções dispersas dessas gramáticas: na seção sobre a forma e a classificação de palavras; na seção que trata sobre as inversões de natureza gramatical; e na seção sobre o período e sua construção.

No nível morfológico, a conjunção condicional é um subtipo das “conjunções subordinativas”, conforme Cunha e Cintra (2008 [1985]). Rocha Lima (2011 [1972]) expõe que a conjunção prototípica “se” introduz as orações condicionais integrantes do subgrupo de “orações subordinadas adverbiais”. Além desse conector, outras conjunções e locuções conjuntivas (caso, contanto que, dado que, desde que, sem que, uma vez que) podem introduzir as construções condicionais. Observa-se a limitação do conceito de condicionalidade associada à presença dos conectores condicionais que encabeçam as orações.

O predomínio da propriedade semântica sobre a sintática pode ser atestado nas gramáticas de Cunha e Cintra (2008 [1985]), Rocha Lima (2011 [1972]) e Bechara (2009).

¹⁰ "A gramática prescritiva/normativa pode ser definida como conjunto de regras que *devem ser* seguidas. [...] Já a gramática descritiva pode ser definida como o conjunto de regras que *são* seguidas." (GÖRSKI; ROST, 2008, p. 33, grifos das autoras). A gramática histórica, por sua vez, “[...] é aquela que estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a sua origem até a época presente” (SAID ALI, 1966, p. 15)

Conforme os autores, a condicionalidade é gerada a partir da relação de dependência das proposições. Para Rocha Lima (2011 [1972], p. 346), a oração subordinada “apresenta a circunstância de que depende a realização do fato contido na principal”. Em outras palavras, a oração subordinada expressa a condição para a realização do fato expresso na oração principal, como em: 8) “Tudo vale a pena, se a alma não é pequena (F. Pessoa, OP, 19. *apud* CUNHA; CINTRA, 2008 [1985], p. 620). No exemplo, a condição apresentada na prótase (se a alma não é pequena) leva à realização/conclusão da apódose (tudo vale a pena). Essa dependência sintática vai ao encontro da concepção tradicional de subordinação em cujo rol de “orações subordinadas adverbiais” se inscrevem as construções condicionais.

No que tange à ordem em que se instauram os termos das orações em português, Cunha e Cintra (2001) reconhecem a predominância da ordem direta. Todavia, o uso consagrou algumas inversões de natureza gramatical como a da ordem verbo > sujeito nas orações subordinadas adverbiais condicionais construídas sem conjunção: 9) “**Tivesse eu** tomado em meus braços a rapariga e pagaria dentro em pouco em amarguras os momentos fugazes de felicidade” (A. F. Schmidt, Ap, 68 *apud* CUNHA; CINTRA, 2001, p. 165, grifos do autor).

No nível semântico, Rocha Lima (2011 [1972], p. 346) observa que as orações condicionais podem veicular três hipóteses: irrealizável, possível e subentendida. Conforme os exemplos citados pelo autor:

- 10) **Se** eu tivesse vinte anos, **casar-me-ia** com você; (ROCHA LIMA, 2011 [1972], p. 346, grifos nossos)
- 11) **Se** eu algum dia ficar rico, **não me esquecerei** de meus amigos; (ROCHA LIMA, 2011 [1972], p. 346, grifos nossos)
- 12) “**Se** ele **deixasse!**...”. (ROCHA LIMA, 2011 [1972], p. 346, grifos nossos)

Em (10), verifica-se “um fato de realização impossível”; em (11), manifesta-se “um fato cuja realização é possível, provável ou desejável”; e, em (12), exprime-se “desejo, esperança, pesar”. Cabe destacar que, no nível morfológico, as formas verbais (casar-me-ia, em (10) e não me esquecerei, em (11)) da apódose, embora possam ser localizadas nas construções condicionais da modalidade escrita do português brasileiro, raramente são utilizadas na modalidade falada (BRANDÃO, 2018). A forma verbal do indicativo, no futuro do pretérito com mesóclise, no exemplo acima, é, comumente, substituída pelas formas simples do futuro do pretérito sem ou com próclise (casaria/me casaria) ou do pretérito imperfeito (casava/me

casava) em (10), ou ainda pelas formas compostas, como o futuro perifrástico (não vou me esquecer), em (11).

Rocha Lima (2011 [1972]) também sinaliza a variação no uso das formas verbais quando a conjunção “se” introduz as orações condicionais. Poderão ocorrer formas verbais do subjuntivo (pretérito imperfeito, pretérito mais que perfeito, futuro) ou do indicativo, quando denota ou admite um fato como real. À exemplo:

- 13) Como **queres** progredir, **se** não te **esforças** no trabalho? (ROCHA LIMA, 2011, p. 346, grifos nossos)

Em (13), admite-se o uso do presente do indicativo em ambas as proposições. Isso ocorre porque a relação de causa > consequência pode ser atestada como um fato real, uma vez que podemos supor, com base na realidade, que sem esforço não há progresso no trabalho.

Semelhante a Rocha Lima (2011 [1972]), Bechara (2009) exemplifica três possibilidades de realização do significado condicional associado ao tempo verbal das proposições: realizável, possível e irrealizável. A seguir, apresentamos os exemplos citados por Bechara (2009, p. 498, grifos nossos):

- 14) “Se eu **fosse** aplicado, **obteria** o prêmio”;
 15) “Se eu **estudar**, **obterei** o prêmio”;
 16) “Se eu **fosse/tivesse sido** aplicado, **obteria/teria obtido** o prêmio”.

Nessas ocorrências, o fato é realizável quando se fala do presente (14); possível quando a forma verbal está no futuro (15); e irrealizável quando a forma verbal expressa passado (16). O autor argumenta que o uso combinado do pretérito imperfeito do subjuntivo e o futuro do pretérito do indicativo é comum ao se empregar as formas “reais” e “irreais”, respectivamente, em (14) e (16), e o futuro do subjuntivo e o futuro do presente nas orações que expressam possibilidade, como em (15).

Na apódose, podem ser empregadas formas verbais do imperativo quando, na prótase, houver conjunções do tipo “contanto que” de “sem que”, “a menos que” e “salvo se”. Segundo Rocha Lima (2011 [1972], p. 347, grifos do autor), esses conectores reforçam a força imperativa da condicional, todavia “contanto que” pode transmitir valor mais impositivo à condição, como em: 17) “Emprestar-te-ei o livro, **contanto que** me restituas amanhã”, ao passo que os demais

conectores apresentam correlação dos tempos e modos verbais: 18) “Não **dê** conselhos, **sem que** lhe **sejam** pedidos” (ROCHA LIMA, 2011 [1972], p. 347, grifos nossos). Neste exemplo, a condição para se dar algum conselho é imposta pelo modo imperativo, tanto no período da prótase, quanto da apódose¹¹, e pela locução conjuntiva “sem que”, possibilitando a leitura condicional de “se não lhe pediram conselhos, simplesmente não os dê”.

O significado condicional também pode ser veiculado por meio de construções constituídas por formas nominais reduzidas, conforme Cunha e Cintra (2001) e Rocha Lima (2011 [1972], p. 347-348), de gerúndio: 19) “Desaparecendo a causa, cessará o efeito; de participípio: 20) “Desaparecida a causa, cessará o efeito”; e de infinitivo: 21) “A desaparecer a causa, cessará o efeito”. Nestes casos, o significado condicional é expresso sem, necessariamente, a presença de conjunções e locuções conjuntivas subordinativas correspondentes na prótase.

A partir do exposto, observa-se que as gramáticas normativas investigadas apresentam mescla de critérios na sua descrição das construções condicionais. As gramáticas centram suas explicações em aspectos sintáticos e morfossintáticos – sintático porque apresenta a estrutura das construções condicionais pela subordinação e dependência das proposições; morfológico por conta do detalhamento de alguns tempos e modos verbais e das formas nominais reduzidas. Os critérios funcionais, que agregam aspectos formais (recobre tanto o nível morfológico como o sintático) e semânticos, podem ser evidenciados quando se apresenta os usos condicionais a partir de um fato irrealizável, realizável ou possível, ou quando se expressam os valores restritivos das locuções conjuntivas “contanto que”, “somente se” e “salvo se”.

É evidente que as gramáticas prescritivas não contemplam toda a variedade de usos possíveis veiculados pelas condicionais no PB, tanto da modalidade oral, quanto da escrita, e ignoram a ampla possibilidade de combinações de tempos e modos verbais, bem como a diversidade de conjunções e locuções conjuntivas das construções condicionais. Sobre os conectores é importante mencionar a variação de formas conforme o contexto de uso em que estão inseridas, bem como a inexistência da conjunção ou locução condicional, ou seja, casos em que ocorre elipse do conector, sendo o sentido condicional preservado.

Como nosso foco de estudo é a investigação das construções condicionais em uma amostra sincrônica do português brasileiro escrito numa perspectiva construcional, destacamos que, no levantamento bibliográfico realizado, as gramáticas normativas, quando apresentam

¹¹ Ou seja, tem-se a correlação entre tempo e modo verbal em ambas proposições; nesses termos, a condicional, com o conector “sem que”, e uso de imperativo é reconhecida por sua correspondência direta de tempo-modo do verbo.

ocorrências dessa modalidade, fundamentam sua análise principalmente a partir de textos literários escritos, tomando-os como modelo de correção, o que não é representativo do português em uso. Assim, para uma descrição mais detalhada do fenômeno, exploremos, a seguir, o universo das construções condicionais segundo as gramáticas descritivas.

2.2 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO GRAMÁTICAS DESCRITIVAS/EXPLICATIVAS

Nesta subseção, apresentamos a descrição das construções condicionais a partir de uma abordagem descritiva/explicativa, baseada em estudos funcionalistas, como de Neves (1999; 2000; 2011), Perini (2010) e Castilho (2014). Essas gramáticas, segundo o levantamento bibliográfico efetuado, abordam a condicionalidade de modo a recobrir os aspectos formais e funcionais numa ampla variedade de contextos de uso. Esse é um dos principais aspectos inovadores em relação à descrição da gramática prescritiva sobre as condicionais.

Segundo os gramáticos, no nível sintático, a construção condicional é formada por duas proposições (prótase ou condicionante, seguido da apódose ou oração principal), que constituem uma relação lógica de dependência. O esquema tradicionalmente representativo da construção condicional é “Se p , então q ”, e a ordem das informações pode variar sintaticamente conforme seu funcionamento nos diferentes contextos de uso. Para Neves (1999, p. 497)¹², a oração condicionante, por sua vez, expressa, no nível semântico, uma “condição para a realização”, seguida de uma “consequência ou o resultado de sua condição”.

Como se verifica nas gramáticas descritivas, no nível morfológico, a conjunção “se” é considerada prototípica desse tipo de construção, mas outras conjunções ou locuções conjuntivas expressam a mesma relação básica, tais como: caso, que, quando, desde que, contanto que, uma vez que, a menos que, sem que, a não ser que, salvo se, exceto se. Contudo, Neves (2011) considera que, além da presença de conjunções e locuções conjuntivas, pode ocorrer elipse, isto é, ausência de conector em algumas construções condicionais.

Outra conjunção que pode exercer valor condicional ou temporal é “quando”. Nesse caso, o tempo verbal da construção, segundo Neves (2000), pode determinar a matriz condicional da construção temporal, como em: 22) “**Vamos mudar** de assunto que o Fontoura se irrita **quando** a gente fala nele” (NEVES, 2000, p.831, grifos nossos). Ou seja, a

¹² Neves (1999) utilizou uma amostra de fala extraída do *corpus* NURC.

simultaneidade, estabelecida pelo contexto, permite a leitura condicional – nesse caso, marcada pelo tempo presente¹³.

Além da explicação morfossintática, as gramáticas descritivas caracterizam as condicionais pela “leitura dos enunciados segundo seu funcionamento nos diferentes domínios de interpretação semântica” (NEVES, 1999, p. 498). Esses domínios são de “conteúdo”, “epistêmico” e “atos de fala” (SWEETSER, 1990 *apud* NEVES, 1999). De acordo com Neves (1999), nas construções condicionais do domínio do “conteúdo” (proposicional)¹⁴ há uma relação causal, em que um estado de coisa habilita e motiva a realização de outro, é o caso de: 23) “**Se tivessem retirado** os ovários, as glândulas mamárias **se teriam atrofiado**” (NEVES, 1999, p. 499, grifos nossos), ou seja, a retirada dos ovários seria condição suficiente e, portanto, teria capacitado e motivado a atrofia das glândulas mamárias, caso isso houvesse acontecido. Por outro lado, no domínio epistêmico (das crenças), a relação lógica é mais saliente, isto é, a informação da apódose é uma conclusão da informação da prótase, como em: 24) “**Se ela for** uma criança tímida, eu **vou ter que botar** num colégio menor” (NEVES, 1999, p. 499, grifos nossos) em que a relação causa > consequência é explícita. Por fim, no domínio de atos de fala (no nível pragmático), pode-se utilizar recursos discursivos, como o de polidez: 25) “**Se é que eu posso perguntar** que é que o levou a fazer isso?” (NEVES, 1999, p. 501, grifos nossos), visto que o sentido expresso na prótase influencia, possibilita ou causa a realização de um ato de fala.

Ainda, no que diz respeito ao detalhamento do nível pragmático, as construções condicionais podem se organizar sob a forma de “miniconversações”, conforme Neves (1999; 2000):

26)

A: Tudo está desse jeito, não é?

B: (Concordância)

A: (Então) eu não posso confiar. (NEVES, 2000, p. 833)

A construção condicional é organizada na miniconversação da seguinte forma: “Se tudo está desse jeito, eu não posso confiar”. A conversação apresentada acima é composta por um

¹³ Outras características podem ser observadas para se identificar a matriz condicional, a saber: o traço não télico da proposição e o aspecto imperfectivo. Tais aspectos são especificados por Neves (2000) na seção referente às construções temporais.

¹⁴ O domínio de conteúdo se aproxima da leitura tradicional de “realização do mundo real” (NEVES, 1999).

falante A, que propõe uma questão, e um falante B, que consente e valida a informação de A, gerando uma base para o que A enuncia na sequência. Assim, “a contraparte declarativa da pergunta de A é estabelecida como um ponto de apoio para a declaração que A faz em seguida” (NEVES, 2000, p. 833), permitindo, portanto, a leitura condicional.

Dando continuidade à descrição do fenômeno, as gramáticas elencam as construções condicionais em três subtipos resultantes do esquema condicional prototípico: as factuais, as eventuais e as contrafactuais. As condicionais factuais são constituídas por um fato verificado (apresentado na prótase) e realçadas por um elemento conclusivo/resumitivo (NEVES, 2000). Nas construções eventuais, a prótase repousa sobre a eventualidade da proposição e a informação da apódose é tida como certa quando eventualmente satisfaz-se a condição enunciada na prótase. As contrafactuais, por sua vez, mantêm a relação mais ampla de fato > conclusão, entretanto, essa relação se dá por inversão de polaridade nas proposições.

Mais especificamente, as construções factuais são asseguradas pela veracidade das proposições, sendo a apódose uma consequência necessária da factualidade da prótase (NEVES, 1999; 2000). Castilho (2014) acrescenta que esse tipo de condicional remete para o mundo do já sabido, havendo um esquema formal característico representado por: Se + indicativo + indicativo. Os tempos verbais variam em presente, passado e futuro (na prótase) e, na apódose, em presente ou passado (NEVES, 2011). Observemos uma ocorrência desse tipo de proposição em (27):

- 27) “Se a gente **está** num nível de vida... em que a preocupação principal é se manter vivo... qualquer atividade nossa **vai estar** relacionada com essa preocupação [...]”.
(NEVES, 1999, p. 518 grifos nossos)

Segundo Neves (1999; 2000), essa estrutura condicional envolve uma motivação icônica sobre a relação de “condição preenchida a consequência/conclusão”. No caso de (27), tem-se a condição para a preocupação de se manter vivo e, em seguida, a consequência de que qualquer atividade se torna relacionada a essa preocupação. Segundo a autora (2011), o futuro perifrástico, na apódose, somente é permitido quando a futuridade é assegurada pela condição da prótase, que está no tempo presente. Assim, o uso do futuro perifrástico na apódose configura uma exceção.

Nas construções eventuais, apresenta-se a casualidade de um fato enunciado na prótase – caso esse evento ocorra, a apódose é tida como certa¹⁵. Segundo Neves (2011), o tempo verbal nesse tipo de construção pode estar no passado, presente ou futuro. Conforme Castilho (2014), o esquema formal típico desse tipo de construção é: Se + subjuntivo + indicativo. À exemplo:

28) “[...] **Se** eu não **tivesse** cem mil cruzeiros não **entrava**”. (NEVES, 1999, p. 527, grifos nossos)

Neste caso, percebe-se que há uma condição para se entrar em determinado lugar, isto é, ter cem mil cruzeiros. Assim, a condição enunciada na prótase (ter cem mil cruzeiros) implica o estado de coisas que está na predicação nuclear da apódose (entrar/não entrar). Esse tipo de construção é considerado por Neves (1999) como as construções hipotéticas prototípicas.

As construções contrafactuais repousam sobre a não realidade do evento e, portanto, são contrárias às factuais. De acordo com Neves (1999), essa proposição comunica uma falsidade segura, apresentando estados de coisas como não existentes, tanto na prótase, como na apódose. O esquema formal habitual, segundo Castilho (2014), é: Se + subjuntivo + forma em *ria*. Normalmente, conforme Neves (2011), o subjuntivo é acompanhado do tempo passado. Observemos o exemplo que segue:

29) “[...] **Se** o Japão **fosse** uma Birmânia, por exemplo, que é um dos países atrasados, as economias industriais que ganharam a Segunda Guerra não **teriam ajudado** o Japão [...]”. (NEVES, 1999, p. 524, grifos nossos)

A construção de (29) é uma ocorrência do tipo contrafactual pelo fato de haver uma inversão da polaridade da prótase e da apódose, e pelo fato de se conseguir negar ambas as proposições. Assim, “Se o Japão fosse uma Birmânia”, quer dizer que ele não é; e “então as economias não teriam ajudado”, significa que, na verdade, elas ajudaram o Japão. Observa-se que, nesse tipo de construção, também há motivação icônica, pois, primeiramente, enuncia-se um fato como não existente e, em seguida, a consequência de um não fato (dependente do fato

¹⁵ Segundo Neves (2000), as construções condicionais eventuais podem ser elencadas em diferentes tipos, tais como: as privativas e não privativas, as implicativas e as por ressalva. Essas construções caracterizam-se pelo tipo de conjunção ou locução conjuntiva empregada na oração. Para as privativas utiliza-se locuções conjuntivas com “que” (por ex. “sem que”); nas não privativas emprega-se marcadores de direcionalidade, como “então”; nas eventuais implicativas são comuns locuções conjuntivas do tipo “somente se”; e, nas eventuais por ressalva tem-se conjunções do tipo “contanto que”, por exemplo.

enunciado na prótase). Conforme Perini (2010), o uso do futuro do pretérito, assim como o imperfeito do subjuntivo, aparece frequentemente nas construções condicionais contrafactuais.

Conforme exposto, as gramáticas descritivas também apresentam diversidade de critérios formais e funcionais, entretanto, ambos são descritos numa ampla variedade de contextos de uso. Descreve-se tanto aspectos formais, quando se trabalha com a ordem das proposições e com a posição das conjunções ou locuções conjuntivas, nos casos em que se apresenta os tipos conectores possíveis, bem como quando se explica as configurações de tempos e modos verbais mais comuns a cada tipo de condicional; quanto aspectos funcionais, quando se esclarece o uso e a função de determinada conjunção ou subtipo condicional, por exemplo; quando se exemplifica o sentido das condicionais factuais, eventuais e contrafactuais, ademais do sentido restritivo de alguns conectores; e pragmáticos, quando a condicional aparece em forma de miniconversações, ou quando se utilizam atos de fala para expressar condicionalidade.

Contudo, se compararmos a gramática descritiva com a prescritiva, percebemos diferenças quanto ao enfoque adotado. Enquanto os compêndios normativos se limitam a explicações centradas nos traços formais que constituem as construções, as gramáticas de cunho explicativo relacionam a forma com o sentido veiculado pelas construções condicionais, as quais podem variar conforme o contexto discursivo em que estão inseridas. Por fim, diferentemente das primeiras, estas últimas fundamentam sua análise a partir de um conjunto de dados empíricos constantes em um vastíssimo *corpus* de textos de diferentes gêneros do português em uso.

Na próxima seção, discorreremos sobre a visão da gramática histórica acerca das construções condicionais.

2.3 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO A GRAMÁTICA DE SAID ALI

Nesta seção, apresentamos a descrição das construções condicionais a partir da gramática histórica de Said Ali (1964;1966). Chama-nos a atenção a abordagem do fenômeno da condicionalidade de forma a recobrir os aspectos formais e funcionais numa certa variedade de contextos de uso, que o autor denomina de “equivalentes estilísticos das orações condicionais”.

A condicionalidade é, primeiramente, descrita na seção que trata das conjunções condicionais e locuções conjuntivas, a saber: “se”, “caso”, “caso que” e “dado caso que”. Apresentam-se alguns exemplos com os conectores que expressam condicionalidade:

- 30) **Se houver** guerra ou **caso haja** guerra. (SAID ALI, 1964, p. 136, grifos do autor);
 31) **Se** ninguém **morresse** ou **dado caso que** ninguém **morresse**. (SAID ALI, 1964, p. 136, grifos do autor).

Na sequência, as condicionais são descritas na seção em que se detalham as orações adverbiais. Percebe-se, nesta seção, menção a propriedades sintáticas, quando é feita referência à dependência sintática entre as proposições, bem como a identificação de propriedades semânticas, quando é tratado da relação de sentido veiculado entre as proposições.

Segundo o autor, além da presença de conjunções e locuções conjuntivas, a proposição hipotética¹⁶ necessita de uma oração principal para que o sentido condicional seja manifestado. De acordo com o gramático, essa oração principal expressa “[...] o fato decorrente ou dependente do fato suposto, dada a realização deste” (SAID ALI, 1964, p. 136), como nos exemplos a seguir:

- 32) **Se** dois ângulos **são** iguais a um terceiro, **são** também iguais entre si. (SAID ALI, 1964, p. 136, grifos do autor);
 33) **Se cessar** a causa, **cessará** o efeito. (SAID ALI, 1964, p. 136, grifos do autor);
 34) **Caso** não o **encontre** no escritório, **deixarei** ficar meu cartão de visita. (SAID ALI, 1964, p. 136, grifos do autor);
 35) **Adiar-se-á** a festa, **caso chova**. (SAID ALI, 1964, p. 136, grifos do autor).

Conforme Said Ali, de (32) a (35), observa-se o uso das conjunções “se” e “caso”. A relação de dependência vinculada pelas conjunções se dá porque ou a proposição hipotética exprime um fato eventual, ou pode exprimir um fato real, ou admitido como real, mas, nesse caso, em contradição com outro acontecimento.

Associando aspectos semânticos e pragmáticos, Said Ali (1964;1966) expõe que construções condicionais também podem ser utilizadas como estratégia comunicativa (em que

¹⁶ Termo frequentemente usado em estudos clássicos como designação genérica das construções condicionais (NEVES, 2000). Como esta designação é empregada por Said Ali, a utilizamos, nesta seção, em alternância às construções condicionais.

se busca convencer o interlocutor de algo). Como advoga o gramático, esse tipo de proposição é empregado sobretudo nas argumentações:

36) Como queres melhorar, **se** não tomas o remédio? (SAID ALI, 1964, p. 136 grifo nosso)¹⁷;

37) Mas **se** era história, como era parábola? (SAID ALI, 1964, p. 136, grifo nosso).

Em (36), argumenta-se a favor da pessoa tomar o remédio para se sentir bem. Em (37) também se percebe o teor argumentativo/persuasivo da proposição, pois há a tentativa de convencimento – de que o fato era história (e não parábola) – por parte do locutor.

Seguindo com a descrição do fenômeno, Said Ali (1964) distingue três tipos de emprego das condicionais: (i) quando expressa um fato realizável; (ii) quando exprime eventualidade; ou (iii) quando o fato é inexistente ou improvável.

Como exemplo do primeiro tipo, isto é, do fato realizável, tem-se:

38) **Se eu tiver dinheiro**, comprarei uma casa. (SAID ALI, 1964, p. 137, grifos do autor).

Segundo o autor, a possibilidade de realização do fato encontra-se na informação apresentada na prótase. Ou seja, a informação da prótase é “se eu tiver dinheiro”, mas esse fato é o que torna o enunciado da apódose realizável.

O segundo tipo é expresso quando se deseja que as construções condicionais expressem um fato eventual, conforme o exemplo abaixo:

39) **Se queres a paz**, prepara-te para a guerra. (SAID ALI, 1964, p. 137, grifos do autor).

A eventualidade da proposição também é encontrada na prótase, e a apódose expõe uma consequência do fato enunciado anteriormente. Assim, a eventualidade da proposição está na condição de querer ou não a paz, havendo a consequência de estar, portanto, preparado para a guerra.

¹⁷ Destacamos a conjunção “se” em (36) por conta da inversão de ordem canônica (apódose/prótase).

O terceiro tipo é manifesto quando a oração condicionante (prótase) refere-se a algum fato inexistente ou improvável, como em:

- 40) Se eu **tivesse** dinheiro, **compraria** uma casa. (SAID ALI, 1964, p. 137, grifos do autor).

Nesse caso, nota-se que a pressuposição de que “se eu tivesse dinheiro” é uma afirmativa contrária, isto é, “eu não tenho dinheiro e, portanto, não existe a possibilidade de comprar uma casa”.

Para que o período condicionante, isto é, a prótase tenha sentido taxativo e imprescindível, emprega-se conjunções do tipo “contanto que” e “com a condição que”, como no exemplo:

- 41) Entrego-te a joia, **contanto que** me restituas o dinheiro. (SAID ALI, 1964, p. 137, grifos do autor).

Segundo Said Ali, o emprego da locução conjuntiva “contanto que” pode, por vezes, ter sentido de condição única. Ou seja, a condição única apresenta-se pela indiferença ao cumprimento da ação estabelecida na oração principal, neste caso, “entrego-te a joia”.

De acordo com Said Ali (1964;1966), outras diferenças no emprego condicional podem ser percebidas em termos de equivalentes estilísticos, isto é, por meio da forma de expressão. A condicionalidade pode ser expressa por proposições constituídas por formas reduzidas. A primeira diferença citada pelo autor recai sobre o uso do imperativo; a segunda incide no emprego do verbo no imperfeito ou no futuro do conjuntivo; a terceira ocorre quando a proposição condicionante pode ser substituída por uma oração gerundial; e a quarta diferença se dá pelo uso do tempo passado na prótase (nas formas –sse e –ra). Conforme exemplos abaixo:

- 42) **Toma** este remédio e **ficarás** curado [= **Se tomares** este remédio **ficarás** curado].
(SAID ALI, 1964, p. 137, grifos do autor);
- 43) Houvera sido feliz, **a não ocorrer** a desgraça de seu neto (CASTILHO *apud* SAID ALI, 1964, p. 138, grifos do autor);
- 44) Ficarás curado **seguindo** os conselhos do médico (SAID ALI, 1964, p. 138, grifos do autor);

- 45) Não **estivesse eu** doente, não me encontrariam tão depressa. (SAID ALI, 1964, p. 138, grifos do autor).

Nesses exemplos, o autor deixa transparecer que os usos condicionais independem da presença de conjunção ou de locuções conjuntivas. Também se evidenciam usos condicionais expressos por proposições constituídas por formas nominais dos verbos, de (42) a (45). Em (42), converte-se a oração subordinativa iniciada por “se” em oração principal, com o verbo no imperativo. Segundo Said Ali, o emprego do imperativo é, muitas vezes, de uso retórico, isto é, a intenção maior é de convencimento imediato e não, necessariamente, de cumprimento da ação por parte do ouvinte. Em (43), converte-se a construção em uma oração infinitiva precedida de “a”, mas, para a compreensão do sentido condicional, faz-se necessária sua substituição pela conjunção “se”. Já em (44), a forma verbal no gerúndio exerce a função hipotética, podendo ser parafraseada por: “Se seguir os conselhos do médico, ficarás curado”. Por fim, em (45), ocorre a inversão do uso sujeito > verbo, por conta da forma verbal empregada, que é proferida antes da proposição condicionada – nestes usos, a apódose pode (ou não) vir introduzida pela conjunção “e”. Ainda, segundo Said Ali (1964;1966), tais possibilidades partem de um contexto específico de comunicação, denotando objetivos próprios na interação entre os falantes, em que a condicionalidade é percebida pela subjetividade das proposições.

A descrição de Said Ali (1964;1966) sobre o fenômeno condicional faz parte dos estudos clássicos. Segundo Neves (1999), essa afirmação pode ser atestada pelas nomenclaturas utilizadas pelo autor, como “período hipotético”, e pelo fato de focar sua explicação na relação de dependência com base na realidade ou irrealidade das informações, o que, como vimos, refere-se à factualidade ou a contrafactualidade das proposições (NEVES 1999; 2000). Quanto aos exemplos da gramática de Said Ali, destaca-se a modalidade escrita de língua, uma vez que a maioria delas foi retirada de obras literária clássicas (MENDES, 2010).

Vimos, nestas seções, que o uso condicional se dá por diferentes formas e por distintos propósitos comunicativos. Cada propósito comunicativo acarreta, normalmente, mudanças formais, sejam elas sintáticas – como na ordem verbo > sujeito, por exemplo, ou morfossintáticas – como no emprego de determinado tempo e modo verbal, por exemplo. Em

vista dessas diferenças de uso e de estrutura, resumimos, a seguir, as principais propriedades das construções condicionais levantadas nas gramáticas investigadas (Quadro 1).

Quadro 1 - Comparativo das propriedades formais e funcionais das condicionais em gramáticas de cunho normativo, descritivo e histórico

Gramáticas	Normativa/Prescritiva	Descritiva/Explicativa	Histórica	Aspectos em Comum
Propriedades Formais	Apresentam a conjunção 'se' como prototípica, e cita outras, como: caso, sem que, a menos que, salvo se, dado que, contanto que.	Consideram a conjunção 'se' como prototípica, e apresenta outras, como: caso, que, desde que, contanto que, sem que, a não ser que, salvo se, exceto se, etc.	Caracteriza a oração hipotética pela conjunção 'se', 'caso', 'caso que' e 'dado caso que'.	Todas as gramáticas dão prioridade à descrição das construções encabeçadas pela conjunção 'se'.
	Descrevem apenas as combinações de tempos e modos verbais mais comuns, com exemplos predominantemente literários (quando são voltados à escrita) ou da língua oral culta.	Apresentam ampla combinação de tempos e modos verbais, exemplificando com usos reais do PB. No caso das gramáticas de Neves utiliza-se ocorrências do <i>corpus</i> NURC.	Aborda tempos e modos verbais com referência aos usos típicos das construções condicionais, e, também, relaciona-os aos equivalentes estilísticos. Said Ali utiliza, majoritariamente, exemplos retirados de obras clássicas.	Na descrição das condicionais nomeadas de factuais, contrafactuais e eventuais, segue-se o mesmo padrão de tempos e modos verbais.
	Apresenta o predomínio no uso da ordem direta; Em relação ao esquema verbal, apresentam também as formas consideradas como reduzidas.	Apresentam a ordem (prótase > apódose ou apódose > prótase) das construções condicionais.	Apresenta, assim como as gramáticas normativas, as formas consideradas como reduzidas.	_____
	Caracterizam a construção condicional como a oração que 'apresenta a circunstância de que depende a realização do fato contido na principal'.	Definem as condicionais como aquelas constituídas por duas proposições, a prótase e a apódose, sendo a relação entre elas de 'condição para a realização' (NEVES, 1999).	Exemplifica o sentido condicional como a construção que é formada por uma oração principal que expressa um fato decorrente/dependente do fato suposto.	Todas caracterizam a condicionalidade pela relação de dependência entre prótase e apódose.

Propriedades Funcionais	Exemplificam a locução conjuntiva ‘contanto que’, que tem função impositiva e restritiva; assim como as locuções conjuntivas ‘somente se’ e ‘salvo se’.	Apresentam a conjunção ‘quando’ como possibilidade de leitura condicional/temporal. Além da explicação de outros usos de conjunções condicionais, como ‘salvo se’, ‘exceto se’, etc.	Aponta a locução conjuntiva ‘contanto que’ como a que tem função restritiva. Quanto aos equivalentes estilísticos, sinaliza o uso de imperativo como uma forma de o falante dar conselhos.	Especificam o uso de algumas conjunções ou locuções conjuntivas, entretanto, centram-se em ‘se’.
	Diferem as construções condicionais em três tipos: as que exprimem um fato real, um fato possível e um fato desejado.	Distinguem as condicionais em três subtipos (as quais não têm ligação com a realidade dos fatos): factualidade/eventualidade/contrafactualidade do que é dito. Além de relacionar as construções condicionais com usos pragmáticos (tópicos e atos de fala).	Divide as construções condicionais em três tipos: quando denota um fato real ou admitido como tal; quando estabelece uma relação hipotética; e quando apresenta um fato irrealizável.	Embora utilizem diferentes nomenclaturas, todas as gramáticas separam as construções condicionais em três subtipos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como exposto no Quadro (1), notam-se algumas preferências quanto à descrição das construções condicionais de acordo com a concepção de gramática adotada. Em alguns momentos, os aspectos formais, como a ordem sintática das orações, as combinações verbais, o tipo de conjunção ou locução conjuntiva que encabeça as orações condicionais, são predominantes – especialmente na gramática normativa que segue um modelo idealizado de língua; e, por vezes, os aspectos funcionais são explicados, como a correlação de tempo e modo verbal com o significado condicional, o valor imperativo e restritivo das conjunções condicionais, entre outros. A gramática que aborda detalhadamente tanto os aspectos formais quanto os funcionais é a de Neves (1999; 2000; 2011), ampliando, assim, a descrição do significado condicional.

Para completar de forma mais ampla a descrição das construções condicionais no português brasileiro, apresentamos, na próxima seção, alguns trabalhos linguísticos que tratam do fenômeno condicional.

2.4 CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS SEGUNDO ALGUNS TRABALHOS LINGÜÍSTICOS

Há diversidade de estudos linguísticos que se dedicam à descrição das construções condicionais no Português do Brasil, segundo diferentes perspectivas teórico-metodológicas e distintas amostras. Tendo isso em vista, selecionamos os estudos de cunho funcionalista¹⁸ (HIRATA-VALE, 2005; OLIVEIRA, 2008; BITTENCOURT, 2014) e sociolinguístico (GRYNER, 1990; BRANDÃO, 2018), baseados em amostras de fala e de escrita do PB, os quais têm relação com nosso objeto de pesquisa e com os objetivos aqui propostos.

Gryner (1990) investigou, sob a perspectiva sociolinguística (MOLLICA, 1986; LAVANDERA, 1984; LABOV, 1997), construções condicionais potenciais, também denominadas de prováveis ou possíveis. A pesquisadora ateve-se a este tipo de construção porque, segundo ela, é a mais frequente na língua, comparado às factuais e às contrafactuais.

O objetivo principal da tese foi verificar, em uma amostra oral de entrevistas sociolinguísticas, o uso e a variação entre futuro do subjuntivo e presente do indicativo nas

¹⁸ A abordagem funcionalista é constituída por diferentes vertentes, oriundas de distintas escolas. Nos EUA, um movimento importante surgiu nos anos 1970 com Givón, Thompson, Hopper, entre outros, que deu origem ao Funcionalismo norte-americano, e, mais recentemente, à Linguística Funcional Centrada no Uso. Outro ponto de vista funcional pode ser verificado na proposta da Gramática Funcional (GF) de linha holandesa (Dik, 1989, 1997) e na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008). Os pressupostos funcionais de Halliday também se destacam, debatidos, principalmente, pela escola de Londres.

condicionais introduzidas por conectores, e presente do indicativo e gerúndio nas construções sem conectivo. Apresentamos, a seguir, alguns exemplos de tempo-modo e conexão constituídos pela alternância das construções condicionais potenciais (GRYNER, 1990):

- 46) Futuro do Subjuntivo - precedido de conectivo: Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come (GRYNER, 1990, p.22);
- 47) Presente do indicativo – precedido de conectivo: Se corre o bicho pega, se fica o bicho come (GRYNER, 1990, p.22);
- 48) Presente do indicativo (justaposta) – não precedido de conectivo: Corre, o bicho pega; fica, o bicho come (GRYNER, 1990, p.22);
- 49) Gerúndio – não precedido de conectivo: Correndo o bicho pega, ficando o bicho come (GRYNER, 1990, p.22).

Segundo Gryner, essas condicionais se caracterizam tanto pelo morfema modo-temporal quanto pela conexão sintática entre os períodos (conectivo, não-conectivo). Neste sentido, em (46), tem-se uma construção potencial prototípica com uso do futuro do subjuntivo; em (47), também se utiliza a conjunção prototípica “se”, mas na forma verbal do presente do indicativo. Por outro lado, (48) e (49) não apresentam uso de conector, estando no presente do indicativo e na forma gerundial, respectivamente.

A hipótese central do trabalho era de que a atividade linguística - neste caso, a variação entre as formas verbais e o uso de conectores nas construções condicionais potenciais -, é instrumento e reflexo da atividade social, e pode ser descrita sistematicamente. Para isso, a autora controlou alguns fatores linguísticos, a saber: (i) paralelismo das formas verbais; (ii) a experiência do conteúdo; (iii) complexidade argumentativa; (iv) contextos exemplificadores; (v) a natureza do sujeito; (vi) verbo da apódose; (vii) ordem das proposições¹⁹. Verificou-se, também, o fator social de escolaridade.

Para a análise, Gryner ampliou o olhar sobre a descrição linguística, indo além da verificação de frases isoladas. Em outras palavras, a autora considerou todo o contexto

¹⁹ Sobre os fatores linguísticos, esclarecemos que o paralelismo, neste caso, refere-se à repetição das formas de tempo e modo verbal na prótase e na apódose; a experiência diz respeito à presença vs. ausência de conhecimento da realidade do conteúdo expresso pela oração condicional com o uso do tempo-modo verbal, representado pelo [+experenciado vs. -experenciado]; a complexidade argumentativa condiz à arquitetura do discurso argumentativo em que ocorre o período hipotético, sendo eles: confirmação, neutralidade e contestação; contextos exemplificadores referem-se ao modo de argumentação; a natureza do sujeito é separada em [+/- referencial], [+/- genérico] e [+/- impreciso]; verifica-se o verbo da apódose quanto ao tempo futuro, presente e modalizado; e, por fim, a ordem, que faz menção à anteposição, posposição e quando não há apódose, estando esse critério ligado aos contextos marcados e não-marcados.

discursivo e não apenas um recorte linguístico, o que fez com que aspectos semântico-pragmáticos fossem verificados. Ademais, com o controle dos componentes linguísticos envolvidos pôde-se constatar que todos os contextos linguísticos, os quais são relacionados sintaticamente à variante, são definidos por usos semântico-pragmáticos. Ou seja, as variantes empregadas nas orações ocorrem através da identificação dos contextos em que essas formas são regularmente utilizadas.

Assim, a autora inova quando fundamenta a pesquisa em pressupostos teórico-metodológicos que permitem, através da análise empírica e da sistematização dos dados, integrar os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos, bem como os diversos níveis da língua envolvidos no fenômeno variável, correlacionando-os entre si e aos contextos sociais e discursivos do seu uso, o que confirma a hipótese do trabalho. Além de mostrar a importância dos gêneros discursivos no uso das formas linguísticas, uma vez que os resultados apontaram para interferências do gênero entrevista na produção das formas potenciais. Desta forma, as diferentes construções potenciais são usadas em distintos contextos, sendo influenciadas pelo gênero discursivo.

Outro trabalho que sumarizamos foi o de Hirata-Vale (2005). A autora investigou, sob a perspectiva funcionalista (Halliday, 1985; Matthiessen; Thompson, 1988; Traugott, 1985; Traugott; König, 1991; Hopper; Traugott, 1993), as diferentes estruturas do português escrito²⁰ que expressam uma relação condicional – além das que têm a estrutura prototípica “se p, (então) q”. O principal objetivo da tese foi traçar um contínuo condicional composto por diferentes construções (aditivas, disjuntivas, justapostas e temporais), segundo fatores de natureza sintática, semântica e pragmática, a saber:

- 50) “Siga as instruções e ganhará um prêmio”. (HIRATA-VALE, 2005, p. 74)
- 51) “Faça o que eu mando ou se arrependerá”. (FILLENBAUM, 1986 *apud* HIRATA-VALE, 2005, p. 75);
- 52) “Tivesse eu dinheiro, conheceria o mundo”. (BECHARA, 2000, p. 507 *apud* HIRATA-VALE, 2005, p. 69);
- 53) “Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem”. (FER-LO *apud* HIRATA-VALE, 2005, p. 118).

²⁰ O *corpus* utilizado foi constituído por textos de literatura dramática, oratória, técnica, romanesca e jornalística, coletados no Laboratório de Estudos Lexicográficos da UNESP (Araraquara).

Em Hirata-Vale (2005), as ocorrências (50) a (53) são nomeadas como construções paratáticas condicionais. De acordo com a pesquisadora, o que permite a leitura condicional de tais construções é a relação de causa > consequência entre as proposições. Nestes casos, a conjunção prototípica “se” pode (ou não) ser inserida na construção e o sentido condicional será preservado. Assim, a construção aditiva (50) pode ser caracterizada por um operador causal ou causal-temporal, sendo ligada pelo conector “e”; as orações subsequentes com leitura condicional, como em (51), podem ser marcadas pelos atos ilocutórios de promessa ou ameaça, que ocorrem “quando aquilo que é expresso na oração-apódose não é desejado pelo falante” (HIRATA-VALE, 2008, p. 75); as justapostas condicionais geralmente apresentam o verbo anteposto ao sujeito e marcado pelo passado (mais-que-perfeito do indicativo ou imperfeito do subjuntivo (BECHARA, 2000 *apud* HIRATA-VALE, 2005), como é o caso de (52); e as construções temporais (53), que codificam a certeza do falante na proposição.

A autora levantou a hipótese de que as construções paratáticas podem expressar valor condicional porque, supostamente, passam por um processo pragmático-discursivo de subjetivização (TRAUGOTT, 1989; 1995; 2002; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991, entre outros). Tais construções fazem “com que expressões mais concretas se tornem mais abstratas, mostrando a atitude do falante em relação ao que está sendo dito” (HIRATA-VALE, 2005, p. 40). Desta forma, a autora supôs que as construções paratáticas significam condição porque manifestam a avaliação e a atitude do falante em relação ao conteúdo expresso, o que ocorre por meio do reforço da informatividade que é resultante de processos metonímicos (HIRATA-VALE, 2005). Assim, os fatores linguísticos controlados foram: (i) a ordem das ocorrências das orações, (ii) as correlações modo-temporais e (iii) os tipos de situação em que as construções paratáticas são usadas.

Os resultados identificaram 117 ocorrências de construções paratáticas²¹ cuja interpretação equivale às condicionais. De modo específico, ocorreram 21 ocorrências de construções justapostas condicionais, 13 casos de construções disjuntivas condicionais e 04 ocorrências de construções aditivas condicionais. Já as construções temporais com valor condicional somaram um total de 79 ocorrências, conforme o Quadro (2) a seguir.

²¹ Os fatores controlados foram (i) a ordem das ocorrências das orações, (ii) as correlações modo-temporais e (iii) os tipos de situação em que as construções paratáticas são usadas.

Quadro 2 – Construções paratáticas

	Dramática	Jornalística	Romanesca	Técnica	Oratória	Total
Justapostas	13	01	05	02	-	21
Alternativas	03	06	-	04	-	13
Aditivas	03	-	01	-	-	04
Temporais	21	07	08	19	24	79

Fonte: Hirata-Vale (2005, p. 80).

Os resultados de Hirata-Vale (2005) confirmaram a hipótese de que as construções são usadas com valor condicional desde o latim²². Hirata-Vale (2005, p. 131) afirma que não há mudança morfossintática nessas construções, “com exceção talvez das construções temporais, que mostrasse [*sic.*] que elas estariam se tornando mais gramaticais”. Assim sendo, a interpretação condicional das construções analisadas é decorrente de processos inferenciais de implicatura da incerteza e a implicatura da perfeição condicional (*conditional perfection*). Isso se dá, conforme a autora, devido ao processo de convencionalização de implicaturas conversacionais conferido nas construções, e pela perfeição condicional (isto é, condição como necessária e suficiente para a validação da consequência (OLIVEIRA; HIRATA-VALE, 2017)), que valida a leitura com valor de condição.

Em relação aos resultados para os fatores linguísticos controlados, a ordem das construções paratáticas aponta para “uma iconicidade motivada de relação causa-efeito”, não havendo diferenças entre as condicionais canônicas e as paratáticas, no que diz respeito ao comportamento sintático e pragmático.

Outro trabalho que descreve as orações e conjunções condicionais do português escrito do Brasil²³ é o de Oliveira (2008). Pautada na abordagem teórico-metodológica da Gramática Discursivo Funcional (DIK, 1990; DIK *et al.*, 1990; WAKKER, 1992, 1994, 1996; CUVALAY, 1996), a autora investigou as diferentes conjunções que introduzem as orações condicionais nos níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos. O objetivo principal da tese, portanto, foi descrever

²² Esta afirmação foi feita pela autora com base em Tutescu (1990). Segundo ela “as considerações de Tutescu (1990) mostram que desde o latim existem diferentes expedientes, além da construção condicional com *si*, para a expressão do valor condicional, e que essa tendência também se manifesta nas línguas românicas de uma maneira geral.” (HIRATA-VALE, 2005, p. 35).

²³ A amostra é composta por gêneros discursivos da língua escrita (literatura romanesca, dramática, técnica, jornalística, de propaganda e de oratória), datados de 1950 a 2000, disponíveis no banco de dados do Laboratório de Lexicografia, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara.

as conjunções condicionais complexas, considerando aspectos formais e funcionais envolvidos no uso das construções que são introduzidas por tais conjunções. As conjunções analisadas são divididas em dois grupos: (i) as restritivas positivas²⁴ e (ii) restritivas negativas²⁵, como se vê nos exemplos abaixo:

- 54) A não ser que ele vá eu vou. (OLIVEIRA, 2008, p. 6);
- 55) Somente se ele for eu vou. (OLIVEIRA, 2008, p. 6);
- 56) Se ele for eu vou. (OLIVEIRA, 2008, p. 6).

Em (54), o conector restringe a condição para a não realização do evento descrito na oração principal (condição única para a suposta ida a algum lugar); nesses termos, “a não ser que” faz parte das conjunções restritivas negativas. Em (55), ocorre o inverso, pois a locução conjuntiva “somente se” limita a situação contida na prótase, implicando-se mutuamente, uma vez que ambas as proposições são consideradas verdadeiras; este tipo de conjunção se insere nas conjunções restritivas positivas. Diferentemente dos conectores citados, a conjunção “se”, em (56), não mais restringe os sentidos estabelecidos na condição, isto é, seu sentido é ampliado. Por isso, a conjunção “se” não se inclui nas conjunções restritivas – negativas ou positivas (OLIVEIRA, 2008).

A partir da diferença de sentido das conjunções complexas, a autora levantou a hipótese de que tais nuances acarretariam em diferenças significativas na configuração das construções condicionais, isto é, as orações introduzidas por tais conjunções demonstrariam comportamento semântico-pragmático distinto uma das outras. Para a averiguação da suspeita inicial, Oliveira (2008) controlou os seguintes fatores linguísticos: (iii) as estratégias discursivo-pragmáticas; (iv) os tipos de entidade descritos pelas orações condicionais; (v) a factualidade das proposições; (vi) a referência temporal; (vii) a pressuposição; (viii) a ordem; e (ix) os tempos e modos verbais.

A autora identificou 567 ocorrências de conjunções condicionais complexas na amostra, que apontam para uma regularidade no que se refere ao comportamento das orações, não havendo diferenças significativas entre as conjunções condicionais encontradas, ou seja, refutou-se a hipótese inicial de que haveria diferenças semânticas e pragmáticas entre as

²⁴ Estas, segundo a autora, apresentam uma condição que limita a validação da oração núcleo, em uma relação em que ambas as proposições são verdadeiras, ou ambas falsas.

²⁵ Estas apresentam a oração condicional como única condição para a não validação da oração núcleo, em uma relação de polaridade inversa (OLIVEIRA, 2018, p. 2)

conjunções e locuções conjuncionais. O Quadro (3), a seguir, ilustra a classificação das conjunções condicionais complexas, considerando a base lexical:

Quadro 3 – Tipos de conjunção segundo a base lexical

CONJUNÇÕES CONDICIONAIS COMPLEXAS		
Base Verbal	Base Conjuncional	Base Preposicional
A não ser que	Exceto se Salvo se Só/somente se	Sem que A menos que Contanto que Desde que

Fonte: Oliveira (2008, p. 73).

Segundo a autora, as conjunções condicionais complexas não acarretam diferenças de sentido significativas na amostra, uma vez que essas conjunções podem manifestar tanto o sentido restritivo positivo, como o restritivo negativo, havendo um comportamento semelhante em relação à conjunção condicional prototípica, por exemplo.

Referente aos fatores linguísticos controlados, Oliveira (2008) averiguou que, quanto aos “tipos de entidades”, as conjunções complexas condicionais se realizam em apenas dois dos quatro tipos semânticos estabelecidos por Hengeveld²⁶. Os resultados obtidos foram de segunda e terceira ordem: segunda porque as condicionais designam um estado-de-coisas, que pode ser avaliado em termos de sua realidade; e de terceira ordem, porque as condicionais se referem a um conteúdo proposicional, que pode ser atestado em termos de sua veracidade.

No que tange ao fator “factualidade das proposições”, Oliveira (2008) observou a recorrência de uso não factual das condicionais. Acerca da “pressuposição”, foi identificada a alternância entre condicionais pressupostas e não pressupostas²⁷, sendo estas as mais frequentes na amostra. Quanto ao parâmetro “referência temporal”, a autora destaca que uma oração condicional pode ser classificada em dependente – quando a condicional depende da referência

²⁶ As ordens são estabelecidas de acordo com GF (Hengeveld (1993, 1996, 1998) apud Oliveira (2008)), e equivalem a quatro tipos de entidades semânticas: “(i) de ordem zero (se designam uma propriedade ou relação), (ii) de segunda ordem (se designam um estado-de-coisas, que pode ser avaliado em termos de sua realidade), (iii) de terceira ordem (se designam um conteúdo proposicional, que pode ser avaliado em termo de sua veracidade) e de (iv) quarta ordem (se designam um ato de fala, que pode ser avaliado em termos de informatividade”); no caso das construções adverbiais somente considera-se as entidades de segunda e terceira ordem (OLIVEIRA, 2008, p. 59).

²⁷ Segundo a autora ‘uma oração pode ser classificada como pressuposta se o falante formula seu enunciado partindo do suposto de que seu ouvinte tem conhecimento de que o conteúdo veiculado na adverbial é real/não real ou verdadeiro/não verdadeiro’. Já quando se refere a uma oração adverbial não pressuposta temos ‘se o falante produz seu enunciado partindo do suposto de que seu ouvinte não tem conhecimento de que o conteúdo descrito pela oração adverbial é real/não real ou verdadeiro/não verdadeiro, a oração adverbial será classificada como não pressuposta’ (OLIVEIRA, 2008, p. 66).

temporal apresentada na oração núcleo (RTD) – e independente – quando a referência temporal independe da referência temporal da oração núcleo (RTI). O que se encontrou nos dados analisados foi uma relação de dependência. Isso significa que as relações encontradas foram:

Segunda ordem/RTD/não factual/não pressuposta
 Segunda ordem/RTD/não factual/pressuposta
 Terceira ordem/RTD/não factual/não pressuposta
 Terceira ordem/RTD/não factual/pressuposta (OLIVEIRA, 2008, p. 107).

Mais recentemente, Bittencourt (2014)²⁸, com base no funcionalismo de vertente norte-americana, norteados principalmente por Givón (1995; 2009); Bybee, 1985; Bybee *et al.*, .1994; Fleischman, 1982), investigou o Futuro do Subjuntivo (FS), considerando as categorias funcionais de tempo e modalidade, a partir de uma amostra sincrônica de fala²⁹ do PB. O objetivo central da tese foi descrever o domínio funcional do FS em português, analisando-o como macrodomínio funcional que contempla as categorias gramaticais de tempo e modalidade. Dessa forma, o objeto de estudo foi analisado em diferentes construções:

- 57) Orações adverbiais condicionais: Se **puder**, volte amanhã (MESQUITA, 1999 *apud* BITTENCOURT, 2014, p. 38);
- 58) Orações adverbiais temporais: Quando eu **voltar**, saberei o que fazer (INFANTE; NICOLA, 1990 *apud* BITTENCOURT, 2014, p. 38);
- 59) Orações adverbiais conformativas: Farei conforme **mandares** (CUNHA; CINTRA, 2001 *apud* BITTENCOURT, 2014, p. 38);
- 60) Orações adverbiais comparativas: Será como **quiseres** (AZEREDO, 2008 *apud* BITTENCOURT, 2014, p. 38);
- 61) Orações adverbiais proporcionais: Quanto maior **for** a altura, maior será o tombo (CEGALLA, 2005 *apud* BITTENCOURT, 2014, p. 38);
- 62) Orações adjetivas: Quem **obtiver** o primeiro prêmio receberá bolsa integral (NETO; INFANTE, 2010 *apud* BITTENCOURT, 2014, p. 38).

²⁸ Trazemos este trabalho por consideramos importante a perspectiva da autora ao abordar o domínio funcional de TAM (tempo-aspecto-modalidade) – assemelhando-se, em partes, aos nossos objetivos –, e pelo fato desses subdomínios serem analisados no conjunto das construções condicionais.

²⁹ A amostra, extraída do Banco de Dados do Varsul (Variação Linguística na Região Sul), foi composta por 72 entrevistas, de 24 informantes da cidade de Florianópolis, 24 de Curitiba e 24 de Porto Alegre.

Tais ocorrências referem-se as orações subordinadas em que é empregado o tempo-verbal de Futuro do Subjuntivo. Como exemplificado, o FS pode ocorrer em construções condicionais (57); em orações temporais, como em (58); em adverbiais conformativas, como em (59); em orações adverbiais comparativas, como em (60); em orações proporcionais, como em (61); ou em orações adjetivas, como em (62). Bittencourt (2014), portanto, deteve-se à investigação do FS nesses contextos.

A hipótese central da tese, apoiada em Bybee (1998) e Givón (1995), postulou que o FS se liga à forma *irrealis* (modalidade epistêmica) e à marcação de futuridade (ao que tange o domínio da temporalidade), acarretando no uso multifuncional do fenômeno (BITTENCOURT, 2014). Para isso, a autora considerou fatores de cunho semântico-discursivo e morfossintático, tais como: (i) tipo textual, (ii) tipo de verbo utilizado, (iii) a posição do FS na oração, (iv) a relação temporal (anterioridade, posterioridade ou futuridade) e a (v) modalidade (*realis vs. irrealis*).

Os resultados identificaram um total de 534 ocorrências de valores temporais associados ao FS, os quais

distribuíram-se num *continuum* entre (i) *tempo indeterminado* (fraco); (ii) *presente relativo*, (iii) *presente* e (iv) *futuro*". Já no eixo da modalidade, "o futuro do subjuntivo ocorreu principalmente em enunciados marcados pela expressão da *modalidade epistêmica*, com destaque para presença dos traços modais de *possibilidade* e *probabilidade* nesses contextos (BITTENCOURT, 2014, p. 325).

Com isso, a hipótese relativa à modalidade foi confirmada, porém a suposição relacionada à marcação de futuridade (ao que tange o domínio da temporalidade) se confirmou parcialmente. A análise revelou que o tempo mais recorrente da amostra é o tempo presente, em 52% dos casos. Já o tempo futuro apareceu em 32% dos casos, o que também se demonstrou significativo, segundo a autora. Verificou-se um *continuum* entre "mais tempo (futuro) e menos modalidade" e "menos tempo e mais modalidade". Outro resultado interessante, segundo Bittencourt (2014), foi a alta recorrência do conector condicional "se" na amostra, o que indica uma estabilidade funcional no uso do FS quando junto de construções condicionais iniciadas pela conjunção.

Por fim, resumamos o trabalho de Brandão (2018), que se dedicou ao estudo quantitativo (com auxílio do programa *Concorder-Pro*), e descritivo-interpretativo de três combinações verbais em construções condicionais introduzidas por "se", sob a perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972], 1994, 2001, 2010). Os dados somaram um total de 982

construções condicionais, retiradas de 152 entrevistas do ALIP³⁰. Brandão se debruçou sobre três combinações verbais, que estavam presentes nas estruturas condicionais potenciais da amostra:

- 63) Futuro do Subjuntivo (FS) + Futuro do indicativo perifrástico (FI): Se José **tiver** dinheiro, **vai comprar** uma ilha; (BRANDÃO, 2018, p. 19);
- 64) Futuro do subjuntivo + Presente do indicativo (PI): Se José **tiver** dinheiro, **compra** uma ilha; (BRANDÃO, 2018, p. 19);
- 65) Presente do indicativo + Presente do indicativo: Se José **tem** dinheiro, **compra** uma ilha. (BRANDÃO, 2018, p. 19).

As combinações modo-temporais das condicionais foram analisadas nos contextos potenciais, uma vez que, segundo Brandão, são os contextos em que as construções condicionais são mais empregadas pelos falantes. Embora a autora considere os tipos “reais” e “irreais”, a análise qualitativa e estatística recai sobre as condicionais “potenciais”. Assim, tem-se três combinações verbais possíveis nos usos potenciais, isto é, FS > FI, como em (63), FS > PI (64), e PI > PI, como no caso de (65).

A autora postulou que a alternância verbal de construções condicionais introduzidas por “se”, em determinados contextos, constitui um fenômeno em variação no Português Brasileiro. Para atestar a hipótese, controlaram-se fatores linguísticos e sociais, dividindo-os em diferentes critérios, a saber: (i) textual-discursivo, isto é, tipo textual (narrativa, descrição e argumentação); (ii) pragmático-discursivo, como a temporalidade e modalidade das construções; (iii) semântico: tipo de sujeito (+/- definido); e (iv) de natureza social, separados por idade, sexo e escolaridade dos informantes.

Os resultados apontam para a relevância da verificação sobre os aspectos linguísticos e sociais na descrição das construções condicionais potenciais da amostra. Nesse sentido, o controle sobre o tipo textual evidenciou a preferência da combinação FS > FI na sequência argumentativa, enquanto FS > PI em sequências narrativas, e à combinação de PI > PI em textos descritivos, comparados às demais sequências. Verificou-se, ainda, que os usos de PI > PI tendem a aparecer em contextos deônticos, enquanto o FS > FI, por exemplo, apareceram mais frequentemente nos contextos epistêmicos. Quanto à temporalidade, os padrões de usos

³⁰ A amostra foi constituída por dados de fala produzidos por informantes do interior paulista do projeto ALIP – “Amostra Linguística do Interior Paulista” (GONÇALVES, s.d.). Assim, do total de 982 dados encontrados, 68 não entram na análise de Brandão (2018) por não serem da natureza que se estava buscando.

encontrados em contextos atemporais foram: FS >PI, PI > PI, FS > FI; por outro lado, quando as condicionais são temporais, foram encontrados dois padrões distintos de combinação: com sujeito genérico PI > PI, e não-genérico FS > PI. Segundo Brandão (2018), as variáveis independentes de natureza linguística envolvem explicações sobre o significado das construções condicionais, sendo necessária a verificação da relação entre prótase e apódose, uma vez que, ao se considerar uma das proposições separadamente, pode-se chegar a resultados parciais.

Quanto às variáveis sociais controladas, a que surtiu maior efeito sobre o fenômeno condicional foi a idade, uma vez que os falantes mais jovens “privilegiaram o uso da combinação com indicativo na prótase e na apódose (PI+PI), enquanto os mais velhos utilizaram em maior escala a combinação com FS+FI, com subjuntivo na prótase e futuro do indicativo na apódose” (BRANDÃO, 2018, p. 129). Esse resultado, portanto, indicou uma tendência de mudança com preponderância nas formas de indicativo e de presente, confirmando a hipótese de que há variação, no sentido Laboviano, entre os usos modo-temporais das construções da amostra. Entretanto, segundo Brandão, a verificação sobre uma eventual mudança somente poderá ser comprovada em estudos posteriores e diacrônicos.

A partir dos estudos aqui sumarizados, elaboramos o Quadro (4), que sintetiza os critérios formais e funcionais adotados na análise de construções condicionais das respectivas pesquisas.

Quadro 4 - Levantamento bibliográfico sobre o fenômeno condicional em pesquisas linguísticas.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE PESQUISAS LINGUÍSTICAS SOBRE CONDICIONALIDADE					
ESTUDOS	GRYNER (1990)	HIRATA-VALE (2005)	OLIVEIRA (2008)	BITTENCOURT (2014)	BRANDÃO (2018)
OBJETO	Variação e conexão de construções condicionais potenciais.	Significado condicional em estruturas canônicas (se p,q), e em construções paratáticas.	Conjunções condicionais complexas que introduzem as orações condicionais.	Futuro do Subjuntivo (FS) , a partir do domínio funcional de tempo e modalidade.	Formas verbais em construções condicionais introduzidas por “se” .
CORPUS	76 entrevistas orais sociolinguísticas , com informantes do Rio de Janeiro (RJ) , realizadas entre os anos de 1980 e 1983 .	Textos escritos: Literatura técnica (manuais técnicos); Jornalística (editoriais/artigo de opinião); Dramática (obras de teatro /novela); Romanesca; e Oratória (discurso político);	Textos escritos: Literatura romanesca (romances/contos); Dramática (teatro/novela); Técnica (textos acadêmicos-científicos); Jornalística (editoriais/crônicas/cartas /notícias); Propagandas (campanhas); e Oratória (discursos políticos, acadêmicos e religiosos).	Dados sincrônicos de fala da Região Sul do Brasil, coletados em 1990 - 72 entrevistas do banco-base com informantes de Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre .	Dados orais de Iboruna - banco de dados de registro oral do projeto Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP) (GONÇALVES, s.d), que conta com 152 entrevistas sociolinguísticas .
CRITÉRIOS FORMAIS	Ordem das proposições; variação modo-temporal das proposições; natureza	Ordem das proposições ; Correlações de modo e tempo verbal .	Ordem em que as conjunções aparecem, isto é, na prótase ou apódose ; Correlação	Contexto sintático e tipo de conector que antecede o FS; Posição da oração com FS; (ir)regularidade	Ordem das proposições ; Correlação modo-temporal

	do sujeito; verbo da apódose;		modo-temporal das construções condicionais.	morfológica (verbo irregular ou regular);	
CRITÉRIOS FUNCIONAIS ³¹	Tempo e modo relacionado ao significado da construção; contextos de uso; elementos que envolvem argumentação;	Tempo e modo relacionado ao significado da construção; contextos de uso; modalidade correlacionada às construções temporais.	Estratégias discursivo-pragmática; Tipos de entidade; Factualidade das proposições; Referência temporal; Pressuposição.	Tipo textual; Sequência discursiva; Expressão da modalidade; expressão temporal do FS; Pessoa do discurso.	Tipo textual (narrativa, descrição e argumentação); tipo de sujeito (1ª ou 2ª pessoa); Tempo e modalidade;

Fonte: Elaborado pela autora.

³¹ Os critérios funcionais relacionado a fatores discursivos-pragmáticos, como tipo textual/sequência discursiva e modalidade, serão explicados no decorrer desta dissertação, uma vez que também nos propomos a controlar fatores dessa ordem.

Conforme exposto no Quadro (4), os critérios formais e funcionais empregados nos diferentes estudos linguísticos se equiparam em vários momentos. É importante observar que o aspecto formal de ordem e de tempo-modo verbal das proposições possui relevância quanto aos fatores linguísticos a serem controlados, pois, conforme os estudos, eles caracterizam sintaticamente as construções condicionais. Por outro lado, os critérios funcionais variam conforme as especificidades do objeto e a perspectiva teórico-metodológica adotada em cada estudo. Gryner (1990), por exemplo, busca sistematizar os dados a partir do contexto linguístico em que o fenômeno se insere, considerando aspectos sintáticos e semântico-pragmáticos na descrição das condicionais potenciais. Em Hirata-Vale (2005), o contexto discursivo foi relevante, visto que a autora analisou diferentes estruturas sintáticas que codificam condição, além da considerada prototípica (Se p, q). Para Oliveira (2008), importam os aspectos discursivo-pragmáticos, uma vez que a pesquisa focalizou a análise de diferentes conjunções condicionais e seus respectivos significados; diferentemente de Bittencourt (2014) e Brandão (2018), que centraram seu foco no exame da modalidade correlacionada à expressão de tempo e modo verbal, bem como no tipo textual envolvido no fenômeno estudado. Desta forma, pode-se dizer que os critérios formais averiguados permanecem praticamente os mesmos, o que varia, nas análises, portanto, são os critérios funcionais.

A partir desta revisão bibliográfica, pudemos verificar a importância de se discutir o que vêm sendo estudado e o que já é sabido acerca do fenômeno linguístico. Neste sentido, torna-se possível dialogarmos com outras pesquisas linguísticas e percebermos que convergem em alguns pontos, principalmente no mapeamento de critérios formais e funcionais intrínsecos às construções condicionais. Nosso trabalho, portanto, corrobora com as demais pesquisas quando admite e analisa a correlação sintática-semântica-pragmática das construções, e avança quando estabelece relações com o contexto comunicativo e com o gênero discursivo, bem como quando considera a construção como um todo complexo, isto é, formada tanto pela oração hipotática quanto pela oração principal, analisando as propriedades sintáticas e semânticas de ambas.

Dito isso, passamos para a revisão dos subsídios teóricos que fundamentam esta pesquisa.

3. SUBSÍDIOS TEÓRICOS

Este capítulo trata dos pressupostos teórico-metodológicos adotados no estudo, o qual se insere na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Em vista disso, faz-se necessário detalhar as vertentes teóricas que originaram a LFCU, isto é, o Funcionalismo de base norte-americana e o modelo cognitivista da Gramática de Construções (GC). Do Funcionalismo norte-americano destacamos principalmente as contribuições de Givón (1993; 1995; 2002) sobre o complexo domínio de TAM (tempo-aspecto-modalidade). Da GC, interessam-nos, particularmente, os conceitos de “esquematicidade, produtividade e composicionalidade”, de Traugott e Trousdale (2013).

Somado a isso, a LFCU demonstra particular interesse na dimensão contextual para a descrição linguística. Por isso, discutimos questões acerca dos gêneros discursivos – com base em Bakhtin (2003), Marcuschi (2003) e Decat (2012) -, uma vez que esta dissertação se propõe a efetuar uma análise de textos escritos, mais especificamente, do gênero carta pessoal. Quanto a isso, definimos os aspectos estruturais e funcionais do gênero carta pessoal, com base em autores como Guimarães Silva (2002) e Paredes (2012). Em seguida, discorreremos sobre as particularidades das *cartas pessoais de “adeus”* de nossa amostra.

3.1 FUNCIONALISMO

O modelo funcionalista se dedica ao estudo da estrutura linguística em diferentes contextos comunicativos. Para essa abordagem, a língua e sua estrutura emergem e significam no uso e na interação entre os falantes. A língua é tida como instrumento de interação social e como uma estrutura maleável, sujeita a pressões de usos que se definem pelas situações comunicativas (NEVES, 1997; MARTELOTTA; KENEDY, 2015).

Quanto à descrição linguística, observam-se as funções que um item linguístico desempenha na língua, dentro dos contextos de usos específicos. Isso quer dizer que a estrutura gramatical deve ser analisada com base no evento comunicativo (PUC-Rio, 2018), o qual é intrínseco à função da linguagem. Esta, por sua vez, é concebida em seu papel social, sendo o conhecimento linguístico dos falantes discutido a partir de elementos linguísticos e extralinguísticos (que podem ocorrer em níveis mais amplos, como o pragmático e o discursivo).

A estrutura gramatical é vista como código comunicativo, em razão de o fenômeno sintático ser compreendido somente a partir do estudo da língua em uso, “em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída” (MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p. 17). Ou seja, os usos gramaticais são moldados pelo discurso; na interação entre os falantes.

Para Neves (1997, p. 40), em uma perspectiva funcional, a gramática pode ser entendida como uma rede de relações, “ligada por peças do sistema e pelas funções que elas preenchem”. Ou seja, a funcionalidade da gramática está na relação entre o sistema linguístico, seus mecanismos e as funções que eles ocupam, tornando-se dinâmica “porque reconhece e assume a força ativa que está detrás do desenvolvimento da língua, na instabilidade entre estrutura e função” (NEVES, 1997, p. 03). Neste sentido, a gramática é tida como sistema não estável, acessível às pressões de uso, em que se configura/adapta de acordo com as necessidades comunicativas dos falantes.

Assim, a proposta central do funcionalismo gira em torno da percepção de que a forma linguística se correlaciona diretamente à função comunicativa da linguagem. É a partir deste postulado que surgem desdobramentos teóricos, como a LF norte-americana, da qual discorreremos a seguir.

3.2 FUNCIONALISMO NORTE-AMERICANO

A vertente funcionalista da Costa Oeste americana, que inclui diferentes representantes, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Elizabeth Traugott, Joan Bybee, entre outros, ratifica o postulado de que o sistema linguístico não é uma entidade autônoma (GIVÓN, 1995).

Para essa abordagem, a língua é uma atividade sociocultural (GIVÓN, 1995). Isso significa dizer que o sistema linguístico é constituído de representações sociais e culturais, além de outros fatores que permeiam e agem sobre a estrutura linguística, tais como: motivações cognitivas, comunicativas, e que envolvem mudanças e variações linguísticas (GIVÓN, 1995). Esses fatores, como dito, agem sobre a língua e servem para satisfazer os propósitos comunicativos dos falantes.

Nas palavras de Givón (1995), a organização linguística cumpre uma função adaptativa, constituída pela representação cognitiva e pela comunicação. Logo, a linguagem pode ser codificada por esses dois subsistemas (cognitivo e comunicativo), sendo a estrutura linguística

analisada dentro de ambos os parâmetros (GIVON, 2002). Ou seja, o uso que o falante faz da língua pode ser explicado pelos processos cognitivos que o motivam, ou pela função comunicativa que determinada construção/entidade linguística exerce na própria língua.

Quanto à gramática, Givón (1995) argumenta que ela é codificada simultaneamente pela semântica proposicional e pela gramática do discurso, no sentido de a gramática moldar o discurso e o discurso a gramática. É no discurso e sob a influência de seu contexto que a gramática surge e se modifica, ou seja, é a partir do uso gradativo que determinada entidade linguística adquire outros sentidos e, por vezes, outras formas (COSTA; FURTADO DA CUNHA, 2016). Observa-se essa relação, por exemplo, em formas gramaticalizadas, isto é, à medida que uma nova variante se torna recorrente e usual na comunidade linguística, novas regras gramaticais são estabelecidas àquela forma (é o caso de marcadores discursivos (MD), por exemplo, os de base verbal, como: olha e veja³²). Isso quer dizer que uma nova regra emergiu do discurso para a gramática, lembrando que é a gramática que fornece convenções básicas para que a comunicação ocorra de maneira clara e ordenada (COSTA; FURTADO DA CUNHA, 2016).

Nesses termos, a gramática da língua é emergente, não arbitrária, motivada e icônica (GIVÓN, 1995). Emergente porque, como explicado, é passível de novas significações; não arbitrária porque ao falante criar novos significados a uma palavra o faz não arbitrariamente, isto é, de forma motivada, uma vez que tende a “utilizar material já existente na língua, estendendo o sentido de palavras” (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2015, p. 18). Em outras palavras, os novos usos linguísticos, com base em usos já existentes, são motivados por determinadas escolhas que acontecem pela interferência do contexto discursivo ou da representação cognitiva. Pressupõe-se, portanto, que há uma iconicidade, isto é, as escolhas linguísticas feitas pelos falantes ocorrem naturalmente e, por isso, refletem algum tipo de motivação.

Sobre as escolhas que os indivíduos fazem por determinada forma e/ou função linguística (e a relação/correspondência entre ambas), Givón (1995) advoga que elas ocorrem naturalmente, e são oriundas de alguma motivação – seja linguística, cognitiva, textual, social

³² Segundo Rost Snichelotto e Görski (2011), na gramaticalização de “olha” e “vê”, apresenta-se apenas mudança de sentido (e não de forma); as mudanças de sentido seguem da categoria de verbo para o de marcador discursivo, isto é, no início do *cline* carregam consigo formas verbais de percepção, com valor dêitico espacial (uma vez que o falante, explicitamente, direciona o olhar/a visão do ouvinte para algo); ao passo que se gramaticalizam, atuam como MDs, pois expandem seu significado de base para o da ação mental (situações (inter)subjetivas). Assim, conforme as autoras, perde-se o elo sintático de categoria verbal explícita e assume-se a função de MDs.

etc. Por exemplo, a interpretação condicional em diferentes estruturas sintáticas, além da prototípica (SE p, q), segundo Hirata-Vale (2005), se dá por dois processos inferenciais: a implicatura da incerteza e a da perfeição condicional³³. Nesses casos, as construções³⁴ passam por um processo cognitivo de subjetivização quando usadas para expressar o valor condicional, e “seus significados estão altamente assentados sobre a atitude do falante e indicam uma situação cognitiva percebida, hipotetizada pelo esquema condicional que nelas emerge” (OLIVEIRA; HIRATA-VALE, 2017, p. 298). Há, portanto, um processo cognitivo que motiva o reconhecimento e a leitura condicional em construções não prototípicas.

Outro princípio da abordagem norte-americana, importante para este trabalho, é o de marcação. De acordo com Givón (1995), marcação é um fenômeno dependente do contexto, pois a mesma estrutura ou categoria linguística pode ser marcada em um contexto e não marcada em outro. Com isso, chega-se a três critérios básicos para identificar se um item é marcado ou não:

a) **Complexidade estrutural:** a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a correspondente não marcada. b) **Distribuição de frequência:** a categoria marcada (figura) tende a ser menos frequente, cognitivamente mais saliente, do que a categoria não marcada correspondente (base). c) **Complexidade cognitiva:** a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa – em termos de esforço mental, demanda de atenção ou tempo de processamento – do que a não marcada. (GIVÓN, 1995, grifos do autor, p. 28)³⁵.

Esses critérios coincidem, pois, quanto mais complexa a estrutura tende a ser, menos frequente na língua ela será e, por sua vez, mais complexidade cognitiva estará envolvida em seu uso. Para exemplificar esse princípio, pensemos na ordem estrutural das construções condicionais do PB que, como visto no capítulo 2, pode organizar-se da prótase > apódose ou apódose > prótase. De acordo com diferentes estudos (HIRATA-VALE, 1999; NEVES, 2000; BRANDÃO, 2017), a anteposição da prótase frente a apódose é o contexto menos marcado desse tipo de construção e também mais frequente na língua. Consequentemente, a ordem inversa (apódose > prótase) se constitui como mais marcada, uma vez que é a menos recorrente

³³ Segundo a autora, a incerteza é implicada conversacionalmente, não só em condicionais canônicas, mas também nos diferentes tipos de construção com valor condicional (como as alternativas, justapostas, temporal etc.), assim a perfeição condicional que se refere ao sentido bicondicional (se e somente se), que valida a leitura condicional.

³⁴ Nesse caso, as construções referem-se às orações aditivas, alternativas, justapostas e temporais.

³⁵ **Structural complexity:** The marked structure tends to be more complex (or larger) than the corresponding unmarked one. (b) **Frequency distribution:** The marked category (figure) tends to be less frequent, thus cognitively more salient, than the corresponding unmarked category (ground). (c) **Cognitive complexity:** The marked category tends to be cognitively more complex — in terms of mental effort, attention demands or processing time — than the unmarked one.

na língua (NEVES, 2000).

Podemos afirmar, portanto, que a estrutura da língua é um sistema maleável e não rígido, formada por padrões mais ou menos regulares e por outros que estão emergindo a serviço das necessidades cognitivas e intercomunicativas dos falantes (BYBEE, 2010), sendo a mudança e a variação sempre presentes no sistema (GIVÓN, 1995). E que, por tais motivos, a gramática da língua deve ser considerada a partir de seu contexto discursivo.

Além das contribuições para o funcionalismo norte-americano, Givón concentra parte de seu estudo no domínio funcional nomeado de TAM (tempo, aspecto e modalidade), importante para pesquisas, em especial para esta dissertação, que buscam explicar o significado e a composição verbal de determinado fenômeno – neste caso, de construções condicionais.

3.2.1 O domínio funcional complexo: tempo-aspecto-modalidade

Nesta subseção, aprofundamos a explicação sobre as categorias de TAM, com vistas a contemplar o objetivo proposto de compreender como essa tríade atua no significado condicional das construções. A discussão decorrerá a partir dos postulados de Givón (1993, 1995), Mateus *et al.* (2003) e Corôa (2005), Freitag (2011), Travaglia (2014), entre outros.

Givón (1995) trata as categorias como subsistemas gramaticais que compõem o amplo domínio funcional nomeado de TAM. Segundo o autor, esse domínio tende a ser codificado como morfologia verbal, uma vez que suas funções pertencem a estados e/ou eventos codificados pelo verbo. Embora as categorias estejam inter-relacionadas, o linguista trata-as separadamente, por conta dos traços semânticos referidos ao verbo (GIVÓN, 2001) – e é o que faremos aqui.

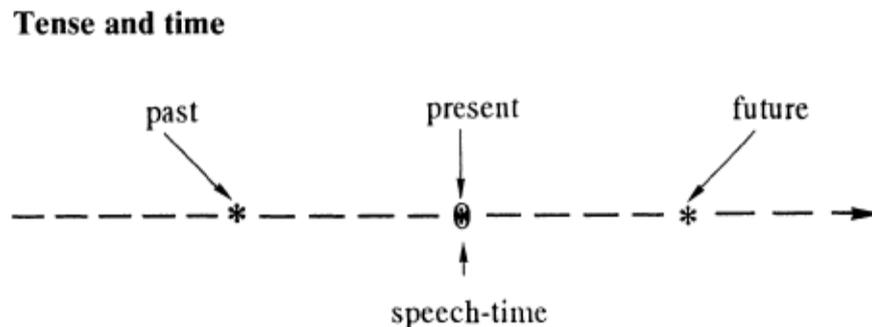
O tempo, de maneira geral, nas línguas naturais, é marcado a partir de um ponto referencial. Segundo Corôa (2005), com base em Reichenbach, propõe-se três pontos temporais referenciais, a saber: momento da fala (MF), momento do evento (ME) e o ponto de referência (MR). O primeiro (MF) está ligado ao ato da comunicação e à pessoa do discurso, condiz ao momento em que o enunciado é pronunciado. O segundo (ME) é o tempo da realização do predicado, isto é, o tempo em que se dá o evento descrito. O último (MR), por sua vez, remete aos acontecimentos naturais ou históricos, os quais a autora chama de “tempo dos relógios e calendários” (CORÔA, 2005, p. 09).

À vista disso, a marcação de tempo pode ocorrer num presente (que acontece simultaneamente à enunciação), num passado (o qual possui relação de anterioridade ao evento da enunciação) e num futuro (que é posterior ao momento enunciativo). Sobre isso, Corôa

(2005) explica que o presente é um *tempus* em que ME, MF e MR são simultâneos; o passado ocorre sempre antes do MF, sendo o ME bem definido e localizado; e, por outro lado, o futuro é o mundo do possível, e não uma continuação linear entre presente e passado. Além das marcações de tempo citadas, Givón (1993) inclui o tempo habitual. Este, por sua vez, refere-se a “um evento (ou estado) que ocorre sempre ou é atemporal ou cujo tempo de evento não é especificado”³⁶ (GIVÓN, 1993, p. 148, tradução nossa), por exemplo: 66) “Ele **sempre** vai ao cinema”. É nesse sentido que a noção de tempo envolve a relação entre o momento em que o evento ocorre e algum outro tempo de referência, o qual é associado ao tempo de fala.

Segundo Givón (1993), a categoria “tempo” pode ser organizada em uma dimensão linear em que se codifica a relação entre dois pontos: o tempo de fala e o tempo do evento, como observado na Figura (1), a seguir.

Figura 1 – *Tense e Time*.



Fonte: GIVÓN, 1993, p. 148.

Conforme a figura (1), no momento da fala, ocorre o tempo presente, que serve de ponto de referência para o momento do evento. A partir dessa referência podemos ter a representação de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade ao que o autor chama de *speech-time*. Logo, o tempo é definido a partir do momento referencial em consonância a um observador (CÔROA, 2005).

Essa relação descrita é entendida, por Givón (1993) como o tempo gramatical (*tense*), que envolve a dimensão *time*. O tempo *tense* é uma categoria linguística que remete ao tempo verbal gramatical (em que se trata de morfemas, palavras e construções gramaticais, por exemplo). Já *time* é uma categoria mais abstrata, que envolve a descrição sobre o mundo, “onde

³⁶ An event (or state) that either occurs always, or is timeless, or whose event-time is left unspecified.

se registram fatos com determinadas relações cronológicas” (ILARI, 2018, p. 11). Seguindo Mateus *et al.* (2003, p.129), a categoria tempo (*time*) “serve para localizar as situações (eventos ou estados) expressas nas línguas em diferentes tipos de enunciados”. E, ao tempo gramatical (*tense*), dizemos que se refere a uma “ordenação linear orientada do passado em direção ao futuro” (p. 130). Essa relação dupla entre *tense* e *time* ocorre em diferentes línguas, e serve ao português brasileiro. A título de exemplificação, apresentamos, a seguir, exemplos condizentes ao PB:

- 67) A Maria vive no Porto;
- 68) O Pedro saiu;
- 69) O Pedro tinha saído quando a Maria telefonou. (MATEUS *et al.* 2003, p. 131)

Nessas ocorrências, apresenta-se um tempo em que os três pontos (MF, ME, MR) coincidem (67); outro em que o momento do evento é anterior ao tempo da fala (68), dado que a saída de Pedro se deu em um momento anterior ao MF; e, no último caso (69), a oração temporal funciona como ponto de referência, pois ambas as situações, isto é, a saída de Pedro e o telefonema de Maria, ocorrem anteriormente ao MF. Assim, verifica-se uma relação entre *time* e *tense*.

Sendo o *corpus* desta dissertação composto por construções condicionais, convém mencionar (rapidamente) o que alguns autores dizem sobre os tempos verbais nesses usos. Estudos mostram (BRITO, 2014; OLIVEIRA, 2016) que três tempos (presente, passado e futuro) são usados e, dentre eles, alguns se alteram, como o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo. Segundo Oliveira (2016, p. 71), isso ocorre “quando há o desejo de codificar um tempo passado em relação ao momento de fala e a um futuro a um momento de referência”, ou seja, o pretérito imperfeito do indicativo pode exercer valor temporal de passado, mas também pode atuar com valor temporal de futuro do pretérito em contextos contrafactuais, por exemplo: 70) “Se eu tivesse muito dinheiro, **tinha/teria comprado** um carro” (NRAL. L4.19. p.5 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 71, grifos nossos). Contudo, em determinados usos, não fica evidente o ponto de referência temporal, é, pois, o contexto da situação comunicativa entre os indivíduos que indicará o marcador de referência. Detalharemos essas questões mais adiante, na seção referente às análises, conforme os usos condicionais da amostra.

Distintamente do domínio funcional de tempo, o aspecto é uma categoria não dêitica, isto é, não tem relação com o momento da enunciação. Nesse viés, Corôa (2005, p. 61) destaca que o aspecto é a “propriedade apenas da sentença, pois não se refere ao momento da enunciação”. Ou seja, o aspecto alude ao tipo de situação descrita, em termos de duração, dinamicidade e completude, enquanto o tempo faz referência à localização na linha temporal (CARVALHO DIAS, 2007).

Segundo Givón (1993), o aspecto abrange categorias semânticas e pragmáticas heterogêneas: semânticas porque pode incluir propriedades temporais do evento, como limitação ou sequencialidade; e pragmáticas devido a sua relevância no contexto. A categoria aspecto é caracterizada pelas diferentes maneiras de ver a circunscrição temporal interna de uma situação (COMRIE, 1976). Em concordância a esse posicionamento, Travaglia (2014, p. 42) sinaliza que “o aspecto é um tempo interno da situação”, diferentemente da categoria de tempo, o qual faz referência a um tempo externo à situação.

Sobre a proximidade de aspecto e de tempo, Travaglia explica que ambas categorias andam juntas porque o aspecto marca o espaço temporal de uma situação, assim como sua duração no momento da realização ou do desenvolvimento dela. Dito isto, os autores (GIVÓN, 2001; COMRIE, 1976; TRAVAGLIA, 2014) separam a categoria “aspecto” em dois níveis: o da perfectividade e o da imperfectividade. Comrie (1976) considera a categoria como bipartida, dividindo-a desta forma, cuja perfectividade sinaliza a situação como um todo único, “sem distinção das várias fases separadas que compõem essa situação” (COMRIE, 1976, p. 16); enquanto o estado imperfectivo presta atenção essencial à estrutura interna da situação (caracterizada como uma situação incompleta).

Outro autor que contribui para a classificação bipartida de aspecto é Givón (2001), cuja perfectividade é sinônimo de sequencialidade e imperfectividade de simultaneidade. Para o autor, estado perfectivo é essencial à base do verbo, no sentido de apresentar uma situação completa. Em relação a isso, Castilho (1967), citado por Travaglia (2014), afirma que o perfectivo se define pela noção de acabamento e, por outro lado, o imperfectivo se caracteriza pela duração da situação.

Por fim, o domínio da modalidade envolve categorias abstratas, codificadas por inúmeras expressões e categorias linguísticas (BITTENCOURT, 2014). Os falantes ao expressarem fatos ou desejos o fazem por diferentes dispositivos linguísticos no ato comunicativo. Esses julgamentos, subjetivos ou não, são utilizados para marcar a atitude do falante frente às proposições enunciadas. Para isso, conforme Bittencourt (2014), o sujeito

utiliza-se de recursos linguísticos, como a escolha de determinada palavra, de um advérbio específico, ou, até mesmo, de tempos e modos verbais, como é o caso das construções condicionais do PB.

Como a modalidade envolve atitudes do falante sobre a informação enunciada, Givón (2002) divide-a em dois amplos julgamentos: o epistêmico e o deôntico. Para o autor, a atitude epistêmica – dimensão mais geral da modalidade – envolve julgamentos como verdade, probabilidade, certeza, crença ou dúvida. O componente deôntico é marcado pelo desejo, pela obrigação, intenção, manipulação ou pela preferência do falante. Para exemplificar por meio de dispositivos gramaticais os que codificam a modalidade, o autor cita os verbos modais, como “dever” ou “precisar”, que podem expressar um valor de obrigação/imposição: 71) “Você deve fazer isso imediatamente”, bem como o de probabilidade: 72) “Ela deve estar lá agora”³⁷, cujo significado é dependente do contexto em que é dito.

Partindo da tradição lógica aristotélica, Givón (1995) postula quatro modalidades proposicionais sobre a redefinição comunicativa da modalidade epistêmica, conforme Quadro (5).

Quadro 5 – Modalidade proposicional epistêmica a partir da tradição lógica.

CONDIÇÕES DAS PROPOSIÇÕES	TRADIÇÃO LÓGICA	EQUIVALENTE COMUNICATIVO
FATO	Verdade necessária	Pressuposição
	Verdade factual	Asserção <i>realis</i>
NÃO FATO	Verdade possível	Asserção <i>irrealis</i>
	Não verdade	Asserção <i>negativa</i>

Fonte: Traduzido de Givón (1995, p. 114).

Segundo Givón (1995, p. 114), “a tradição lógica tratava a modalidade como uma propriedade de proposições destacadas de seu contexto comunicativo natural”³⁸. Nas palavras do autor, “a interpretação comunicativa-pragmática das quatro modalidades, por outro lado, as

³⁷ 67) You must do it right away; 68) She must be there by now. Estes exemplos foram retirados de Givón (1995, p. 173, tradução nossa).

³⁸ The logical tradition treated modality as a property of propositions detached from their natural communicative context.

recria em termos dos estados epistêmicos e objetivos comunicativos dos dois participantes da transação comunicativa – falante e ouvinte”³⁹. Nesse sentido, o equivalente comunicativo nomeado de *pressuposição* refere-se à verdade assumida frente a proposição, de maneira que haja concordância entre falante/ouvinte (verdade por acordo prévio); a *asserção realis* ocorre quando a proposição é fortemente afirmada como verdadeira, entretanto, o ouvinte pode contestar tal afirmação, uma vez que o ouvinte dispõe de evidências ou outros motivos para defender suas crenças; já na *asserção irrealis*, a proposição é fracamente declarada como possível ou provável (submodo epistêmico), ou necessária, desejada ou indesejada (submodos deônticos), sendo que o ouvinte pode contestar o falante; e a *asserção negativa* refere-se à proposição que é fortemente afirmada como falsa, isto é, as crenças do falante vão de encontro com as explicitadas ou assumidas pelo ouvinte.

Freitag (2011, p. 3656), ao esclarecer essas relações, expõe que “a noção de realidade/factualidade remete à existência factual em algum tempo real (verdadeiro), ou a não existência em um tempo real (falso), ou, ainda, à existência potencial em um tempo (possível)”. Isto, por sua vez, configura as possibilidades de fato e não fato (descritas no Quadro 5), que, segundo a autora, revela as seguintes possibilidades de: i) situação é fato; ii) situação não é fato, mas tem grande probabilidade de o ser; e iii) a situação não é fato, e nunca vai ser.

Esses tipos de possibilidades ou atitudes se especificam a partir da distinção funcional entre o que Givón (2002) nomeia de *realis* e *irrealis*. As noções de *realis* e *irrealis* equivalem à factualidade e à contrafactualidade das proposições⁴⁰, respectivamente. Isso significa que as noções não correspondem diretamente à realidade ou não realidade dos fatos, mas sim ao comprometimento do falante frente à proposição enunciada. De acordo com o autor, as construções condicionais se encontram, mais frequentemente, no escopo *irrealis*.

Nesse sentido, o domínio funcional TAM atua diretamente nas construções condicionais. Em estruturas complexas, como é o caso das condicionais, esse domínio funcional ocorre através da própria relação estabelecida no período condicional, uma vez que fazem referência a sentidos lógico-semânticos (BITTENCOURT, 2012). Torna-se, portanto, necessária a compreensão sobre os valores atribuídos pelos falantes nas proposições, bem como sua relação entre a modalidade e a configuração modo-temporal das construções.

³⁹ The communicative pragmatic interpretation of the four modalities, on the other hand, recasts them in terms of the epistemic states and communicative goals of the two participants in the communicative transaction — speaker and hearer.

⁴⁰ Noções essas vistas anteriormente na seção 2, em que apresentamos os conceitos de factualidade e contrafactualidade.

A partir dos pressupostos da Linguística Funcional norte-americana, o modelo funcional avança e integra outros conceitos importantes à teoria. A seguir, expliquemos detalhadamente o aporte teórico-metodológico deste recente modelo cognitivo-funcional que está incorporando aos estudos funcionalistas brasileiros.

3.3 LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO

A perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), também conhecida como Linguística Cognitivo-Funcional, é uma junção do funcionalismo de vertente norte-americana com o cognitivismo (Gramática de Construções) de Croft (2001), Goldberg (1995, 2006), Fillmore (1968), entre outros. Ambas correntes, que originaram a LFCU (com autores como Bybee (2010; 2010 [2016]), Traugott e Trousdale (2013) etc.), compartilham de alguns pressupostos teóricos-metodológicos.

A fim de descrever pontos coincidentes, Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013) apontam que ambas as teorias (i) rejeitam a autonomia da sintaxe; (ii) incorporam a semântica e a pragmática nas análises linguísticas; (iii) não distinguem de maneira estrita o léxico da gramática; e (iv) consideram a estrutura da língua somente em relação ao uso real que os falantes fazem dela etc. A partir desses pressupostos discorreremos sobre os conceitos-chave da LFCU, a saber: língua(gem), gramática, categoria linguística, cognição e construção.

Para esta abordagem, a língua é um sistema flexível e adaptativo. É constituída de padrões mais ou menos regulares e, ao mesmo tempo, de outros que estão em permanente emergência “mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativas” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 20). Isto é, o conhecimento linguístico adquirido pelos falantes se constitui a partir de experiências de usos, sendo cristalizadas na cognição (BYBEE, 2010).

Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2016, p. 56) advogam que as relações linguísticas ocorrem a partir de “rede de construções interconectadas em seus diferentes planos, por relações de natureza diversa, cuja estrutura é motivada e regulada por fatores cognitivos e sociocomunicativos”. Logo, assume-se que a linguagem é constituída por atividades cognitivas da mente humana e por fatores sociocomunicativos em que o indivíduo está inserido.

A cognição, portanto, é essencial para compreendermos as motivações que envolvem os usos linguísticos. Segundo Rosário e Oliveira (2016), a cognição é entendida como manifestação contextual e derivada de pressões interacionais e da experiência sociohistórica do

falante. Ou seja, os mecanismos cognitivos permeiam a língua(gem), uma vez que o usuário está em constante contato com o ambiente físico e sociocultural em que vive, fazendo com que sua experiência se ligue aos processos mentais, os quais são configurados pelo meio.

Assim sendo, o sistema linguístico do falante é constituído e estruturado a partir de processos cognitivos (BYBEE, 2010). Segundo a autora, essa constituição se dá pelo *input* e pela atuação de pressões cognitivas gerais. Ou seja, o falante utiliza mecanismos cognitivos (como a categorização, analogia, *chunking*, memória rica e associação transmodal) para reconhecer e associar novos, ou já existentes, padrões linguísticos, bem como para identificar outros artifícios que envolvem o domínio da linguagem.

O mecanismo cognitivo da categorização significa “similaridade ou emparelhamento de identidade que ocorre quando palavras e sintagmas, bem como suas partes componentes, são reconhecidos e associados a representações estocadas” (BYBEE, 2010 [2016], p. 26). Segundo a autora, *chunking* é uma espécie de agrupamento, em que sequências de unidades se combinam para formar unidades mais complexas. É um processo cognitivo essencial para explicar a formação de construções, constituintes e expressões formulaicas. Já a memória enriquecida diz respeito à estocagem mental de detalhes da experiência com a língua. É pela memória enriquecida que conseguimos gravar fonemas, palavras, sintagmas, assimilar construções e contextos de uso. Conforme Fernandes (2019), nas formas linguísticas, representamos a memória por meio de exemplares, que são constituídos a partir de *tokens* de experiência de linguagem. Na analogia, temos o processo pelo qual enunciados novos são criados com base em expressões de experiência prévias. Esse processo requer a categorização, no sentido de os construtos já existentes serem analisados pelo usuário em unidades agrupadas, formando novas sentenças a partir das já utilizadas. E, a associação transmodal, cuja representação está no elo entre significado e forma, ou seja, na capacidade que o indivíduo tem de relacionar as conexões construcionais (BYBEE, 2010).

Em linhas gerais, a LFCU se importa com o estudo da gramática como uma organização cognitiva de experiências com a língua (BYBEE, 2010), advindas de processos gerais que subjazem não somente ao domínio da linguagem, mas também de outros domínios do comportamento humano. Nesse viés, a linguagem é entendida como uma das formas mais complexas e sistemáticas de comportamento humano (BYBEE, 2010), sendo a língua afetada pelo uso e pela reação que essas experiências têm sobre o sistema cognitivo.

Relacionar a emergência das construções gramaticais e a capacidade de domínio geral faz com que se compreenda a capacidade crescente de tais processos, desenvolvida

gradualmente à medida que a língua é usada (BYBEE, 2010). Portanto, para a língua ser analisada integralmente, a gramática deve ser compreendida como “estrutura holística” (CARVALHO, 2017, p.28), composta pelo par forma-significado. Esse entendimento holístico é proveniente da Gramática de Construções, e é sobre isso que discorreremos na subseção abaixo.

3.3.1 Contribuições da Gramática de Construções

A partir da incorporação da perspectiva construcional à pesquisa funcionalista, passou-se a compreender o fenômeno gramatical enquanto construção, uma vez que um item gramatical somente passa a ser entendido em relação a outros (CROFT, 2001; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Essa visão é advinda de pesquisas cognitivistas, segundo autores como Croft (2001), Croft e Cruse (2004), Langacker (2008), entre outros.

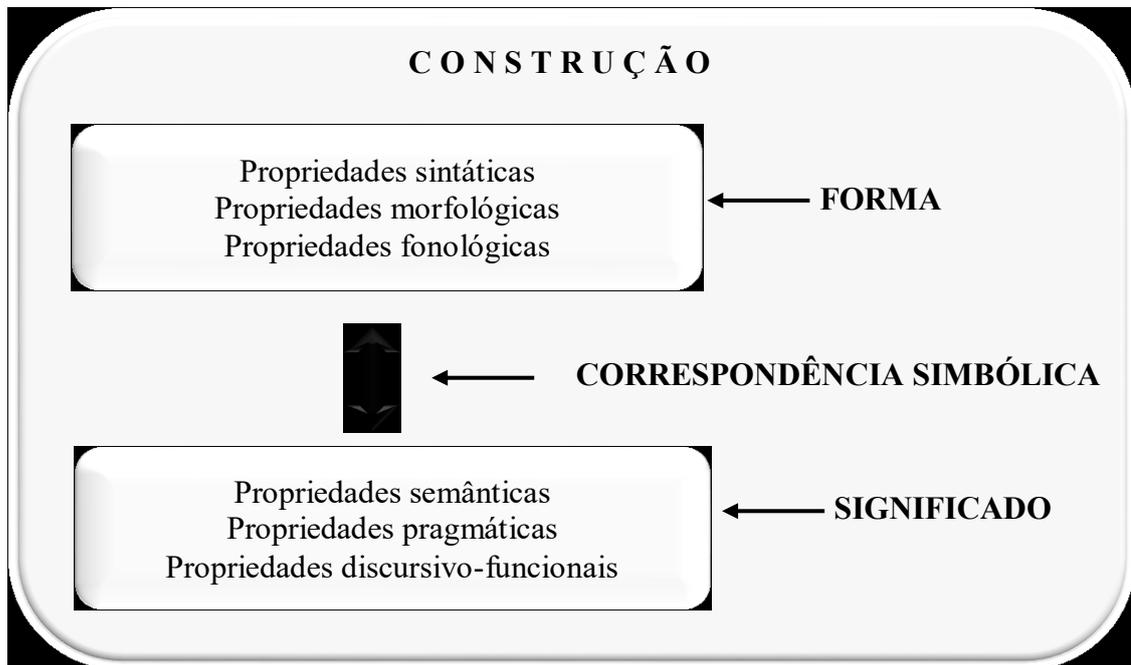
Os teóricos consideram a estrutura da língua como “forjada na experiência, tanto histórica quanto cotidiana, e que deriva de processos cognitivos de domínio geral” (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 239), sendo o uso linguístico derivado de seu contexto de produção, associando-se, portanto, às concepções da LF norte-americana. É por este e outros pontos coincidentes – discutidos anteriormente - que ambas perspectivas se integram e originam a LFCU.

Segundo a definição de Croft (2001), construção é unidade simbólica, em que o pareamento forma e função⁴¹ é essencial à descrição linguística. Nos termos de Traugott e Trousdale (2013), construção é uma “unidade simbólica convencional”. É considerada uma unidade porque a construção é composta por pareamento parcialmente arbitrário entre forma-significado; simbólica porque há uma correspondência interna na construção, entre estrutura sintática e estrutura semântica; e convencional pelo fato de ser compartilhada por um grupo de falantes.

Na Figura (2), apresentamos a estrutura simbólica das construções linguísticas de Croft (2001):

⁴¹ Utilizamos os termos “função” e “significado” como sinônimos.

Figura 2 – A estrutura simbólica de uma construção.



Fonte: Adaptada de Croft (2001, p. 18).

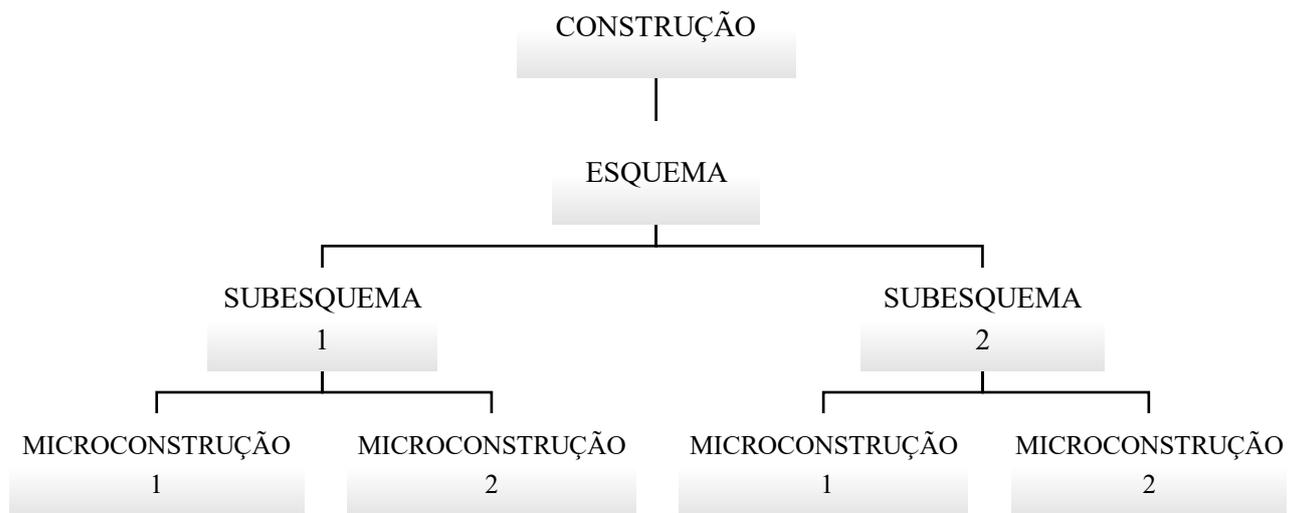
Como representado na ilustração anterior, os aspectos formais e de significado implicam-se mutuamente (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016), cujas propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas estão integradas e interconectadas (CROUSE; CROFT, 2004).

As construções condicionais, por exemplo, são estruturadas com base nessa relação. Em uma construção do tipo: 73) “Se você fizer alguma coisa eu é que ficarei com remorsos e tristeza” (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13), conseguimos reconhecer, de imediato, propriedades formais (como a prototipicidade sintática, em que a proposição introduzida por “se” (prótase) inicia a construção) e funcionais (por exemplo, o tempo que projeta uma ação futura e que envolve uma eventualidade; a argumentação como elemento discursivo-pragmático, em que o locutor busca convencer o interlocutor para não tomar nenhuma atitude; e a incerteza do falante frente a proposição, a qual caracteriza a construção no campo da modalidade *irrealis*) da construção.

Além disso, a descrição linguística pautada na correspondência simbólica entre forma e significado identifica e classifica as construções hierarquicamente. Logo, uma construção pode estar distribuída/organizada em diferentes níveis, em que a construção mais geral se encontra no topo da hierarquia, e as construções mais específicas se situam nos níveis inferiores do

esquema. As ramificações advindas de um esquema geral são produzidas pelas diferenças de sentido e/ou por propriedades formais de uma construção. Traugott e Trousdale (2013) criam um gradiente hierárquico de construções, cuja representação está na Figura (3), abaixo.

Figura 3 – Níveis de uma construção



Fonte: Traduzida e adaptada de Traugott e Trousdale (2013, p. 17).

Como se vê na Figura (3), o esquema geral de uma construção é instanciado por subesquemas e, nos níveis mais baixos, por microconstruções (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Segundo os autores, o que promove a instanciação de outras microconstruções é a mudança (crescimento ou perda) construcional do próprio esquema.

Em uma construção hipotática⁴², por exemplo, o esquema geral é representado por: [CONNECT [(S) (V) (C)]_{OR HIP}, [ENTÃO [(S) (V) (C)]_{OR HIP}⁴³. Esse esquema pode ter vários subesquemas, como [[CONNECT] (S) V (C)]_{OR HIP}, [[XQUE] (S) V (C)]_{OR HIP}. Os subesquemas, por sua vez, instanciam microconstruções: [[ainda que] (S) V (C)]_{OR HIP} e [[mesmo que] (S) V (C)]_{OR HIP}, em que “ainda que” e “mesmo que” ocupam o lugar de [Xque]. O subesquema com [Xque], aqui representado, refere-se à construção hipotática concessiva (SANTOS SILVA, 2019).

⁴² Referem-se às construções que possuem relação de interdependência entre duas proposições (TRAUGOTT; HOPPER, 2003) – oração principal e a subordinada –, é o caso, por exemplo, de construções condicionais.

⁴³ Este esquema está em Santos Silva (2019, p. 43), e é o mesmo apresentado por Fernandes (2019), porém com nomenclaturas distintas. Em nosso trabalho, seguimos as nomenclaturas propostas por Fernandes (2019).

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), a relação esquemática (Figura 3) reflete a natureza taxonômica da construção, isto é, aponta para as diferenças e semelhanças de uma mesma construção. Neste sentido, uma construção específica pode se resignificar, tanto em termos de estrutura sintática quanto em nível funcional (ou em ambas), formando novos sentidos ou atribuindo novas formas a determinada construção.

A formação de uma nova construção na rede linguística gera um novo pareamento de uma nova forma e um novo significado, cujo processo denomina-se de construcionalização (TRAUGOTT; TROUDALE, 2013). É o caso, por exemplo, do pronome “a gente” do PB. Segundo Aceti (2017), essa forma, ao passar pelo processo de reanálise, perde o *status* inicial de gente/povo e assume um novo significado (primeira pessoa do plural), equivalendo-se a “nós”. Além da mudança de significado, adquire uma nova forma, ligando-se ao artigo definido ‘a’ (artigo + substantivo). Esse tipo de mudança acarreta novo nó na rede linguística e, por isso, dizemos que há mudança por construcionalização⁴⁴.

Por outro lado, se há mudança em apenas uma das propriedades, ou na forma ou no significado, então ocorre mudança construcional. Por exemplo, construções temporais como “na hora que”, sem a preposição “em”, passam por mudança construcional, no sentido que derivam daquelas que a proposição é empregada “na hora em que”⁴⁵. Nesse caso, conforme Bispo e Moreira (2017, p. 159), “ocorrem mudanças na forma (ausência de ‘em’ e neoanálise dos papéis de SP_{TEMP} e ‘que’), mas o sentido (função semântico-pragmática) da construção permanece, qual seja, o de localizar no tempo um evento ou estado de coisas para fins de clareza”, não formando, portanto, um novo nó na rede.

A mudança construcional é verificada a partir de microinovações, que ocorrem de forma gradual e não discreta. Por outro lado, a construcionalização implica reestruturação na rede de construções. Sobre esse processo Traugott e Trousdale (2013, p. 22, tradução nossa) apontam que a construcionalização é

⁴⁴ Nos termos da vertente da LF norte-americana, o item passou por um processo de gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), pois novas funções passam a ser utilizadas com antigas formas – no caso de “a gente”, como explicado, a mudança percorre de gente > a gente. Entretanto, a noção de direcionalidade⁴⁴ – proposta pela gramaticalização – é abandonada pela GC.

⁴⁵ Entretanto, levando em conta construções de extensão menor dentro da construção analisada “na hora (em) que”, particularmente [SP_{TEMP}], [EM QUE] e [O], em que [O] se refere à oração principal, identificou-se, na passagem de [SP_{TEMP} + EM + QUE + O] para [SP_{TEMP} + QUE + O], dois casos de construcionalização (BISPO; MOREIRA, 2017). Segundo os autores, “um envolvendo o surgimento de um elemento de conexão oracional [SP_{TEMP} + QUE]; outro resultante da passagem de uma oração [O] adjetiva restritiva para uma hipotática temporal. Ou seja, ambos os processos – construcional e de construcionalização – ocorrem em construções com “na hora (em) que”” (p. 161-162).

[...] a criação de (combinações de) pareamentos formanova – significadonovo. Ela forma novos nós linguísticos que têm sintaxe e morfologia novas, bem como um novo sentido codificado, na rede linguística de uma comunidade de falantes. É acompanhada por mudanças no grau de esquematicidade, de produtividade e de composicionalidade. A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micropassos, sendo, portanto, gradual⁴⁶.

A reestruturação ocorre quando há diferentes formas competindo na rede, sendo elas conectadas por *links* que se relacionam a partir de cada novo nó (lê-se construções).

Tendo em vista o objeto deste estudo, consideramos as construções condicionais como construções complexas – do tipo hipotática⁴⁷ [[CONNECT] (Y) (VP) (C)]_{OR HIP}–, que envolvem um conjunto de padrões rotinizados, uma vez que o esquema geral pode instanciar outros, como as construções causais, condicionais, temporais, concessivas etc.. Logo, a descrição das construções condicionais ([[CONNECT] (Y) (VP) (C)]_{HIP COND}) envolve “uma explicação de como suas características lexicais e estruturais são mapeadas em aspectos de interpretação de um modo que é específico daquela construção” (FERRARI, 2001, p. 144). A condicionalidade pode ser verificada, portanto, por diferentes traços formais da construção, mas que compartilham aspectos semânticos e pragmáticos.

No desenvolvimento da abordagem da GC, três fatores ganham especial destaque: a esquematicidade, a composicionalidade e a produtividade (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) – os quais veremos a seguir.

3.3.1.1 Esquematicidade, produtividade e composicionalidade

No tratamento da GC de determinado item linguístico, em sua construção, faz-se necessário considerar três conceitos básicos que permeiam a abordagem construcional, são eles: esquematicidade, composicionalidade e produtividade. Primeiramente, entretanto, discutimos a noção de esquema para, na sequência, compreender a esquematicidade.

⁴⁶ Constructionalization is the creation of form_{new}-meaning_{new} (combinations of) signs. It forms new type nodes, which have new syntax or morphology and new coded meaning, in the linguistic network of a population of speakers. It is accompanied by changes in degree of schematicity, productivity, and compositionality. The constructionalization of schemas always results from a succession of micro-steps and is therefore gradual.

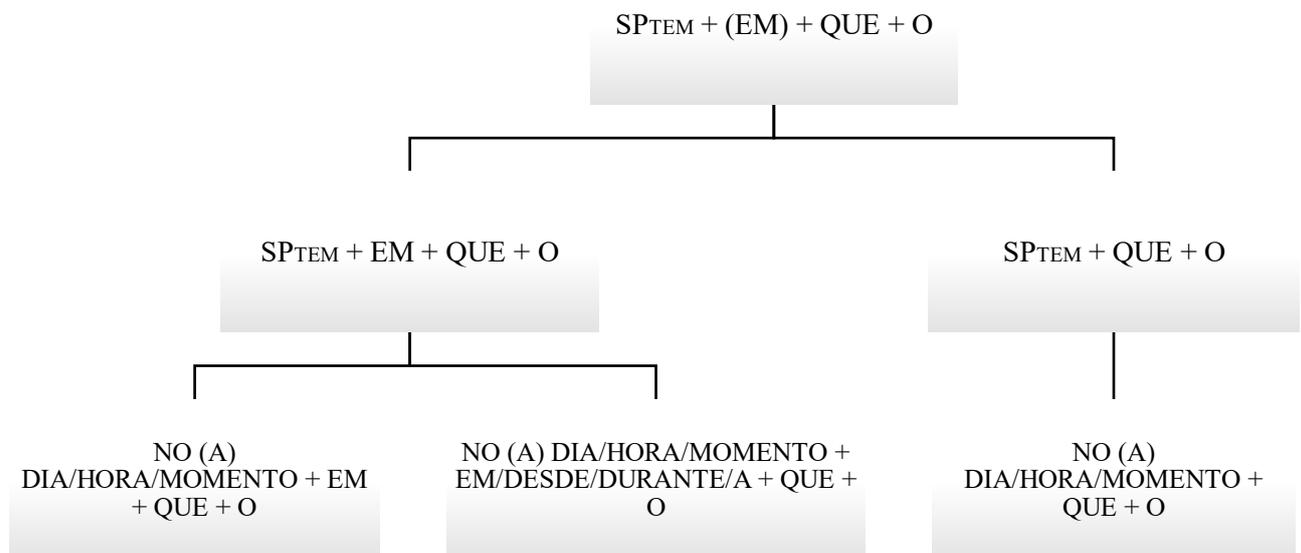
⁴⁷ Hopper e Traugott (1993) propõem um *continuum* para a escala de vinculação entre orações subordinadas e principal, que vai da menor dependência e encaixamento entre orações, à maior dependência e encaixamento. Nesse *continuum* (que vai da parataxe à hipotaxe à subordinação, respectivamente), as construções condicionais encontram-se na hipotaxe, isto é, possuem interdependência entre a oração subordinada e a principal (NEVES, 2012).

O esquema, segundo Traugott e Trousdale (2013), refere-se a uma propriedade de categorização que envolve fundamentalmente a abstração. Os esquemas, que podem ser linguísticos ou não, são grupos de construções abstratas, percebidos pelos falantes de forma inconsciente e reproduzidos a partir da experiência cognitiva e do mundo. Assim, as mudanças geradas na língua, bem como os *links* feitos a partir de nós já existentes na rede, são criados de forma inconsciente. Em outras palavras, o falante utiliza material linguístico já existente na língua, uma vez que atribui novo significado para uma antiga palavra e, com isso, produz involuntariamente esquemas abstratos.

É a partir dessas mudanças, e dos novos *links* feitos na rede linguística, que é possível observar diferentes graus de esquematicidade de uma construção, estabelecidos em um *continuum*. Os graus do *continuum* estão vinculados aos níveis de generalidade e/ou especificidade de cada construção (conforme visto na Figura 3). A gradiência é medida conforme o grau de esquematicidade, isto é, quanto mais esquemática a construção, mais abstrata ela se torna, e quanto menos esquemática, mais concreta a construção será.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), o conhecimento esquemático ou generalizado da língua faz parte do conhecimento dos falantes e, portanto, da cognição humana. Para melhor exemplificar essa relação, retomemos o estudo sobre construções temporais do tipo “no(a) momento/dia/hora (em) que”, conforme Figura (4):

Figura 4 – Esquema da construção “na hora/dia/momento (em) que”.



Na figura, a construção “na hora/dia/momento (em) que” engloba uma categoria mais geral e esquemática, representada por: [SP_{TEMP} + (EM) + QUE + O]. É a partir desse esquema mais amplo e abstrato que os falantes produzem outras construções da língua PB relacionadas ao esquema geral, como: [SP_{TEMP} + EM + QUE + O] e [SP_{TEMP} + QUE + O]⁴⁸. Estas, por sua vez, instanciam microconstruções, que compartilham de alguns traços formais e semânticos, mas diferem-se em outros.

A produtividade de uma construção diz respeito a sua frequência de uso. Isso significa que quanto mais frequente o uso de uma forma linguística, mais rotinizada e cristalizada semanticamente ela se torna e, portanto, mais produtiva e recorrente na língua (BYBEE, 2010). A frequência pode ser dividida em dois tipos: as chamadas de *type frequency* (de tipo) e a *token frequency* (de ocorrência). A frequência de tipo ocupa-se da quantidade de diferentes expressões que um determinado padrão construcional abrange. A frequência de ocorrência, por sua vez, condiz com a frequência simbólica, quer dizer, com o número de vezes que a mesma unidade ocorre no texto (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Conforme os autores, essa relação ocorre de forma gradiente, pois, “quando novas construções são formadas, elas normalmente se espalham aumentando gradualmente sua frequência de uso ao longo do tempo”⁴⁹ (BYBEE; McCLELLAND, 2005 *apud* TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 18). Entende-se por “aumento na frequência de uso” instâncias de uma nova construção que passa a ser cada vez mais utilizada e frequente na língua.

Assim, quando falantes usam instâncias de uma nova construção, esta pode ser produtiva ou improdutiva na língua. Por exemplo, o verbo *ir*, em português do Brasil, passa por um processo de reanálise da função de espaço > tempo. Conforme nos mostra Bragança (2017), o verbo tem sua função estendida e é aderida pelos falantes, que, devido ao frequente uso e à ampliação semântica da construção (*Ir* + infinito), torna-se mais abstrata e adquire função temporal. Esse processo de repetição e de uso frequente resulta na rotinização e na automatização da nova construção. Nesse tipo de mudança (como na extensão da função e do uso de “*ir*” [+tempo]), é importante notar que a construção envolve um processo de mudança semântica, podendo ser usada para designar diferentes funções (neste caso, de espaço ou de tempo).

⁴⁸ Ambos são subesquemas do esquema maior [SP_{TEM} + (EM) + QUE + O].

⁴⁹ When new constructions are formed, they typically ‘spread by gradually increasing their frequency of use over time’ (Bybee and McClelland 2005: 387).

A composicionalidade, segundo Traugott e Trousdale (2013), envolve a relação entre forma e significado, no sentido de se preocupar com a medida que esta relação é transparente. Segundo os autores, a composicionalidade é, frequentemente, pensada em termos de semântica e das propriedades combinatórias do componente sintático. A composicionalidade semântica, como o próprio nome indica, preocupa-se com a soma dos significados das partes (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016). Por outro lado, a composicionalidade sintática corresponde ao nível de integridade morfossintática das subpartes, “no sentido de que quanto mais composicional, mais essas subpartes retêm as propriedades gramaticais de sua categoria fonte” (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 246).

Se pensarmos na mudança de determinada construção, veremos que quanto mais ritualizada e cristalizada semanticamente, mais opaca ela se torna. Quando uma forma linguística assume diferentes funções e se torna mais arbitrária na língua, significa que a construção está mais opaca e desvinculada do significado primário. É o caso, por exemplo, da conjunção conclusiva “logo”, que, em sua origem, exercia função de substantivo (GONÇALVES, *et. al.*, 2007), equivalente a “lugar”, indicando posição física ou social. Assim, o *cline* de mudança nos mostra que “logo” passa de espaço > discurso, tornando-se mais opaco e arbitrário.

Nessa perspectiva, quando o sentido de uma construção causa ambiguidade, podemos dizer que a construção é mais composicional, pois inferimos tanto o significado primário quanto o significado atual na linha de construcionalização da construção. Nesse viés, o processo de construcionalização resulta em aumento da produtividade e esquematicidade, ainda que tenha diminuição composicional.

Portanto, na análise de construções linguísticas, devemos observar três princípios básicos da GC – esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Seguindo esses princípios identificamos diferentes tipos esquemáticos para uma construção, em que o esquema geral passa por um processo de mudança construcional ou de construcionalização. Essa mudança pode levar ao aumento de produtividade de subesquemas e microconstruções, fazendo com que haja maior recorrência desse uso na língua. Uma vez concretizada a mudança por construcionalização, haverá perda de composicionalidade e de transparência sintática e semântica da construção.

Tais conceitos passam a ser considerados na abordagem cognitivo-funcional, integrando-se às análises linguísticas. Além dos que já discutimos, outros conceitos se tornam

importantes e passam a ser investigados na LFCU, são eles: contexto discursivo e plano discursivo. Sobre isso, discorreremos a seguir.

3.3.2 Contexto e plano discursivo

A tendência de estudos funcionalistas com base no uso sinaliza para a preocupação em se considerar o contexto discursivo na análise e descrição linguística. Oliveira (2012), ao descrever alguns estudos brasileiros de cunho funcionalista, acena justamente para a importância de o analista atentar e aprofundar seu olhar para o contexto discursivo envolvido na interação entre os falantes.

O contexto passa a ganhar espaço nos estudos atuais, entretanto, ainda não há definições claras de como abordá-lo e/ou tratá-lo em termos metodológicos. Mesmo assim, entendemos a necessidade em refletir sobre o contexto de produção, especialmente no *corpus* deste trabalho, haja vista que contemplá-lo é essencial à explicação de fenômenos linguísticos, e que, portanto, deve ser considerado em sentido amplo. Ou seja, o conjunto de questões imbricado no contexto linguístico e extralinguístico permite o entendimento de certas motivações, como as cognitivas e discursivas, no uso linguístico.

Dito isso, retomemos o cerne de estudo da LFCU: a estrutura linguística só pode ser representada e conferida em situações reais de comunicação. Esse pressuposto assume que a observação do sistema linguístico deve ocorrer a partir da interação comunicativa entre os falantes. Nessa perspectiva, os fatores que envolvem o ato comunicativo, ou seja, os participantes (locutor e interlocutor ou falante e ouvinte), o momento socio-histórico em que o enunciado foi proferido, o contexto discursivo da qual a interação faz parte, influenciam no uso linguístico. Tais elementos, segundo Oliveira (2012), fortalecem as explicações das motivações para os fenômenos investigados, como as pressões cognitivas e/ou comunicativas que levam o falante a utilizar uma forma e não outra.

Assumir a importância dos fatores pragmático-discursivos envolvidos no uso linguístico implica olhar para questões como “gênero textual, a sequência tipológica (Marcuschi, 2002; Bonini, 2005), o perfil dos interlocutores e o próprio conceito de *norma linguística* (Barbosa, 2007), bem como os demais fatores envolvidos na interação, como época, local, modalidade, registro, entre outros” (OLIVEIRA, 2012, p. 137). Ou seja, valorar a dimensão pragmático-discursiva coloca em voga algumas questões que, por vezes, são ignoradas e que podem trazer resultados significativos acerca da estrutura gramatical analisada.

De acordo com a percepção de estudos gramaticais com base no uso, a observação dos fenômenos linguísticos ocorre no *locus* de atuação/produção e recepção do texto/enunciado (BYBEE, 2010), que podem ser influenciados direta ou indiretamente pelo indivíduo que fala/escreve, ouve/lê, pelo perfil dos atores no ato comunicativo, por sua representação na comunidade, e pelos propósitos discursivos (OLIVEIRA, 2012). Logo, as motivações para o uso linguístico envolvem a observação do contexto social, isto é, físico e linguístico (BYBEE, 2010).

Com base nisso, podemos dizer que o sucesso da comunicação não se dá apenas pelo material linguístico exposto no texto/enunciado, mas também pelas adaptações comunicativas que os falantes fazem para atingir seus propósitos, constituídos à luz de contextos específicos de interação (BRAGANÇA, 2017). A autora, aludindo às contribuições de Hopper e Traugott (2003), advoga que as estratégias comunicativas dos (inter)locutores, por motivações pragmático-discursivas, constituem padrões mais rotinizados na língua. Nesse sentido, o pareamento entre forma e significado é dependente do contexto linguístico e discursivo.

Segundo Hopper (1998 *apud* BRAGANÇA, 2017), as mudanças nas relações sociais geram modificações nas interações verbais, que, conseqüentemente, implicam mudanças na maneira de comunicação verbal, as quais são realizadas por meio de textos e gêneros, que geram mudanças linguísticas. Ao encontro dessa afirmação, assumimos, nesta pesquisa, que o conteúdo das cartas pessoais “vincula modos de interação social, sob o escopo de domínios culturais específicos, e práticas sociais, como a prática de uso da linguagem” (BRAGANÇA, 2017, p. 527). A mudança e os fenômenos linguísticos analisáveis, portanto, são envolvidos por uma série de questões que dizem respeito à interação verbal como um todo.

Se pensarmos no material linguístico inserido no *corpus* que rege este trabalho, por exemplo, não podemos descartar o contexto situacional⁵⁰ em que ele foi escrito ou produzido. As cartas pessoais de “adeus” inferem uma situação de produção específica. Além do contexto físico, que pode variar, há questões socioculturais imbricadas nesse tipo de texto, como a pressão e exclusão social sofrida por parte dos interlocutores, ou a visão pejorativa sobre a prática de suicídio.

Levando em conta tais questões, pretende-se um olhar mais acurado para o contexto que envolve o objeto desta pesquisa, considerando elementos como a época (1970 a 1990) e o contexto físico em que as cartas foram escritas (situações adversas, mas que envolvem rejeição

⁵⁰ Entendemos por contexto situacional o contexto em que o texto foi produzido e as relações socioculturais envolvidas no momento do discurso, isto é, o contexto físico como o tempo, e sociocultural como a organização social. Esse termo foi retirado de Connolly (2007).

ou exclusão social), o perfil dos interlocutores (jovens e adultos, com problemas familiares, amorosos ou profissionais) etc. Assim, acreditamos que o ambiente possa favorecer determinadas formas/entidades linguísticas.

Com base nisso, detalhamos, na próxima seção, o gênero discursivo e as sequências discursivas, uma vez que estamos lidando com construções condicionais inseridas em *cartas de adeus*, sendo este o contexto linguístico e social que envolve o fenômeno de estudo.

3.4 GÊNERO DISCURSIVO E SEQUÊNCIA DISCURSIVA

A discussão acerca de gêneros discursivos é importante, neste trabalho, porque estamos investigando uma prática social específica, firmada por meio de textos escritos. Segundo Bakhtin (2003), os gêneros do discurso são representações dos diversos campos da atividade humana e da comunicação, isto é, cada domínio comunicativo está ligado ao uso da linguagem que se concretiza em enunciados (orais ou escritos) relativamente estáveis. Nesse sentido, os gêneros refletem as especificidades de cada domínio discursivo e tendem a seguir um padrão estrutural.

Os domínios discursivos aparecem e significam nas grandes esferas da atividade humana – como a jurídica, a religiosa, a jornalística, a publicitária, entre outras –, nas quais diferentes textos circulam. Marcuschi (2003, n.p.) afirma que essas atividades “não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles”, uma vez que, na esfera jornalística, por exemplo, podem circular diferentes gêneros e tipos de textos, como a notícia, o artigo de opinião, as charges, as manchetes etc. Dito de outra forma, é o campo de atividade humana que abarca os domínios discursivos que, por sua vez, são representados pelos gêneros discursivos.

Para Marcuschi (2003)⁵¹, os gêneros do discurso contribuem para a ordenação e estabilidade das atividades comunicativas diárias e, portanto, são realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas e discursivas. Nas palavras do autor, “gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos” (MARCUSCHI, 2003, n.p.). Ou seja, os gêneros são caracterizados pelas entidades comunicativas nas quais estão inseridos.

⁵¹ Embora Marcuschi trabalhe com a definição de gêneros textuais, acreditamos que suas reflexões são válidas e servem à definição de gênero do discurso – a qual abrange uma concepção mais ampla de gênero.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Decat (2012) advoga que a natureza dos gêneros discursivos é sociocomunicativa, e não linguística, pois, segundo ela, os gêneros vinculam-se às práticas sociais como consequência do uso interativo da língua. Assim, os gêneros do discurso realizam linguisticamente um evento comunicativo em situações sociais, concretizado por meio de textos. É nesse sentido que as formas/estruturas recorrentes de determinado gênero servem à sua caracterização em face dos propósitos sociais e comunicativos do próprio gênero (DECAT, 2012).

Ainda referente à definição de gêneros discursivos, Bakhtin (2003) aponta para três elementos que o constituem, sendo eles: conteúdo temático, estilo e construção composicional. O conteúdo temático diz respeito aos diferentes e possíveis temas abordados em determinado gênero, como o humor, a ironia e o drama (ELY; BEZ; STÜBE, 2018), entretanto, não faz referência ao assunto que está sendo tratado no texto. O estilo corresponde aos aspectos gramaticais e à seleção dos recursos lexicais e fraseológicos do texto (BAKHTIN, 2003), os quais podem transparecer (ou não) a individualidade do autor – a depender do gênero discursivo. A construção composicional, por sua vez, condiz com a estrutura interna do texto, isto é, como os gêneros são formalmente organizados. As cartas pessoais, por exemplo, apresentam, em seu conteúdo temático, informações (cotidianas) pessoais, e apresentam um estilo individual e informal. Sua construção composicional segue, normalmente, um padrão estrutural – inicia com apresentação, mensagem e finaliza com saudações (ver Figura 2, subseção seguinte).

Tendo em vista algumas aproximações de diferentes gêneros discursivos, Bakhtin (2003) separa-os em duas categorias: as primárias e as secundárias. Segundo o autor, os gêneros primários, ou simples, são aqueles que servem a propósitos comunicativos imediatos/espontâneos do dia a dia. São exemplos desse tipo de gênero: bilhetes, bate-papos, diálogos cotidianos, cartas pessoais, entre outros. Já os secundários, ou complexos, são gêneros mais elaborados e organizados, que surgem em um convívio social mais complexo, é o caso do discurso político e judiciário, dos textos científicos e acadêmicos, da publicidade etc. Ambas categorias não possuem uma diferenciação funcional explícita, contudo, diferem-se claramente quanto à forma e à organização textual.

Assim, os gêneros do discurso, sejam eles primários ou secundários, incorporam em sua estrutura diferentes tipos textuais. Os tipos textuais, ao contrário dos gêneros, possuem uma natureza linguística (de aspectos lexicais, sintáticos, morfossintáticos, relações lógicas, estilo etc.) de construção teórica (DECAT, 2012) e são caracterizados por diferentes designações

abstratas (mais conhecidas como “sequências discursivas”). Sobre isso, Marcuschi (2003) apresenta cinco sequências discursivas (tipos de texto), que podem variar conforme o gênero, são elas: narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva e injuntiva. Há alguns elementos centrais na organização dos textos que caracterizam cada sequência. Segundo Marcuschi,

um elemento central na organização de textos narrativos é a sequência temporal. Já no caso de textos descritivos predominam as sequências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas (MARCUSCHI, 2003, n.p).

Paredes Silva (2012, p. 281) acrescenta que os tipos textuais são “estruturas disponíveis na língua e identificáveis a partir de marcas linguísticas específicas”. Como exemplo a autora cita algumas das principais marcas que se referem “ao sistema de tempo/aspecto/modo do verbo, à centração numa pessoa do discurso (1ª, 2ª e 3ª), às preferências semânticas, à natureza do verbo predominante, à maior ou menor incidência de sintagmas nominais ou verbais, ao predomínio de uma ordenação lógica ou cronológica etc.”, as quais caracterizam e atuam nas referidas sequências, e, conseqüentemente, nos gêneros discursivos.

É nesse sentido que os tipos textuais, bem como os gêneros do discurso, atuam no funcionamento da língua em suas mais variadas situações comunicativas (MARCUSCHI, 2008). Os aspectos formais (como a sequência discursiva) contribuem para “evidenciar a relação que se estabelece entre a forma de materialização do gênero e a função a que ele se presta” (DECAT, 2012, p. 152). Isso quer dizer que é a partir da relação forma/função que se chega à caracterização dos gêneros como práticas sociais (DECAT, 2012).

Entendemos, juntamente com Decat (2012, p. 160), que

a análise de qualquer gênero deve levar em consideração que se trata de uma materialização de formas (colocadas à disposição do usuário pelo sistema da língua) que estão a serviço dos objetivos comunicativos do gênero, refletindo suas funções no processo de interação.

Nesse sentido, deve-se considerar – e é o que pretendemos fazer – as diferentes funções comunicativas dos gêneros, para que entendamos as escolhas linguísticas feitas pelo usuário da língua e, conseqüentemente, a organização do sistema linguístico. Para esse propósito, daremos ênfase à natureza funcional e interativa do gênero, embora as propriedades formais também sejam consideradas.

Sobre o gênero de nossa amostra, destacamos que são de natureza primária, pois constituem-se de cartas pessoais. Tais cartas pertencem à esfera familiar, em que predomina determinado tipo textual, que será mais detalhado a seguir.

3.4.1 A carta pessoal

A carta pessoal é um texto criado socialmente, que envolve uma interação particular entre duas ou mais pessoas e que possui um objetivo central: trocar informações pessoais, seja a frequência diária ou não. Segundo Bakhtin (2003), as cartas pessoais estão inseridas na categoria de gêneros primários, isto é, suas características envolvem uma escrita espontânea⁵², de caráter mais livre. Em outras palavras, nesse tipo de gênero, normalmente, não há preocupação com a forma linguística e com os padrões normativos, pois o autor está com baixo monitoramento estilístico. Logo, quem escreve a carta se concentra na mensagem, isto é, no conteúdo que está escrevendo ao seu interlocutor. Esse tipo de carta possui predominantemente linguagem informal, o que pode refletir no modo em que o texto é escrito e na forma linguística – estilística - aderida pelo escritor. Frequentemente, essas cartas são remetidas aos familiares e/ou aos amigos, embora possa haver outros destinatários.

Em vista disso, torna-se relevante trabalhar com materiais escritos, principalmente com aqueles que possuem esse caráter menos monitorado de escrita. Em estudos funcionalistas (DECAT, 2012; PAREDES SILVA, 2012) que descrevem diferentes fenômenos linguísticos, por exemplo, a utilização desse tipo de gênero é frequente. Esses estudos têm mostrado a importância da função comunicativa do gênero em relação à escolha do usuário da língua por determinada forma, atendendo às funções pragmáticas em que o gênero emerge.

Quanto ao gênero carta pessoal, entendemos que é “uma produção de linguagem, socialmente situada, que engendra uma forma de interação particular” (GUIMARÃES SILVA, 2002, p. 80), no sentido de estabelecer relações pessoais e familiares. Essas relações normalmente ocorrem entre pais e filhos, entre irmãos, entre marido e mulher etc. No caso das cartas pessoais da amostra, do total de 24 cartas, 06 foram endereçadas aos amigos em geral, 04 ao amigo(a) em específico, 03 destinadas à pessoa amada, 03 aos pais, 01 à mãe, 02 aos irmãos, 02 aos filhos, 03 à família em geral.

⁵² Semelhante à escrita espontânea, Labov (2008, p. 111) caracteriza a fala espontânea como um padrão usado na fala excitada, carregada de emoção, quando os constrangimentos de uma situação formal são abandonados”. Nesse sentido, a espontaneidade, tanto da fala, quanto da escrita, refere-se a um estilo não monitorado sobre a forma com que se fala/escreve.

A identificação dos participantes da interação e a quantidade deles engajada no evento comunicativo permite o entendimento sobre a organização estrutural e funcional da carta pessoal (GUIMARÃES SILVA, 2002). A partir disso, discute-se o papel comunicativo da carta pessoal, a função social dos participantes, a identidade social ocupada por quem escreve (irmão, pai, marido etc.), bem como o lugar de fala ocupado pelo autor e receptor da carta. Essas informações são necessárias para a constituição da situação comunicativa do gênero. No caso das cartas pessoais da amostra, adiantamos que a função social envolve crenças e estigmas em relação ao tema abordado nas cartas, a identidade social varia de pai de família, filho(a), trabalhador, alcoólatra, de alguém que necessita de ajuda; já o lugar de fala é ocupado por um sujeito cansado, arrependido, rejeitado por questões amorosas e por um profissional frustrado.

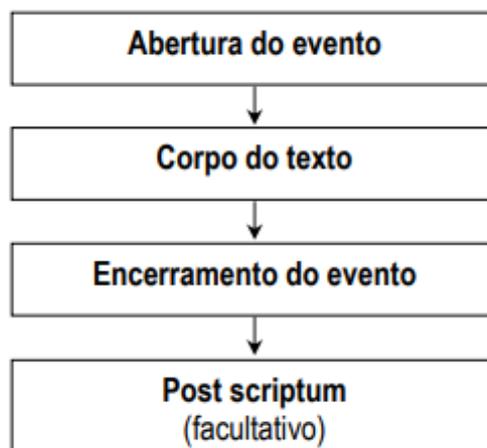
Sobre a situação comunicativa das cartas, Guimarães Silva (2002), apoiada em outros teóricos, como Biber (1988), Kerbrat-Orechioni (1990), Fillietaz (2000), entende que é um espaço singularmente demarcado,

em que confluem e influem várias informações que são caracteristicamente portadoras das propriedades sociais e subjetivas dos participantes; o propósito comunicativo que os orienta na interação; a finalidade social do próprio evento em curso (conversa entre amigos, conferência, carta pessoal, ofício); o próprio texto em produção e seus interlocutores (GUIMARÃES SILVA, 2002, p. 84).

Ou seja, a situação comunicativa se constitui em um espaço dialógico, em que o modo de produção (e recepção) é implicado no texto produzido. Dessa forma, o processo interativo no desenvolvimento da carta envolve dois ou mais participantes que negociam sentidos (GUIMARÃES SILVA, 2002). Segundo a autora, o sentido atribuído na recepção e produção da mensagem envolve complexidade cognitiva e social. No caso das cartas pessoais da amostra, em específico, reforça-se essa ideia, pois há uma questão social (de crenças sobre o suicídio, bem como o enfrentamento sobre o que os outros vão pensar e/ou falar), e cognitiva, pois demanda esforço emocional na produção da carta, imbricadas nesse tipo de texto.

Referente às questões formais do gênero, pode-se dizer que sua estrutura segue certo padrão estrutural. Normalmente, apresenta-se cabeçalho, corpo e fecho (cf. Paredes Silva, 1988). Na Figura (5), a seguir, vemos uma representação estrutural de cartas pessoais.

Figura 5 – Estrutura composicional das cartas pessoais.



Fonte: GUIMARAES SILVA (2002, p.132)

Segundo Guimarães Silva (2002), as cartas pessoais caracterizam-se pela estrutura composicional, a qual dimensiona o curso do evento. A escrita das cartas, normalmente, inicia com saudações e abertura do evento, seguido do corpo do texto, e, para finalizar, o encerramento do evento, com despedidas e assinatura. O *post scriptum* é facultativo e encontra-se com maior frequência em cartas informais em forma de observação. No caso das cartas pessoais da amostra, encontramos 04 que empregaram esse recurso linguístico.

Em contrapartida às semelhanças, as cartas pessoais também podem se diferenciar estruturalmente. Em certos casos, ocorrem distinções de formalidade na organização do texto, bem como no próprio uso da linguagem, pois a escrita dos autores também pode variar conforme sua individualidade. Em cartas pessoais que passam por aprovações de terceiros antes do envio⁵³, por exemplo, é comum o uso de uma linguagem mais contida e/ou polida. Também podemos pensar em outros tipos de carta – além da carta pessoal –, como as cartas oficiais, que possuem maior formalidade na escrita e utilizam-se de uma linguagem mais técnica, uma vez que esse tipo de carta remete, normalmente, a uma precisão da escrita, com um conteúdo conciso, e, por isso, de pouco teor argumentativo (CASTANHEIRA; CEZÁRIO, 2014), sendo o objetivo principal informar. Por outro lado, nas cartas pessoais familiares esse rigor de escrita não é necessário, tampouco utilizado pelo interlocutor, uma vez que, na maioria das situações,

⁵³ Refiro-me às cartas pessoais escritas em internatos ou colégios de freiras (século XX), por exemplo, em que as crianças que viviam longe dos pais enviavam cartas aos familiares para contar-lhes os acontecimentos. Contudo, antes de enviar-lhes, era comum a prática de verificação, isto é, algum responsável do internato lia o conteúdo das cartas antes de elas serem enviadas, passando por uma espécie de aprovação.

ocorre baixo monitoramento linguístico. A escrita, normalmente, é mais informal, e o conteúdo varia conforme o objetivo da carta e para quem é remetida.

Nas cartas pessoais que analisamos, a preocupação com a escrita adequada ao padrão ortográfico e gramatical não é algo primordial, embora alguns dos interlocutores mencionem os erros ortográficos e se desculpem pela “má” escrita. Logo, a tensão ao se escrever uma carta de partida, antes de praticar o ato de tirar sua própria vida, é muito alta e faz com que o remetente dê mais importância ao conteúdo, isto é, à mensagem escrita. Além disso, o nível emocional envolvido é altíssimo, considerando que é uma carta de despedida definitiva. Segundo Labov ([1972] 2008), o que ocorre é uma maior concentração no que se diz, no conteúdo, e não como se diz o que se diz, isto é, na forma linguística.

Assim, as cartas pessoais se inserem em um grupo maior: as cartas – que podem ser pessoais, técnicas, oficiais, de leitores etc. Consideramos as *cartas de “adeus”* como um subtipo de carta pessoal, porque são formadas por especificidades, tais como: interação específica, particularidades no perfil dos interlocutores envolvidos na interação, bem como sua representação diferenciada na comunidade. Essas questões são elucidadas na subseção seguinte, em que detalhamos a situação sociodiscursiva das *cartas de “adeus”*.

3.4.1.1 Cartas pessoais de “adeus”

As *cartas pessoais de “adeus”* da amostra foram escritas por pessoas que, por algum motivo, tiraram suas próprias vidas. Essas cartas, normalmente, seguem o mesmo padrão estrutural das cartas pessoais, entretanto, possuem um objetivo comunicativo diferenciado. A situação discursiva é de justificativa para a prática de suicídio, e o conteúdo temático é uma despedida. O estilo de escrita é informal (carregada de emotividade) e individual, pois as particularidades de escrita do autor são evidenciadas. Os destinatários, em sua maioria, são amigos, familiares ou a sociedade em geral.

De modo geral, a carta pessoal, deixada por indivíduos que praticaram a morte voluntária, é um instrumento de comunicação importante e bastante comum nesses contextos⁵⁴. A utilização desse tipo de gênero decorre por conta desses sujeitos optarem por escreverem sua última mensagem, endereçando-o a alguém da família ou a alguma pessoa próxima, portanto íntima de si. Conforme Catelão (2013), a carta é e foi um instrumento frequentemente utilizado

⁵⁴ Esse tipo de carta é um instrumento frequentemente usado, tanto por pessoas comuns, quanto por pessoas de renome. Fizemos uma busca em sites de notícias para comprovar essa afirmação, como em: <<https://www.globo.com/busca/?q=carta+suic%C3%ADdio>>

para relatar as angústias e o sofrimento vivido, principalmente nos séculos anteriores (XIX e XX), quando não havia o desenvolvimento dos recursos digitais da Tecnologia da Informação – como redes sociais, os *blogs*, *e-mail* etc. -, que, atualmente, funcionam como ferramenta para a exposição dos sentimentos pessoais.

Para o autor, a atitude de escrever algo a alguém, nessas condições, mexe com o imaginário das pessoas em diferentes níveis – social, psicológico, emocional -, uma vez que a utilização desse instrumento é para fazer ouvir uma voz que, muitas vezes, se sente excluída da sociedade, onde o assunto envolve crenças ou tabus. Em outras palavras, a situação de produção da escrita de cartas desse cunho envolve complexidade social e cognitiva, em que se cria um conjunto de crenças e constrói-se, discursivamente, uma imagem de si – do “eu” suicida (CATELÃO, 2013). Isso, por sua vez, traz um valor expressivo à carta, ou seja, é através da carta que o remetente deixa transparecer seus sentimentos e exterioriza os motivos de seu ato.

Nesses termos, a carta é um veículo “personalizado de exposição de pensamentos e sentimentos particularizados”, em que o enunciador se autodescreve, expõe suas vivências e limites referentes às relações interpessoais (CATELÃO, 2013, p. 38). Na maior parte dos casos, constitui-se um discurso inspirado “nos motivos para o suicídio e na imagem de um eu discursivo” (p. 217). Ou seja, o conteúdo é marcado por justificativas do ato cometido e por argumentações feitas em prol de o(s) destinatário(s) compreender(em) as razões do suicídio e, assim, aceitá-las. Nas cartas pessoais endereçadas aos suicidas antes do ato propriamente dito, o conteúdo remete a proposições que buscam reverter os sentimentos dos suicidas, bem como convencê-los de que haverá outras oportunidades, de que “a vida é boa” e, por isso, vale a pena vivê-la.

A argumentação está presente nos textos suicidas em geral, bem como nas cartas analisadas. Essa argumentação se dá por um discurso profundamente ligado às motivações para a escolha da morte voluntária ou para a escritura do documento (CATELÃO, 2013). As motivações para o ato de suicídio, nas cartas analisadas, têm como núcleo principal o amor (não consentido, não correspondido, ou socialmente não admitido), seguido de problemas familiares, profissionais e financeiros.

Quanto a isso, pontuamos que a interação das *cartas de “adeus”* se refere à necessidade de justificar os atos do suicida, para que amigos próximos e familiares entendam o porquê do suicídio, e, dessa forma, o perdoem. A carta é um meio para que coloquem seus sentimentos no papel e assim se despeçam dos que ficam. Logo, o perfil dos interlocutores (autores, mais precisamente) é de alguém depressivo, socialmente excluído e desiludido. Catelão (2013, p.

229) advoga que estamos lidando com interlocutores que possuem *lassidão de viver*, sofrem de autopunição e utilizam-se dos escritos para “ora aproximar-se de valores conservadores, ora afastar o suicídio de uma conduta impossível de ser aprovada frente ao bom comportamento”. Para isso, portanto, argumentam em favor da sua perspectiva de vida, a fim de convencer o outro.

Referente às condições de recepção das cartas pessoais, estas dizem respeito a destinatários específicos, normalmente algum familiar, ou à família em geral, amigos ou até mesmo à sociedade como um todo. O suicida busca deixar seus escritos para alguém que confia e respeitará seus sentimentos. Como aponta Catelão (2013), isso indica a preocupação do interlocutor com a resolução do caso, pois os próprios autores, em alguns casos, autoafirmam-se responsáveis de seus atos, descartando possíveis suspeitas de homicídio, por exemplo. Entretanto, por vezes, há uma tentativa de culpar alguém, inclusive coloca-se o nome da pessoa e os motivos da acusação. O contexto de recepção, então, é de avaliação e aceitação perante o ato cometido, sendo que, na maioria dos casos, considera-se um ato extremo e envolto de questionamentos sobre a vida.

No que se refere ao desenvolvimento estrutural das *cartas de “adeus”*, há uma regularidade composicional que, normalmente, segue as mesmas etapas da Figura (5) – apresentada na seção anterior. Outra estabilidade encontrada, e também já apontada por Catelão (2013), refere-se ao campo textual, isto é, à base sequencial argumentativa e ao campo discursivo, que envolve essencialmente a visão sobre o suicídio, no sentido de ser um fator de exclusão social. Por esse motivo, os escritos suicidas tendem a apresentar uma justificativa das ações suicidas, bem como a motivação para o ato de tirar a própria vida. Esses aspectos são verificados em vários trechos das *cartas de “adeus”*, por exemplo:

- 74) Não tenho mais coragem | de viver depois de tudo | o que esta acontecendo| para | mim, juro não tenho mais alternativas, a vida para | mim era tudo nesse | posto, pois agora não | tenho mais razões para | viver, estou louca desde que soube de meus 30 | dias, para retirar-me da | firma. (CEOM/VMPOSC r01F, 1976, cart.05)⁵⁵;

⁵⁵ Para nosso controle, criamos um código para cada trecho e/ou ocorrência retirada das *cartas de “adeus”*. Como as cartas pessoais foram coletadas no acervo público do CEOM, e este trabalho pertence ao projeto maior do VMPOSC, inseríamos ambas as siglas no código. Em seguida, enumeramos os remetentes das cartas conforme o ano de produção da carta – por exemplo r02 é o segundo remetente de nossa amostra, sendo a designação de F/M correspondente a feminino ou masculino. Na sequência temos o ano em que a carta foi escrita. E, por fim, o número

- 75) Vou partir para nunca | mais voltar, com muita | tristeza e sentimento, | não posso mais viver assim. || Tristeza solidão sentimento e | arrependimento tudo isso eu | sinto. (e uma dor profunda). [...] (CEOM/VMPOSC r05M, 1979, cart.18);
- 76) [...] eu não estava me sentindo bem não via a hora deixar | tudo de tento desgosto | de eu ser mulher do *Cláudio* | Ele não querer casar com | migo a Deus pai [...] (CEOM/VMPOSC r04F, 1978, cart.14).

Como discutido, esses trechos são marcados pelas justificativas em se tomar tal decisão. Como se vê, a morte voluntária ocorreu pela busca da interrupção do próprio sofrimento vivido, podendo decorrer por diferentes causas, algumas deixadas em evidências, como por questões profissionais (74), ou rejeição amorosas (75), e outras não são ditas tão explicitamente, como é o caso de (76).

Em suma, as *cartas pessoais de “adeus”* possuem um enunciador em uma situação de produção específica, “que define seu discurso e ponto de vista, mune-se de argumentos que são fruto de suas crenças e produz uma interlocução final, com uma intenção discursiva característica” (CATELÃO, 2013, p. 29), da qual tratamos anteriormente.

Retomando o que discutimos neste capítulo, o que se propõe é uma análise de construções condicionais à luz da abordagem da LFCU e da GC. Desta forma, buscamos encontrar explicações para o uso condicional, investigando aspectos cognitivos de domínio geral que, com base no contexto discursivo e nos padrões advindos dele, indicam como os falantes estruturam e organizam tais construções. A partir daí, como vimos, dá-se forma à gramática, entendida como pareamento parcialmente arbitrário de forma e significado. É nesse sentido que investigamos as construções condicionais em um conjunto de fatores formais e funcionais, como no domínio de tempo-aspecto-modalidade. Sobre o contexto, discutimos questões acerca dos gêneros discursivos, mais especificamente, da carta pessoal, bem como fizemos algumas ponderações sobre as sequências discursivas, que são constituintes formais dos gêneros.

da carta conforme a sequência da transcrição. Lembrando que a transcrição foi feita de acordo com o dia, mês e ano de produção.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação se propõe a investigar as construções condicionais em uma amostra sincrônica do português brasileiro escrito, observando aspectos formais e funcionais que a correlacionam e que motivam seu uso. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa de base empírica, apoiando-nos na abordagem teórico-metodológica da LFCU e do modelo da Gramática de Construções (GC).

Os procedimentos metodológicos são apresentados a partir do (i) *corpus* e da amostra utilizados; dos (ii) procedimentos de análise; e dos (iii) grupos de fatores linguísticos a serem observados. A seguir, detalhamos o *corpus* e o projeto de pesquisa ao qual este trabalho se vincula.

4.1 CORPUS E AMOSTRA DE ESTUDO

O *corpus* de onde se extraiu o conjunto de textos analisados neste trabalho integra o projeto VMPOSC⁵⁶, cujo propósito é constituir um banco de dados representativo de amostras de fala e de escrita de Chapecó e região. A primeira é composta por 32 entrevistas sociolinguísticas, com informantes de Chapecó/SC, monolíngues em português; e a segunda amostra é formada por diferentes gêneros discursivos da modalidade escrita, a saber: cartas de leitor e anúncios de jornais do município de Chapecó e da região Oeste de Santa Catarina, cartas pessoais cedidas por particulares ao CEOM (Centro de Memórias do Oeste)⁵⁷ ou anexas a inquéritos policiais doados ao CEOM⁵⁸ e cartas pessoais doadas às pesquisadoras do VMPOSC. Todos os textos coletados⁵⁹ foram fotografados e catalogados conforme a data de autoria, ordenando-os, cronologicamente, dos mais antigos aos mais recentes.

⁵⁶ O projeto Variação e Mudança do Português no Oeste de Santa Catarina é coordenado pela Professora Dra. Cláudia Andrea Rost Snichelotto. Financiado com recursos da Chamada Pública FAPESC nº 04/2012 Universal, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS (Processo CAAE: 17011413.2.0000.5564). (ROST SNICHELOTTO, 2012)

⁵⁷ O CEOM é um depósito de acervos arqueológicos, documentais e bibliográficos – materiais ou imateriais –, criado em 1986 para estimular e fomentar a pesquisa acadêmica acerca do patrimônio cultural, histórico, memorial e arqueológico, com enfoque na região do Oeste de Santa Catarina. Informações obtidas em: <<https://www.unochapeco.edu.br/centro-de-memoria-de-santa-catarina>>.

⁵⁸ O CEOM recebeu, em 1998, doação do Fundo Comarca de Chapecó, composto por processos civis, eleitorais e inquéritos policiais. As cartas pessoais foram extraídas dos inquéritos policiais desse acervo. Para mais informações < <https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/centro-de-documentacao-e-pesquisa> >

⁵⁹ Textos coletados em duas etapas, inicialmente por Cláudia Andrea Rost Snichelotto, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott e Leila Teixeira da Rosa Strapazzon. E, em outro momento, por Leyla Ely. As transcrições foram feitas por Leila Teixeira da Rosa Strapazzon e Leyla Ely.

Neste trabalho, nosso interesse recaiu sobre o conjunto de gêneros da escrita, notadamente, cartas pessoais. Porém, ao realizarmos a coleta no CEOM, deparamo-nos com duas amostras distintas. Uma que envolve um contexto de situações colegiais e correspondências familiares, e outra que envolve alto nível emocional, uma vez que o principal objetivo é se despedir, justificar-se, dizer “adeus”. Foi este conjunto de 24 (vinte e quatro) cartas pessoais escritas em português contemporâneo brasileiro, no período de 1970 a 1990, que nos debruçamos. As cartas foram redigidas por pessoas que se suicidaram (ou trocadas antes do ato em si) e constituem material anexo a inquéritos policiais cedidos ao CEOM. Mais precisamente, como se viu na subseção 3.5.1.1, as cartas foram deixadas como último registro escrito dos autores, isto é, foram escritas pelos suicidas e endereçadas a algum familiar a fim de explicar-se, justificar-se e/ou argumentar a respeito da ação intencional. Cabe destacar que incluímos neste conjunto de cartas duas que foram trocadas entre um casal de adolescentes, mas que, por algum motivo, não podiam ficar juntos, sendo esse o motivo da morte voluntária de um deles. Dentre essas 24 cartas, 2 delas não apresentaram construções condicionais, as quais foram descartadas.

Na etapa seguinte, passamos à transcrição de todas as *cartas de “adeus”* conforme as especificações do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB). É importante mencionar que, na transcrição, seguimos uma escrita conservadora, o que quer dizer que não fizemos ajustes quanto a aspectos gramaticais e ortográficos das cartas. Também atribuímos codinomes aos participantes da interação, a fim de manter o anonimato dos envolvidos, embora os documentos analisados sejam de domínio público⁶⁰.

Para este trabalho, portanto, o material de análise é constituído por cartas escritas e não eventuais bilhetes ou os inquéritos policiais em si de onde as cartas foram extraídas. Contudo, considera-se o contexto comunicativo em que as cartas foram escritas, uma vez que, para os estudos funcionalistas com base no uso, fatores relacionados ao meio, como os elementos extralinguísticos, não devem ser ignorados. Neste sentido, os inquéritos policiais não compõem parte do *corpus*, somente considera-se o contexto discursivo no qual as cartas estão inseridas.

A partir desse primeiro levantamento documental, buscamos mais materiais que contemplassem o propósito deste trabalho. Fizemos, inicialmente, uma busca em duas delegacias da região (próximas a Chapecó): São Carlos e Quilombo (SC). Em São Carlos não obtivemos êxito na pesquisa e, em Quilombo, obtivemos duas cartas, entretanto, não as

⁶⁰ A verificação pode ser encontrada em: <<http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/centro-de-memoria-do-oeste-de-santa-catarina.html>>

utilizamos porque estas não correspondem aos anos mapeados (1970 a 1990). Também contatamos os Fóruns de São Carlos e Chapecó (SC). No Fórum de São Carlos, não havia inquéritos deste tipo; e o de Chapecó nos orientou a contatar o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Ainda, entramos em contato com o Arquivo Estadual de Florianópolis, o qual nos informou da inexistência desse tipo de material em seu acervo.

No TJSC fomos redirecionados ao Museu do Poder Judiciário – o qual pertence ao TJSC. O museu possui acervo de material da memória da instituição, agregando documentos manuscritos – datados do século XIX – esculturas e peças de mobiliário antigo, material iconográfico, como retratos em óleo e material audiovisual⁶¹. Solicitamos a realização da pesquisa com materiais relacionados a “atentados contra a vida”, que passou por aprovação do TJSC. Após a aprovação, e encontrados 15 possíveis inquéritos, analisamos o material, mas se tratavam de assassinatos cometidos por soldados da época, ou seja, não faziam referência a suicídios e tampouco havia cartas deixadas pelas vítimas. Mantivemos contato com o Tribunal de Justiça e, posteriormente, foram encontradas três cartas, as quais não foram incluídas na amostra de análise. Não foi possível utilizar esse material pelo fato de as fotos tiradas terem ficado ilegíveis. Dessa forma, trabalhamos apenas com o material coletado no CEOM.

Quanto à localização das ocorrências de construções condicionais na amostra de cartas, recorremos a uma ferramenta do Word/2016: . Acionamos a lupa de localização e buscamos os contextos nos quais, primeiramente, identificamos a conjunção condicional prototípica “se”. Após a seleção das construções prototípicas, realizamos a leitura de todas as *cartas de “adeus”*, para que pudéssemos encontrar outras construções que expressem condicionalidade. Vejamos as ocorrências a seguir:

- 77) [**Construção prototípica**] **Se** você quiser ir lá no centro, eu vou quinta-feira dia 28/09/78, fale com a mana, se ela não vai também daí seria melhor, você precisa disso mesmo para se acalmar. || conversando com calma a gente se entende. || **Se** um dia souber, que te esqueci, reze por mim porque, nesse dia morri (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978. cart.13);
- 78) [**Construção não-prototípica**] *Jair* por que você faz tudo | isso, a vida é bacana amor, | vamos esperar que o nosso | dia chegará, mas quando será (CEOM/VMPOSC r.05F, 1978, cart.13).

⁶¹ Maiores informações podem ser encontradas em: <<https://www.tjsc.jus.br/museu>>.

As construções prototípicas (77), como mencionado, foram detectadas com o auxílio do recurso de localização do Word, uma vez que as *cartas de “adeus”* estão transcritas e, portanto, permite-se a identificação de palavras no texto. Sobre as construções consideradas não prototípicas (78), o levantamento foi feito aplicando-se critérios estabelecidos por outros autores (NEVES, 1999; HIRATA-VALE, 2005; OLIVEIRA, 2008; BITTENCOURT, 2014; BRANDÃO, 2018), como o sintático (relação-causa > consequência, e tipo de conector), o morfossintático (tempo-modo verbal) e o semântico-pragmático. Assim, na ocorrência (77), identificamos a relação lógica de causa > consequência entre as proposições, verificamos o emprego do tempo-modo verbal, neste caso o presente do indicativo, o qual é frequentemente utilizado nas construções condicionais, bem como ampliamos o olhar para a dimensão contextual que, como podemos ver, infere uma situação hipotética.

Posterior à coleta e transcrição de dados, tomamos algumas decisões metodológicas esclarecidas na seção seguinte.

4.2 DECISÕES METODOLÓGICAS E PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

A metodologia empregada nesta dissertação é de cunho qualitativo e envolveu duas etapas: (i) levantamento bibliográfico acerca do fenômeno em gramáticas normativa, descritiva e histórica e em pesquisas linguísticas; e (ii) análise empírica das construções condicionais em *cartas pessoais de “adeus”*, datadas do século XX.

Na primeira etapa obtivemos dois quadros (capítulo 2 – Quadros (1) e (4)) que sistematizam as propriedades formais e funcionais referentes ao universo das construções condicionais, bem como uma descrição detalhada sobre o fenômeno linguístico. Na segunda etapa, que condiz à análise empírica da amostra, codificamos e classificamos os dados das cartas para análise dos grupos de fatores linguísticos definidos a partir das hipóteses. A interpretação dos dados decorreu qualitativamente e à luz dos pressupostos teórico-metodológicos que embasam este estudo.

A primeira decisão metodológica acerca do objeto foi a ampliação do fenômeno condicional, isto é, decidimos considerar todas as construções que expressam condicionalidade, e não somente as consideradas prototípicas – Se p, então q. Para esse mapeamento, adotou-se o critério de que a relação estabelecida entre as proposições deveria ser de causa/consequência (NEVES, 1999; HIRATA-VALE, 2005). Também realizamos testes nas construções não

prototípicas para identificar se a matriz da construção era (ou não) condicional. Isso foi feito a partir de substituições de conectores, bem como inferências no próprio contexto, por exemplo.

Neste sentido, buscamos explicar as formas de codificação das diferentes construções, estabelecendo um esquema geral da construção condicional que capte suas especificidades. Uma vez identificados os padrões esquemáticos, verificamos a frequência de uso, tanto de tipo (*types frequencies*) quanto de ocorrências (*token frequencies*) e quais elementos são significativos no pareamento simbólico das construções da amostra. Essa quantificação de dados pode fornecer uma caracterização de cada um dos tipos de construção considerados, que, entretanto, não serão contrastados entre si, mas demonstrarão uma tendência recorrente do uso de construções diversas para expressar o valor condicional.

4.3 TRATAMENTO PARA CONTEXTO

Como discutido na subseção 3.4.1, a análise do contexto é essencial às discussões de pesquisas sobre a gramática baseada no uso. Para isso, delimitamos o que entendemos por contexto, que, neste caso, faz jus ao contexto situacional⁶².

Dessa forma, buscamos responder algumas questões sobre o contexto em que ocorre a interação comunicativa, propostas por Oliveira (2012): Qual o propósito comunicativo das cartas? Quem as escreve/quem lê? Qual o perfil dos interlocutores envolvidos na interação? Qual a representação dos mesmos na comunidade? Qual o ano em que as cartas foram escritas? E, por fim, a quem se destinam? Consideramos, portanto, que tais questões são importantes para a descrição e análise dos dados.

Dando sequência, apresentamos os fatores linguísticos controlados.

4.4 FATORES LINGUÍSTICOS CONTROLADOS

O controle de fatores linguísticos serve para identificarmos as motivações formais, semântico-pragmáticas e cognitivas no uso das construções condicionais, tendo em vista os objetivos e as hipóteses apresentadas na seção 1.1.

⁶² Lembrando que o contexto situacional se refere ao contexto físico e sociocultural em que as cartas foram escritas/produzidas.

No que tange aos aspectos formais, observamos: (i) a ordem das proposições (isto é, iconicidade), (ii) a presença/ausência das conjunções condicionais, (iii) a correlação modo-temporal e (iv) a complexidade estrutural. Quanto aos aspectos funcionais, verificamos (v) a expressão temporal, (vi) a modalidade (*realis* vs. *irrealis*) e (vii) a sequência discursiva, que são detalhados no capítulo seguinte.

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo objetiva descrever e analisar as construções condicionais em uma amostra sincrônica de *cartas pessoais de “adeus”* do século XX, sob uma perspectiva construcional. Para isso, verificou-se, qualitativamente, as referidas construções, identificando o pareamento entre forma *vs.* função nos contextos discursivos em que o fenômeno ocorre.

Para iniciar a análise sobre as construções da amostra, descrevemos, primeiramente, as propriedades formais e, na sequência, as propriedades funcionais consideradas, bem como apresentamos as hipóteses norteadoras de cada aspecto constituinte das construções hipotáticas condicionais das *cartas de “adeus”*. Posterior à análise das propriedades formais e funcionais das proposições condicionais, pontuamos algumas considerações sobre os padrões construcionais existentes na amostra.

5.1 ASPECTOS FORMAIS DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DA AMOSTRA

Foram localizadas 28 (vinte e oito) ocorrências de construções condicionais na amostra de 24 cartas pessoais de *“adeus”*. Detalhamos, a seguir, a caracterização e as hipóteses dos fatores linguísticos intrínsecos (morfossintático, semântico e discursivo-pragmático) à constituição do fenômeno. Iniciemos nossa caracterização pelos aspectos sintáticos, como a ordem das construções; seguida dos aspectos morfológicos, os quais envolvem os tipos conjuncionais presentes (ou não) na amostra de construções condicionais; e, por fim, chegamos aos aspectos morfossintáticos, que diz respeito à forma verbal constitutiva da prótase e/ou da apódose. Na sequência, apresentamos os resultados e a respectiva discussão.

5.1.1 Caracterização e hipóteses

O primeiro fator controlado foi a ordem das proposições da construção condicional, que, conforme levantamento bibliográfico, divide-se em: (i) canônica (prótase > apódose), (ii) inversa (apódose > prótase) e (iii) sem apódose. Essa verificação pode explicar motivações linguísticas e cognitivas na escolha que o falante faz entre uma forma e outra, como apontam estudos anteriores (FREITAG; ARAÚJO, 2011; OLIVEIRA, 2016).

Sobre esse critério, esperava-se encontrar maior recorrência de construções condicionais organizadas na ordem canônica, uma vez que, segundo Neves (1999), Carvalho (2004) e Freitag

e Araújo (2011), esse fator é relacionado ao princípio icônico (GIVÓN, 1995). Ou seja, na relação prótase > apódose ocorre a ordem natural de apresentação de uma construção condicional, sendo, portanto, icônica. Quando o inverso ocorre, apódose > prótase, conseqüentemente, há uma relação não icônica.

A seguir, apresentamos algumas ocorrências da amostra relativas à ordem das construções. Discorremos, primeiramente, sobre as construções canônicas:

- 79) [**Canônica**] [...] e eu descansei dos desgosto que | eu tinha na vida **se eu tivesse ficado aqui com você *Silvia*, eu não tinha feito | isto** porque você foi | irmão para mim e também é | um quinhada⁶³. (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14);
- 80) [**Canônica**] [...] *Jair* o destino brincou comigo mais | uma vez desde começo eu | esperava por isso | | **Se for nosso destino um dia nos encontramos e seremos felizes**, | ou senão acontecera como na | música de Mariazinha e Zezinho.[...] (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12).

As construções condicionais de ordem canônica – antepostas ao período principal – de nossa amostra têm uma função mais voltada à orientação do tempo no enunciado. Essa relação também foi percebida por Bittencourt (2014), e é o que vemos, por exemplo, em (79) e (80). Em (79), a orientação do tempo está na perífrase verbal “tivesse ficado”, pois, refere-se a um momento, no tempo passado, que não ocorreu, mas que projeta algo para o futuro, isto é, a prática de suicídio. Logo, o período da prótase antecipa o tempo em que ocorre a proposição da oração principal. De forma semelhante, a proposição exposta na prótase de (80) projeta um acontecimento futuro, que é evidenciado pela ideia de suposição de uma realização posterior ao momento de fala, isto é, a possibilidade de “um dia” os interlocutores ficarem juntos e serem felizes está em um momento futuro.

Por outro lado, as construções de ordem inversa (pospostas) da amostra dispõem de uma leitura menos temporal, como se observa nas ocorrências abaixo:

- 81) [**Inversa**] Meus filhos | faço um pedido | se eu for internado | mais uma vez no mesmo | hospital de loucos | como já fui | não quero nada | só não me deixem |

⁶³ O texto sublinhado refere-se às construções condicionais, e o texto em negrito à prótase. Destacamos os referidos trechos a fim de facilitar a leitura.

espero que me man- | dem papeis e | lápis ou canetas | para eu escrever | como eu ja sofri | e contar o quanto | sofri. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21).

- 82) [**Inversa**] Desculpe se eu me apaixonei pela pessoa errada, igualmente me mande sua resposta, pois estou esperando-a com esperanças de que você goste de mim. (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23).

Como ilustrado nas ocorrências (81) e (82), há uma perda da marcação temporal, pois tais construções adquirem valor mais subjetivo, não estando localizado em um tempo e espaço precisos. Em (81), o remetente faz um apelo aos filhos, caso seja internado novamente no mesmo hospital. Da mesma forma, em (82), não há uma orientação temporal nas proposições, pelo contrário, há uma exposição de sentimentos do remetente em relação ao destinatário. Mais especificamente, o remetente, na proposição (81), expõe seu medo em ter de voltar ao hospital psiquiátrico e faz um apelo aos filhos para que, caso interne novamente, tenha acesso a papéis e canetas para que possa exteriorizar seus sentimentos, e que seus filhos não o abandone. Já a construção (82) é marcada por um pedido de desculpas (pedido subjetivo), que também envolve uma situação discursiva, e não temporal.

Como mencionado, a ordem canônica das construções é aquela considerada prototípica (NEVES, 1999; HIRATA-VALE, 2005; BITTENCOURT, 2014), em que a relação lógica entre causa (prótase) e conseqüente é mais transparente. Logo, a interpretação dessas construções ocorre de maneira motivada, sendo a orientação temporal das proposições mais evidente, uma vez que a marcação de tempo tem relação direta com o período condicional (é o que veremos na subseção 5.1.2). Ao passo que, na ordem inversa, há um valor discursivo imbricado nas construções, isto é, há uma maior atuação expressiva, e, portanto, são menos conectadas à expressão temporal que as antepostas.

E, a terceira possibilidade de realização condicional de nossa amostra refere-se às construções sem apódose. Nesse tipo de construção, o falante constitui uma “moldura de referência condicional” (NEVES, 2011, p. 855), que é a proposição iniciada por “se”, como nas ocorrências que seguem:

- 83) [**Sem apódose**] **Se eu tivesse morado com você....** (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14);
- 84) [**Sem apódose**] **Se se levantar alguma pendência entre dois homens....** (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21).

Nos casos em que se oculta o período principal, como em (83) e (84), deixa-se a cargo do interlocutor o preenchimento do conteúdo emoldurado. O conteúdo da apódose deve ser resgatado pelo correspondente (no caso das cartas), sendo o sentido encontrado no contexto discursivo maior e/ou nas informações dadas anteriormente. Em (83), a oração principal ocultada diz respeito à suposição de que se a autora da carta tivesse morado com o destinatário (pessoa a quem se refere na carta), então, tudo seria diferente, e não se chegaria a esse ponto, isto é, ao desejo de tirar sua própria vida. No mesmo sentido, em (84), faz-se necessário que o interlocutor recupere as informações ditas anteriormente, projetando a asserção do período principal a partir do contexto. Em outras palavras, quando a condicional não é completada pela principal se deixa aberta a interpretação do outro, o que Rocha Lima (2011 [1972]) classificou como subentendida, sendo a função desse tipo de construção generalizar ou ampliar o que foi dito anteriormente (ALMEIDA DE SOUZA, 2015).

O segundo fator analisado foi o tipo de conjunção ou locução conjuntiva que encabeça as construções condicionais. Segundo a pesquisa bibliográfica efetuada, variados conectores introduzem as referidas construções, contudo, observam-se casos em que ocorre ausência deles. Em ambos os casos, o que deve prevalecer, independente da presença ou da ausência de conjunção ou da locução conjuntiva, é o valor condicional. Com base nisso, controlamos as construções que são introduzidas por: (i) conjunção prototípica (se), (ii) conjunções restritivas (somente se, só, só se, exceto se), (iii) locuções conjuntivas com ‘que’ (contanto que, desde que, caso que), (iii) outras conjunções (caso, quando etc.), e (iv) ausência de conjunção ou locução na construção.

A hipótese que propusemos para este fator era de que as construções condicionais introduzidas por “se” seriam as mais recorrentes da amostra, uma vez que, conforme estudos anteriores (NEVES, 1999; GRYNER, 1990 *apud* BITTENCOURT, 2014), esse tipo de conector tende a ser empregado mais frequentemente pelos usuários da língua. Também, postulamos que a presença (ou ausência) de determinada conjunção/locução conjuntiva pode correlacionar-se à modalidade (epistêmica ou deôntica) da construção (BITTENCOURT, 2014).

A seguir, apresentamos os tipos de conjunções empregados nas construções da amostra:

- 85) [**Prototípica**] Tu diz para o Marcos que se ele não vendeu aquele toca fita, para não botar fora, que eu compro ele, porque ele me ofereceu quando eu estive ai e pago na boca da guaica. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.17);
- 86) [**Prototípica**] Olhe *Beatriz* | fassa o que você quiser porque | se você quiser leva para frente | pode levar. (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.15).

A conjunção “se” é característica de construções condicionais e inerentemente veicula a condição na construção, como em (85) e (86). Ou seja, o fato de a construção ser introduzida pela conjunção prototípica já implica a leitura hipotética. Tais construções admitem as formas verbais (das quais falaremos mais adiante) consideradas simples, como no caso de (85) e as formas perifrásticas, como em (86). As construções condicionais com “se” podem aparecer no início de um enunciado, no meio ou ao final. Sobre a função da conjunção condicional prototípica, Motta, Ferreira e Rodrigues [ca.2000] explicam que seu papel é orientar a argumentação no discurso. Por exemplo, em (86), o interlocutor expõe seu cansaço emocional e, por isso, para ele já não importam mais as consequências, afirmando, portanto, que, se o destinatário da carta quiser levar adiante as possíveis consequências de seu ato, fica a critério da pessoa.

Outro tipo de conector verificado foi o restritivo, com “só” e “só se”. Vejamos:

- 87) [**Restritiva**] Só use isso como provas para defender qualquer inocente. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.20);
- 88) [**Restritiva**] Aqui aonde estou é bom mais também é brabo estou no quinto andar e sair daqui só se for de paraquedas porque a porta do elevador está sempre chaviada. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

Nos conectores restritivos, como nas ocorrências (87) e (88), relaciona-se uma condição eventual restritiva, com valor bicondicional. Em outras palavras, a proposição refere-se a uma eventualidade que pode vir a acontecer se, e somente se, a proposição da apódose se concretizar. Conforme Hirata-Vale (1999) e Oliveira (2008), o elemento “só” que aparece no período principal restringe o conteúdo da prótase. No caso de (87), a eventualidade da proposição será confirmada se, e somente se, “os escritos forem usados para defender eventuais inocentes”; ou que, possivelmente, não acontecerá, pois, “para sair do quarto de hospital somente com o auxílio

de paraquedas” – como em (88). Nesses casos, a função semântica é mais evidente, bem como a estreita relação entre prótase e apódose, uma vez que a proposição da apódose é a condição necessária para que a prótase ocorra. Tais conectores podem vir antepostos ou pospostos à oração principal.

Também tivemos casos em que houve ausência de conector, ou seja, elipse conjuncional:

- 89) [**Ausência de conjunção**] Jair por que você faz tudo isso, a vida é bacana amor, vamos esperar que nosso dia chegará, mas quando será. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13);
- 90) [**Ausência de conjunção**] Alex ajude (no) o que pode a Joana pois apesar de tudo eu gosto dela. (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.24);

Em (89) e (90) ocorreu a ausência de conector, sendo necessária a aplicação de teste para a comprovação da leitura condicional. Em (89), recuperamos informações do contexto discursivo maior, e utilizamos diferentes conjunções, como “já que”, “uma vez que”, para a validação da construção como uma condicional – pautados nas explicações de Neves (1999) sobre a troca de conectores condicionais. A leitura que fizemos, portanto, foi a de: “Se a vida é bacana amor, porque você faz tudo isso”. Já em (90), o verbo “ajudar” está no modo imperativo, o que pode condicionar/motivar uma leitura condicional (NEVES, 1999), sendo possível a paráfrase de “*Alex*, se puder, ajude a Joana, pois apesar de tudo eu gosto dela”. Nesses casos, as conjunções condicionais deixam de ser uma condição necessária para o estabelecimento da “relação intraoracional” da construção (OLIVEIRA, 2014, p. 50).

E, por fim, apresentamos uma ocorrência de construção condicional com a locução conjuntiva “desde que”. Vejamos:

- 91) [**Conjunção com “que”**] [...] agora não | tenho mais razões para | viver, estou louca desde que soube de meus 30 | dias, para retirar-me da | firma. (CEOM/VMPOSC, r.01F, 1976, cart.05).

Neste caso, segundo nossa interpretação, há uma sobreposição entre condicional e temporal, pois, analisando separadamente a construção “estou louca desde que soube de meus 30 dias”, parece-nos que a construção é uma construção temporal. Entretanto, tomando a

dimensão contextual da construção, vemos que há um valor condicional imbricado no enunciado, uma vez que a remetente aponta para o motivo em não ter mais razões para viver. Logo, é possível a leitura condicional de “Desde que soube de meus 30 dias, não tenho mais razões para viver”, ou, “Se não tenho mais razões para viver, é porque soube de meus 30 dias”. Assim, destacamos a importância de uma leitura mais ampla, que considere o contexto linguístico e discursivo em que a construção aparece.

Seguindo a análise, chegamos ao terceiro fator linguístico controlado: a forma de apresentação verbal das construções condicionais. Controlamos, em nossa amostra, a seguinte apresentação das formas verbais, tanto da prótase, quanto da apódose: (i) simples e (ii) perifrásticas (constituídas por um verbo auxiliar e um principal). Esse critério sinaliza para a complexidade cognitiva dos falantes ao usar uma forma e não outra. Seguindo os pressupostos de Givón (1995), supomos que as construções que apresentam a forma simples seriam as mais utilizadas na amostra e, portanto, a forma simples é a menos marcada (e cognitivamente menos complexa), comparado às formas perifrásticas.

A fim de compreender como as condicionais se apresentam neste quesito, exemplificamos algumas ocorrências retiradas da amostra. Iniciemos pela forma verbal simples:

- 92) [Simples] [...] Se hoje teu futuro é amargo, amanhã será doce. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12);
- 93) [Simples] *Jair* se acalme e não cometa locura nenhuma, nós somos novos e temos muito o que passar, e se você fizer alguma coisa eu é que ficarei com remorsos e tristeza [...] (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13).

O uso de verbos na forma simples na prótase indica fatos possíveis de serem realizados (BITTENCOURT, 2014). No caso de (92), o verbo “ser”, que está na forma simples, implica uma proposição futura eventual, uma vez que o conteúdo é subjetivo e refere-se ao amanhã. Em (93), o uso do futuro do subjuntivo com verbo na forma simples, na prótase, estabelece uma possibilidade de o fato enunciado na proposição inicial vir a acontecer, dando respaldo para o

período principal. Em ambas construções, portanto, estamos lidando com fatos possíveis, que até o momento não foram concretizados.

A seguir, apresentamos algumas ocorrências retiradas da amostra da forma perifrástica:

- 94) [**Perifrástico**] Se eu tivesse ficado aqui com você *Silvia*, eu não tinha feito isto.
(CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14);
- 95) [**Perifrástico**] Faço um pedido se eu for internado mais uma vez no mesmo hospital de loucos como já fui [...] (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21).

O verbo com uso perifrástico se distancia da factualidade das proposições, pois o fato enunciado refere-se a algo anterior e que não se concretizou, como em (94), ou sobre algo que não depende da vontade do remetente (95). O uso perifrástico na prótase, em nossa amostra, faz referência ao futuro do subjuntivo, como em (95), ao pretérito mais que perfeito do subjuntivo, como em (94), ou, ainda, no presente do indicativo, ou seja, ocorre o emprego dos três tempos verbais (presente, passado e futuro).

Para finalizar a análise das propriedades formais das construções condicionais, investigamos a complexidade estrutural envolvida nos padrões de uso, que está associada à complexidade cognitiva acionada pelo usuário ao utilizar uma forma e não outra. Interessa-nos as diferentes formas de instanciação das construções condicionais, cuja identificação se dá pelos padrões subsquemáticos e microestruturais das construções. Essa discussão foi importante para compreendermos as motivações cognitivas implicadas no uso dos padrões estruturais. Neste sentido, estabelecemos alguns critérios para identificarmos os padrões subsquemáticos da amostra, são eles: (i) ordem das construções, (ii) uso de conjunção ou locução conjuntiva, e (iii) material linguístico inserido nas construções.

De modo geral, as construções condicionais fazem parte do esquema abstrato CONECT [(Y) (VP) (C)]_{OR HIP} [(Y) (VP) (C)]_{PRINC}, sendo esse o esquema que licencia o uso de subsquematas e construtos condicionais empiricamente verificados. Tendo isso em vista, supomos que diferentes construtos são verificados na amostra das *cartas de “adeus”*. Nossa hipótese, portanto, era de que o construto mais recorrente da amostra seria a construção

condicional com “se”, e que, portanto, o subesquema SE [(Y) (VP) (C)]COND [(Y) (VP) (C)]PRINC licenciaria outros construtos com valor condicional, como “só se” “se p”, entre outros.

Esse critério (formal) remete à organização mental dos falantes no uso dos padrões esquemáticos das construções condicionais. Logo, os padrões estabelecem relações sintáticas e semântico-pragmáticas à medida em que são empregados. Com base nos fatores linguísticos controlados, apresentamos, a seguir, os resultados obtidos.

5.1.2 Resultados e discussão

Apresentamos, a seguir, os resultados das análises, com base nos fatores formais controlados (ordem das proposições, ausência ou presença de conjunção ou locução conjuntiva empregada nas construções, composição verbal e padrão estrutural). Sistematizamos os resultados no Quadro (6) a partir de cada critério aplicado às construções da amostra de *cartas de “adeus”*.

Quadro 6 – Fatores linguísticos formais.

CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DAS CARTAS DE “ADEUS”						
ORDEM		PRESENÇA/AUSÊNCIA DE CONJUNÇÃO		COMPOSIÇÃO VERBAL		PADRÃO ESTRUTURAL
Classific.	Ocor.	Classific.	Ocor.	Classific.	Ocor.	Classific.
Canônica	19	Prototípica (Se)	21	Forma simples	21	Se p, q Se p (NEG), q (NEG) Q, se p Só se p, q Se p P, q Q, p Q NEG, [desde que] p
Ordem inversa	07	Restritivas (Só se/só)	03	Perifrástica	07	
Sem apódose	02	Sem conjunção	03	-	-	
-	-	Conjunção com que (desde que)	01	-	-	

Fonte: A autora (2019).

Como se vê, foram identificadas, na amostra, três possibilidades de realização das construções condicionais, isto é, das 28 (vinte e oito) ocorrências de construções condicionais na amostra, 19 construções se realizam na ordem canônica, 07 na ordem inversa e 02 sem apódose; também verificou-se 03 diferentes usos de conjunções condicionais, dentre os quais 21 construções introduzidas por “se”, 03 construções encabeçadas por “só (se)” e 01 pela locução conjuntiva “desde que”. Também se verificou que, em 03 ocorrências, houve ausência de conector. Outro critério analisado, o da composição verbal, revelou que 21 construções são compostas pela forma verbal simples e 07 pela forma perifrástica.

Em termos de frequência, as construções de ordem canônica representam 67,85% da amostra, as de ordem inversa 25,00%, e as construções sem apódose significam 7,14% do total, o que já era esperado, uma vez que as construções de ordem canônica representam uma motivação natural de causa > consequência. Quanto ao segundo critério, 75,00% das ocorrências são introduzidas pela conjunção prototípica, 10,71% por conjunções restritivas, e outros 10,71% que dizem respeito às construções sem conjunção condicional em sua estrutura, e 3,57%, que representam a construção iniciada pelo conector “desde que”. A alta incidência de conjunção prototípica era prevista, entretanto, esperávamos encontrar um maior número de tipos de conjunções e/ou locuções conjuntivas na amostra, uma vez que as possibilidades de usos variam enormemente (NEVES, 1999; HIRATA-VALE, 2005; OLIVERIA, 2008), diferentemente da realidade de nossa amostra. Por fim, as formas verbais consideradas simples representam 75,00% da amostra, enquanto as perifrásticas abrangem 25,00% das ocorrências. O que também é compreensível, uma vez que as formas simples se referem a contextos de menos complexidade cognitiva e que demandam menos tempo de processamento, ao contrário dos usos perifrásticos. E, pelo fato de se tratarem de textos escritos, nos quais a pressão normativa sempre é mais presente.

Referente à ordem das construções, verificamos uma motivação semântico-pragmática para a anteposição ou posposição das condicionais. A motivação ocorre pela preferência do remetente por um determinado assunto, que envolve uma atuação mais discursiva (nas construções inversas), ou quando envolve referência temporal (ordem canônica). Conseqüentemente, a ordem protáse > apódose é iconicamente motivada, devido à sucessão de tempo dos eventos, sendo ela a menos marcada e, portanto, a mais frequente na amostra. Esses resultados corroboraram com os de Bittencourt (2014), que já havia sinalizado para a relação discursiva e/ou temporal e a ordem das construções; e com as afirmações de Hirata-vale (1999),

Neves (2000) e Brandão (2017) de que o contexto mais marcado se refere à ordem não-canônica das construções.

No que diz respeito às conjunções empregadas, vimos que as motivações para seu uso ocorrem pelo valor argumentativo/persuasivo e predominantemente epistêmico das proposições, quando introduzidas por “se”, pelo valor bicondicional dos conectores, no caso de “só se”, “só” e “desde que”, e pela relação causal, quando tivermos ausência de conector. A preferência pelo uso do construto “se” se dá pela prototipicidade e pela diminuição de material fônico, se comparado às locuções conjuntivas, por exemplo.

Quanto às motivações para o uso de determinada forma verbal, verificamos que são empregadas conforme a propensão de realização (ou não) do evento. Por exemplo, quando se trata de um evento contrafactual passado, ou de um evento que se realizará no futuro, mas ancorado em um momento presente ou passado, utiliza-se, normalmente, a perífrase verbal; quando o momento do evento é simultâneo ou posterior ao momento da enunciação, prefere-se as formas verbais simples. Dentre as recorrências com uso perifrástico da amostra, encontramos quatro usos do verbo querer + infinitivo (quiser ir / queres responder), e três ocorrências com o verbo auxiliar no particípio (internado, ficado e morado). Na amostra, o uso do verbo + particípio aproxima a proposição do momento presente, como se fosse algo que aconteceu recentemente, ou que irá acontecer em um momento muito próximo.

A partir desses resultados, evidenciou-se que a motivação para o uso das construções condicionais não é apenas sintática, mas também semântico-pragmática, o que confirma o pressuposto construcional de que as construções são formadas por um *continuum* de pareamento simbólico entre forma e significado. Tendo isso em vista, esquematizamos os padrões estruturais conforme o *continuum* das construções da amostra. Retomamos, a seguir, cada um dos padrões expostos no Quadro (6):

[Prototípica] Se p, q

[Prototípica Negativa] Se p (NEG), q (NEG)

[Prototípica + inversa] Q, se p

[Sem apódose] Se p

[Restritiva] Só (se) p, q

[Elipse de conectivo] P, q

[**Elipse + inversa**] Q, p

[**Desde que**] Q NEG, desde que p

A depender da organização das construções condicionais e do tipo de conjunção empregada, tem-se microconstruções originadas dos padrões esquemáticos oriundos do esquema mpoaior [Se p, q]. Os padrões esquemáticos encontrados foram cinco, a saber: [Se p (NEG), q (NEG)] [Só (se) p, q], [Se p], [P, q], [Q NEG, desde que p]. Sobre a composição verbal dos padrões, pontuamos que se admite tanto o uso da forma simples, quanto da forma perifrástica.

De forma resumida, consideramos que o maior destaque desta análise foi: (i) a maior recorrência da ordem canônica verificada nos dados, estando ela diretamente relacionada com a orientação temporal das proposições; (ii) o uso majoritário da conjunção “se”, uma vez que se esperava mais conjunções e locuções conjuntivas introduzindo as construções da amostra, e (iii) a maior frequência de uso de verbo na forma simples. Esses resultados apontam para uma interferência estilística, pois as construções encontram-se em um gênero informal, que apresenta conteúdo de teor íntimo e carregado de emoção. Neste sentido, a situação comunicativa implica contextos linguísticos menos marcados e com menos complexidade cognitiva, uma vez que o foco de escrita está na mensagem e não na forma linguística.

Para dar sequência à análise sobre as construções da amostra, descrevemos, a seguir, as propriedades funcionais consideradas, bem como apresentamos as hipóteses norteadoras de cada aspecto constituinte das construções hipotáticas condicionais das *cartas de “adeus”*.

5.2 ASPECTOS FUNCIONAIS DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DA AMOSTRA

Iniciemos nossa caracterização dos aspectos funcionais pela expressão temporal e pelo domínio da modalidade. Tencionamos analisar e relacionar a configuração modo-temporal e a modalidade das construções condicionais (como previsto nos objetivos), uma vez que ambos os domínios funcionais são interligados e significam mutuamente (BITTENCOURT, 2014). Desse modo, propomos compreender como essa relação, entre a composição verbal e a modalidade, interfere no significado condicional, considerando que nem sempre o tempo gramatical, por exemplo, condiz com o que as gramáticas normativas preveem àquela forma.

Logo, os construtos gramaticais são dependentes do contexto, da situação comunicativa, por isso, caracterizamos as construções condicionais da amostra segundo a dimensão contextual. Para finalizar as análises, exemplificamos as sequências discursivas nas quais as microconstruções da amostra se inserem.

A seguir, detalhamos cada um dos fatores funcionais e, na sequência, apresentamos os resultados e a respectiva discussão.

5.2.1 Caracterização e hipóteses

O primeiro grupo de fatores funcionais faz referência à expressão temporal das proposições. Pretendíamos investigar a relação entre o tempo *tense* vs. *time*, uma vez que nem sempre o tempo gramatical (*tense*) corresponde ao *time*, isto é, a expressão temporal marcada por um ponto de referência (BITTENCOURT, 2014). Para tanto, controlamos o *time* de (i) presente (ii) passado, (iii) futuro e o (iv) habitual.

A expectativa era de que o tempo mais recorrente nos dados analisados seria a expressão de futuridade, uma vez que estamos lidando com eventos que acontecerão num futuro próximo. Assim, as formas verbais são consideradas a partir do ponto de referência da oração principal, em que seu valor temporal pode ser interpretado. Por exemplo, quando o ponto de referência não está explícito na construção analisada, ele pode ser encontrado no contexto linguístico ou extralinguístico. Conforme Coan (2003) e Domingos (2004), nestes casos, recupera-se a referência pelo conhecimento comum entre os falantes ou por meio de deduções possíveis.

Pensando nestas questões, apresentamos, a seguir, ocorrências de construções que especifiquem a expressão temporal:

- 96) [**Projeção futura**] [*post scriptum*] Se um dia souber que te esqueci reze por mim porque nesse dia morri. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12)⁶⁴;
- 97) [**Presente**] Se tu não queres namorar comigo seja au menos minha amiga. Sei que estou passando um momento difícil pois como tú sabés | perdi minha mãe e seria mais ruim | ainda de perder você *Joana*. (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23);
- 98) [**Passado**] [...] Se eu tivesse morado com você.... (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14);

⁶⁴ Lembrando que o texto sublinhado refere-se às construções condicionais, e o texto em negrito à prótase.

A construção condicional de (96) faz parte do *post scriptum* da *carta de “adeus”*, ou seja, a construção foi escrita em forma de observação, ao lado do corpo do texto. Nela, verifica-se uma hipótese que envolve projeção futura, uma vez que se pressupõe um possível evento, o qual é posterior ao momento de fala (MF). A marca de futuro é identificada, neste caso, tanto pela composição modo-temporal da prótase quanto pelo sintagma “um dia”, que faz referência a um momento futuro. Em (97), a relação da proposição com a expressão temporal é de simultaneidade ao MF, em que o locutor faz uso de verbos no presente, bem como descreve, na sequência do enunciado, situações do momento atual. Em (98), a construção condicional está localizada em um momento anterior ao MF, uma vez que o interlocutor se refere à realidade passada sobre não ter morado com a destinatária quando teve a oportunidade.

O segundo aspecto funcional analisado foi a modalidade (deôntica e epistêmica). Neste sentido, investigamos mais precisamente quais noções (de possibilidade, probabilidade, obrigação, polidez etc.) se ligam às construções condicionais da amostra.

A expectativa era de que seriam encontradas principalmente noções modais de incerteza, dúvida e possibilidade nos dados, em virtude de o enunciado hipotético envolver tais expressões, voltando-se, portanto, à modalidade epistêmica que, segundo Bittencourt (2014), ocorre quando o falante formula uma hipótese com base no próprio conhecimento e julgamento que faz dos fatos.

Dividimos este grupo de fatores em: (i) epistêmico e (ii) deôntico. Para exemplificar, atentamo-nos aos enunciados que seguem:

- 99) [Epistêmica] é verdade que a mãe disse que se eu fosse | no baile e dançasse com você ela | não me levaria mais, | se era assim, seria bom que você nem fosse. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12);
- 100) [Epistêmica] Vendo pela pior da hipótese para eu viver lá se desse pelo menos eu dormir lá naquela cozinha de vocês, porque para comer já estou acostumado na base do pão e linguiça (salame) como aqui em Rosa. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

Conforme Givón (1995), a modalidade epistêmica refere-se à atitude do falante frente às suas crenças, ou seja, como ele avalia a situação enunciada a partir de seus conhecimentos de mundo. Diz respeito às noções de possibilidade, probabilidade, dúvida e (in)certeza. Considerando essas ponderações, percebe-se que, nos enunciados (99) e (100), as atitudes são voltadas às crenças do autor sobre o fato ocorrido. Em (99), nota-se uma proposição voltada à incerteza do remetente frente à probabilidade do destinatário (pessoa amada) ir ao baile, e sobre a proibição de sua mãe se concretizar, uma vez que o amor entre ambos não é aceito. Em (100), o remetente aborda a possibilidade de viver em Chapecó com sua família, mas tem dúvidas de que será aceito, uma vez que possui problemas familiares. Ou seja, há uma insegurança muito forte, que envolve incertezas sobre seu acolhimento, mesmo que ele aceite qualquer “canto da casa”.

Todavia, averiguou-se também atitudes modais deônticas como nas ocorrências que seguem:

- 101) [Deôntica] Quando terminar de ler esses garanchos testrua no fogo | porque os covardes andam por aí só use isso como provas | para defender qualquer inocente que pode aparecer (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.20);
- 102) [Deôntica] Se ela não vai também daí seria melhor, você precisa disso para se acalmar. Conversando com calma a gente se entende. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13).

Em contrapartida à atitude epistêmica, a modalidade deôntica condiz ao que o locutor quer que se faça e como quer que seja feito. A expressão deôntica envolve avaliação, proibição, obrigação, aconselhamento e manipulação. Ou seja, a modalidade volta-se às preferências do falante. Nas ocorrências (101) e (102), verifica-se uma avaliação e intenção dos autores frente à proposição enunciada, destinados aos leitores das cartas. Na ocorrência de (101), há uma imposição por parte do remetente de que a carta escrita somente poderá ser utilizada se for para defender eventuais inocentes, caso contrário deve-se atender o seu desejo de queimá-la. O uso do modo imperativo pode caracterizar a expressão deôntica, como é o caso, uma vez que é usado em atitudes de ordem, desejo, pedido etc. Por outro lado, a atitude do remetente de (102) está voltada ao ato de aconselhar. Neste caso, o remetente dá uma orientação ao destinatário, mais precisamente, um conselho sobre o que ele pode fazer para modificar a situação descrita.

Nesse enunciado, a modalidade deôntica pode ser associada ao uso do verbo modal “precisar”, que está direcionado à “advertência”, e não à expressão de dúvida, por exemplo.

Ainda sobre modalidade, controlamos, também, os contextos: (i) *realis* e (ii) *irrealis*, seguindo a escala proposta por Bittencourt (2014, p. 158), que vai do + *irrealis* ao + *realis*, em relação à temporalidade.

Quadro 7 – Escala [*irrealis* > *realis*]

TEMPO + MODALIDADE	DEFINIÇÃO
Projeção futura [+<i>irrealis</i>]	‘Quando houver <i>predição, intenção</i> , isto é, em contextos marcados por situações descritas por tempos verbais de futuro, ou ainda com outros marcadores de futuridade, como advérbios. Por exemplo, certos enunciados em que o falante faz <i>planos</i> ou <i>deseja</i> que algo aconteça, ou simplesmente quando faz uma <i>predição</i> ou uma <i>afirmação</i> sobre um fato no futuro. Desse modo, entendemos que esses contextos são <i>mais irrealis</i> , em função das marcas de projeção futura, <i>volição</i> e <i>predição</i> ’ (p.158).
Presente que se estende ao futuro [<i>irrealis</i>]:	‘Quando houver <i>asserções sobre o futuro e sobre o presente num mesmo contexto</i> . Por exemplo, nos casos em que o falante descreve uma dada situação que está acontecendo no presente e vai se estender ao futuro, carregando um traço de continuidade nas situações descritas; e/ou ainda quando houver marcas de futuro e de presente de forma proporcional no contexto. Por isso, consideraremos esses enunciados como não fato, porém menos <i>irrealis</i> que os anteriores’(p.158).
Presente [<i>realis-irrealis</i>]	‘Quando são marcados por <i>várias situações no presente, que dão um caráter mais factual ao contexto</i> . Muitas vezes, esses segmentos estão relacionados à ideia aspectual de habitualidade, como, por exemplo, em casos em que o falante descreve sua rotina, incluindo nessa descrição certas situações habituais, que costumam ocorrer. Também podem ser enunciados mais genéricos ou <i>gnômicos</i> , que funcionam como verdades universais, em que há o valor aspectual gnômico no presente; ou simplesmente contextos compostos por vários elementos marcadores do <i>tempo presente</i> , e até alguns de passado, configurando enunciados mais <i>realis</i> ou entre o gradiente <i>realisirrealis</i> . Assim, podemos dizer que são contextos que <i>trazem situações/eventos predominantemente situados num presente habitual, num presente gnômico ou num presente factual</i> ’(p.158-159).
Passado [+<i>realis</i>]:	‘Quando o informante está simplesmente narrando fatos no passado e, por alguma razão, descreve uma situação ancorada no presente ou futuro, expressa pela oração com FS. Em outras palavras, são contextos caracterizados por vários

	elementos que marcam o pretérito, por isso são fortemente <i>realis</i> '(p.159).
--	---

Fonte: Bittencourt (2014, p. 158-159)

Como se vê, a escala *realis* < > *irrealis* está diretamente ligada ao tempo-modo verbal das construções condicionais. Em nossa análise, correlacionamos ambos critérios, lembrando que nossa hipótese era de que as construções condicionais da amostra se situariam nos contextos *irrealis*/não factuais, devido ao contexto discursivo em que as cartas estão inseridas, e que, portanto, o *irrealis* se ligaria à projeção futura, direcionados a um vir a fazer/acontecer.

Dito isso, esclarecemos os principais usos encontrados na amostra. Iniciamos com o uso de Futuro do Subjuntivo (FS), na prótase, e de Presente do Indicativo (PI), na apódose, que sinalizam a atitude epistêmica do falante, inseridos, portanto, na modalidade *irrealis*. Lembrando que essa relação é feita com base no Quadro 7, apresentado acima.

Vejamos algumas ocorrências da amostra:

- 103) [FS+PI] Ana ja estou pensando que vou | fazer da minha vida quando | eu sair daqui, porque ia em Chapecó | **se não for para viver com vocês não** | quero mais nem me pintando de ouro, | eu dum lado da cidade com a | vida triste e voces do outro! [...] (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16);
- 104) [FS+PI] E o pai e a mãe tem razão, | porque eles disseram, que não | desprezam você, mas nós somos | novos e **se nós quando formos bem mais velhos e adultos, com | a nossa idade, e nos amarmos | ainda, eles não vão se opor, | ficar contra,** eu já tive uma | séria conversa com eles e cheguei | a conclusão que devemos esperar | nossa idade. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13).

Como pode-se ver, as construções de (103) e (104) são compostas pelo FS, na prótase, e o PI, na apódose. Tais enunciados projetam a asserção ao futuro, uma vez que, conforme o contexto, está se falando de um possível acontecimento que, caso se realize, será em um futuro próximo, no caso de (103), e em um futuro mais distante, como em (104). Essas afirmações são feitas com base no contexto discursivo maior, já que em (103), “viver com vocês” é um planejamento futuro que se realizará após a saída do remetente, o qual está internado em um hospital. Por outro lado, em (104), verifica-se a possibilidade de (quando) ficar juntos após um longo período de tempo, considerando que os interlocutores são jovens demais e, por isso, a proibição, por parte dos pais. Chamamos a atenção para o uso da conjunção temporal “quando”,

em (100), o que mostra uma intervenção das construções temporais, na leitura condicional, e vice-versa. Em ambas ocorrências há um planejamento futuro, estabelecendo uma relação *irrealis*.

Na sequência, localizamos a combinação de PI > PI na amostra:

- 105) [PI+PI]] Jair por que você faz tudo | isso, a vida é bacana amor, | vamos esperar que o nosso | dia chegará, mas quando será. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13)
- 106) [PI+PI] [...] eu tambem dei o endereço de | voces para o *Miguel*, mais | voces devem passar aí no coreio | as vez enquando, porque o Miguel | me disse que eles escrevem seguido | para voces e nunca recebem respos- | ta, o meu endereço daqui (do hospital) não | vou mandar porque não sei até | quando vou ficar aqui, mais se | queres responder é fácil o | endereço é (*Rosa Park hotel > Central Paraná*) [...]. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

Nos enunciados com o PI, como em (105) e (106), o momento do evento é simultâneo ao momento de fala. Os contextos em que as construções estão inseridas também condizem ao tempo presente, dando um caráter mais factual à proposição, como em (106). Neste sentido, o enunciado (106) está mais próximo à modalidade *realis*. Entretanto, se ignorássemos as combinações modo-temporal entre prótase e apódose e fizermos um balanço geral, verifica-se que o uso do PI é o mais usado nas construções. Isso indica que, além do FS, o PI pode se ligar à modalidade *irrealis*, como ocorre em (105).

Chamamos a atenção para o uso de infinitivo na apódose, antecedido da preposição [para], configurando um subesquema. Vejamos:

- 107) [Infinitivo] Só use isso como provas para defender qualquer inocente. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.20);
- 108) [Infinitivo] Se desse pelo menos (para) eu dormir lá. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

Analisando os dados da amostra, verificou-se recorrência de uso de infinitivo (na apódose) precedido de [para]. Como vê-se em (107) e (108), ocorre variação temporal na prótase, entretanto, na apódose há uma regularidade, em que se utiliza a preposição [para],

seguida do verbo no infinitivo. Esse uso foi demonstrado em um subesquema, representado por: CONECT[(Y) (VP) (C)], [[PARA] (VP_{INF}) (C)]. O subesquema encontra-se no escopo *irrealis*, uma vez que há projeção futura.

Em algumas ocorrências da amostra, a projeção de *time* é retomada pelo próprio contexto e não pela referência da conjugação verbal, como nos exemplos anteriores. Vejamos:

- 109) [...] é verdade que a mãe disse que **se eu fosse no baile e dançasse com você ela não me levaria mais**, e daí eu disse que se era assim seria bom que você nem fosse. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12);
- 110) [...] e eu descansei dos desgosto que | eu tinha na vida **se eu tivesse ficado aqui com você *Silvia*, eu não tinha feito | isto** porque você foi | irmão para mim e também é | um quinhada. (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14).

Na ocorrência (109), a construção condicional em destaque apresenta as formas de Pretérito imperfeito do subjuntivo em “fosse” e “dançasse”, e Futuro do pretérito do indicativo na oração principal (levaria), nas formas simples. Ao analisarmos a temporalidade envolvida na oração, temos a expressão temporal futura, tanto no que se refere ao conteúdo da oração principal, quanto ao contexto em que a ocorrência foi escrita. Isto é, a codificação temporal decorre da suposição futura sobre um evento passado, uma vez que, quando o falante diz “se eu fosse no baile e dançasse com você”, quer dizer que a realização de ir ao baile, ou dançar com a suposta pessoa, não ocorreu, sendo essa a condição de a mãe não levar a filha, numa oportunidade futura, em outras festas. Entretanto, essa afirmação somente pode ser feita se considerarmos a temporalidade no contexto enunciativo em que a construção foi pronunciada/escrita. Em (110), o uso de pretérito mais que perfeito composto (tinha feito) não se refere ao passado, pois, na verdade, condiz a um momento posterior ao MF, já que a remetente ainda não cometeu o ato pretendido, isto é, a morte voluntária. O que projeta a ação como algo já realizado é o imaginário de quem escreve, estando ele vinculado à modalidade *irrealis*.

O tipo de sequência discursiva, terceiro e último aspecto funcional controlado, tem sido analisado por diferentes estudos funcionalistas (BITTENCOURT, 2014; FREITAG, ARAUJO,

2011; OLIVEIRA, 2012; etc.) e se demonstrou produtivo quanto aos resultados alcançados. Dessa forma, controlamos, neste estudo, as seguintes seqüências discursivas estabelecidas por Marcuschi (2003): narrativa, argumentativa, expositiva, descritiva e injuntiva. Bittencourt (2014, p. 180) expõe que “as seqüências textuais ou discursivas (ou ainda tipos de texto) são descritas como estruturas convencionalizadas, que são modelos utilizados pelo falante para organizar o seu discurso, a partir de um gênero textual/discursivo”. Ou seja, as seqüências discursivas não são textos empíricos, mas sim caracterizam seqüências de enunciados (MARCUSCHI, 2003).

Outros autores que definem e trabalham com seqüências discursivas são Travaglia (2002) e Freitag *et. al.* (2009). Com base neles, preparamos o Quadro (8) com a definição para cada seqüência discursiva.

Quadro 8 – Seqüências Discursivas.

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	DEFINIÇÃO
NARRATIVA	Esse tipo de seqüência é marcado pela sucessão temporal e causal do enunciado. É definido pelos relatos verbais/escritos de fatos ou acontecimentos passados (FREITAG et al. 2009).
ARGUMENTATIVA	Esse tipo de seqüência manifesta a reflexão, explicação, avaliação e a exposição de ideias do autor para dar a conhecer, e para fazer saber (TRAVAGLIA, 2002). Segundo Freitag <i>et al.</i> (2009), o caráter argumentativo pode ser marcado por exposições ou justificativas do ponto de vista do locutor sobre determinado assunto.
EXPOSITIVA	Esse tipo de seqüência apresenta “[...] o predomínio de seqüências analíticas ou então explicitamente explicativas”, segundo Marcuschi (2003, n.p.).
DESCRITIVA	Esse tipo de seqüência é marcado pelo detalhamento de um fato, de um objeto ou de uma pessoa (Freitag et. al. 2009). Segundo Marcuschi (2003), a seqüência descritiva apresenta uma indicação circunstancial de lugar e um verbo estático no presente ou imperfeito.
INJUNTIVA	Esse tipo de seqüência é marcado pelo uso do imperativo ou por formas modais, caracterizando uma prescrição de comportamento (MARCUSCHI, 2003). De acordo com Travaglia (2002), “o objetivo é incitar à realização de uma situação (ação, fato, fenômeno, estado, evento, etc.), requerendo-a ou desejando-a, ensinando ou não como realizá-la. Neste caso a informação é sempre algo a ser feito e/ou como ser feito”.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nessas definições, controlamos o uso de construções condicionais nas sequências discursivas. Lembrando que a hipótese sobre esse critério era de que as construções condicionais, devido ao material de análise, que pressupõe um caráter mais avaliativo, e relacionadas às crenças dos locutores sobre o mundo, apareceriam predominantemente nas sequências argumentativas, comparadas a outras sequências

Apresentamos, a seguir, algumas ocorrências que confirmam nossa suspeita inicial:

- 111) [**Sequência argumentativa**] *Jair* por que você faz tudo | isso, a vida é bacana amor, | vamos esperar que o nosso | dia chegará, mas quando será. ||Se acalme e não | cometa loucura nenhuma, nós | somos novos e temos muito | o que passar, e se você | fizer alguma coisa eu é que | ficarei com remorsos e tristezas. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13)
- 112) [**Sequência argumentativa**] *ja* estou pensando que vou | fazer da minha vida quando > eu sair daqui, porque ia em Chapecó | se não for para viver com vocês não | quero mais nem me pintando de ouro, | eu dum lado da cidade com a | vida triste e vocês do outro! não sou | cachoro tá. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16)

Nesses trechos, as construções condicionais estão inseridas na sequência argumentativa, uma vez que o remetente reflete e avalia a situação descrita, bem como coloca sua opinião acerca do acontecido. Mais precisamente, em (111), há uma tentativa de convencimento por parte do interlocutor para que o destinatário da carta não “cometa nenhuma loucura”, avaliando a situação ocorrida, bem como propõe “soluções”. Em outras palavras, defende-se um ponto de vista (de que a vida é boa), com argumentos que buscam convencer o destinatário sobre a motivação para se viver, fazendo com que ele mude sua visão sobre suas crenças e sobre seus sentimentos. Em (112), o locutor demonstra uma preocupação em relação à sua saída do hospital. Ele argumenta que sua vida somente terá sentido se puder voltar a Chapecó e viver com a família, fazendo com que o aceitem de volta. Ou seja, as sequências argumentativas envolvem uma exposição de pontos de vistas e discussões acerca de determinado assunto (FREITAG; ARAUJO, 2011).

Outras sequências discursivas foram encontradas na amostra. A seguir, apresentamos ocorrências da sequência expositiva seguida da injuntiva. Exemplifiquemos cada uma delas, começando pela expositiva:

- 113) [**Sequência expositiva**] Tudo ia tão bem, mas agora | acontece isso, *Jair o Felipe* e o | *Marquinho* viram nós passar e | falaram para a mãe, é verdade | que a mãe disse que se eu fosse | no baile e dançasse com você ela | ela não me levaria mais, e daí eu | disse que se era assim seria | bom que você nem fosse. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12);
- 114) [**Sequência expositiva**] Aqui aonde estou é bom mais também > é brabo estou no quinto andar e sair | daqui só se for de paraquedas porque a porta | do elevador está sempre chaviada [...] (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

O trecho apresentado em (113), refere-se à sequência expositiva, uma vez que ocorre a explicação de um fato. Apesar de haver certa descrição de um acontecimento passado, essa sequência não pode ser considerada como descritiva, pelo fato de não estar localizada em um espaço específico, como aponta Marcuschi (2003). Nesse caso, a sequência é expositiva porque o remetente analisa o fato, bem como explica ao interlocutor o porquê de seu afastamento. Em (114), percebemos claramente que o remetente escreve sobre suas vivências no hospital, bem como o que ele pensa e sente sobre isso, inserindo a construção em destaque na sequência expositiva. Ambas sequências se localizam na modalidade epistêmica.

Por fim, apresentamos, a seguir, as construções na sequência injuntiva:

- 115) [**Sequência Injuntiva**] mais | vocês devem passar aí no coreio | as vezes quando, porque o Miguel | me disse que eles escrevem seguido | para vocês e nunca recebem respos- |ta, o meu endereço daqui (do hospital) não | vou mandar porque não sei até | quando vou ficar aqui, mais se | queres responder é fácil o | endereço é (Rosa Park hotel | Central Paraná) (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16);
- 116) [**Sequência Injuntiva**] Tu diz para o Marcos que se ele não | vendeu aquele toca fita, para | não botar fora, que eu compro | ele, porque ele me ofereceu quan- |do eu estive ai e pago na boca | da “guaica”. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.17).

Segundo Travaglia (2002), o objetivo da sequência injuntiva é incitar a realização (ou não) de uma situação. É o que vemos em (115) e (116), pois os remetentes escrevem aos interlocutores sobre algo a ser feito. No caso de (115), o remetente pede para o destinatário verificar o recebimento das cartas, e o instrui como fazer. Em (116), o remetente requer uma ação do destinatário para obter o objeto desejado, isto é, o “toca fita”. A construção de (115) refere-se à modalidade epistêmica e, distintamente, a (116) é voltada à deôntica.

A partir da análise realizada, apresentamos, a seguir, os resultados alcançados, seguido da discussão sobre os mesmos.

5.2.2 Resultados e discussão

Com vistas a discutir os resultados obtidos sobre os aspectos funcionais, apresentamos, a seguir, o Quadro (9).

Quadro 9 – Fatores linguísticos funcionais.

CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DAS CARTAS DE “ADEUS”					
EXPRESSÃO TEMPORAL		MODALIDADE		TIPO DE SEQUÊNCIA DISCURSIVA	
Tipo	Ocor.	Tipo	Ocor.	Tipo	Ocor.
Passado	01	Deôntica	09	Narrativa	-
Presente	08	Epistêmica	19	Descritiva	-
Futuro	19	-	-	Argumentativa	20
Habitual	-	-	-	Expositiva	04
-	-	-	-	Injuntiva	04

Fonte: A autora (2019)

Conforme exposto no Quadro (9), das 28 ocorrências de construções condicionais da amostra, verificou-se que 19 construções condicionais apresentam projeção futura (67,85% dos dados), 08 se referem ao momento presente (28,57%) e 01 reporta ao momento anterior ao momento de fala (3,57%). Não se identificou ocorrências no tempo habitual – conforme proposto por Givón (1995). No que tange à modalidade, percebe-se o predomínio da atitude epistêmica, com 19 ocorrências, o que significa 67,85% do total dos dados, comparado a 09 construções, ou 32,14%, que se inserem na modalidade deôntica. Por fim, quanto ao tipo de sequência discursiva, identificou-se 20 (71,42%) construções condicionais que ocorreram na sequência argumentativa, 04 (14,28%) na expositiva e 04 (14,28%) na injuntiva. Por fim, mencionamos que não obtivemos dados na sequência narrativa e descritiva.

Sobre o primeiro aspecto analisado, isto é, a expressão temporal, verificamos que a composição modo-temporal dos verbos, em alguns casos, condiz ao tempo imbricado por sua raiz verbal, entretanto, em outros, a projeção de *time* é retomada pelo próprio contexto e não pela referência da conjugação verbal. Em alguns destes casos, o remetente projeta a ação como algo já realizado e por isso utiliza formas de passado, quando, na verdade, refere-se a uma realização futura, por exemplo. Isso ocorre porque no imaginário de quem escreve a situação já está tomada (neste caso, o ato de tirar sua própria vida), e está prestes a realizar a ação, tomando o evento como certo e concluído.

Assim, o tempo futuro é o tempo mais frequente da amostra, sendo dependente do contexto linguístico e do contexto comunicativo em que as construções condicionais se inserem. Sobre a relação entre futuridade e condicionais, Oliveira (2019, p. 374) aponta que a projeção futura diz respeito à “capacidade que a condicional tem de projetar uma hipótese, de se referir a uma situação futura”, que ainda pode se realizar (futuro potencial) ou que poderia ter se realizado (futuro passado)⁶⁵.

Quanto à modalidade, a hipótese central aventada era de que as noções de probabilidade, dúvida e incerteza seriam as mais recorrentes nos dados das construções condicionais, ligando-se, portanto, à modalidade epistêmica. Confirmamos essa hipótese, pois, como vimos, 67,85% dos dados se ligam a tais atitudes. Esse resultado demonstrou que a modalidade também é vinculada às sequências discursivas da amostra, uma vez que, conforme Bittencourt (2014), ambos envolvem opiniões e crenças dos falantes, os quais expõem seu entendimento de mundo e buscam, assim, comprovar seu ponto de vista.

Outra correlação, prevista em nossos objetivos, era a de modalidade e de composição verbal das construções. Apresentamos, a seguir, um quadro com os resultados da amostra perante o vínculo entre tempos e modos verbais e os domínios *realis* e *irrealis* das construções da amostra (Quadro 10).

⁶⁵ A autora chama essa marcação temporal futura de “predição”.

Quadro 10 – Relação modalidade e tempos verbais.

Modalidade	Verbo da Oração Condicional – Verbo da Oração Principal	Total
[+ <i>irrealis</i>]	Futuro do Subjuntivo – Presente do Indicativo	8
[+ <i>irrealis</i>]	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo – Infinitivo	1
[+ <i>irrealis</i>]	Futuro do Subjuntivo – Futuro do Presente do Indicativo	1
[<i>irrealis</i>]	Futuro do Subjuntivo – Imperativo	2*
[<i>irrealis</i>]	Futuro do Subjuntivo – Sem apódose	1
[<i>irrealis</i>]	Futuro do Subjuntivo – Infinitivo	1
[<i>irrealis</i>]	Imperativo – Infinitivo	1
[<i>irrealis</i>]	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo – Futuro do Pretérito do Indicativo	1
[<i>irrealis</i>]	Pretérito mais que Perfeito do Subjuntivo – Pretérito mais que Perfeito Composto	1
[<i>irrealis</i>]	Presente do Indicativo – Futuro do Pretérito do Indicativo	1
[<i>irrealis</i>]	Presente do Indicativo – Futuro do Presente do Indicativo	1
[<i>irrealis/realis</i>]	Presente do Indicativo – Imperativo	2
[<i>irrealis/realis</i>]	Pretérito mais que Perfeito do Indicativo - Presente do Indicativo	1
[<i>irrealis/realis</i>]	Presente do Indicativo – Presente do Indicativo	2
[<i>realis</i>]	Pretérito Perfeito do Indicativo – Imperativo	2
[<i>realis</i>]	Pretérito mais que Perfeito do Subjuntivo – Sem apódose	1
[<i>realis</i>]	Pretérito Perfeito do Indicativo – Presente do Indicativo	1

*Frase repetida.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses resultados, de certa forma, corroboram com estudos funcionalistas anteriores. Contudo, alguns deles apontam para a preferência de Presente do Indicativo (PI), tanto na prótase, quanto na apódose (é o caso de Hirata-Vale (2005) e Almeida de Souza (2015), por exemplo). Em nossa amostra, os usos verbais mais recorrentes foram: Futuro do Subjuntivo (FS) e Presente do Indicativo (PI). Nota-se que a construção mais frequente foi, então, a composta pelo verbo no FS na oração condicional, e o verbo no PI na oração principal. Entretanto, considerando o panorama da composição modo-temporal da amostra, verifica-se que o PI compõe 32,14% do total da amostra, comparado a 25,00% de FS, o qual só se realiza nas prótases.

A partir desses resultados, aventamos que a recorrência de FS, na prótase, se dê pelo fato de o material de análise fazer parte de um contexto discursivo específico, predominantemente epistêmico, uma vez que, como aponta Almeida de Souza (2015), o FS tende a expressar dúvida, incerteza, possibilidade ou eventualidade, atitudes essas frequentes no *corpus* deste trabalho. Tais atitudes contribuem com a significação do não fato (BITTENCOURT, 2014), ou de um fato que ainda não ocorreu, mas que pode vir a acontecer (contextos *irrealis*).

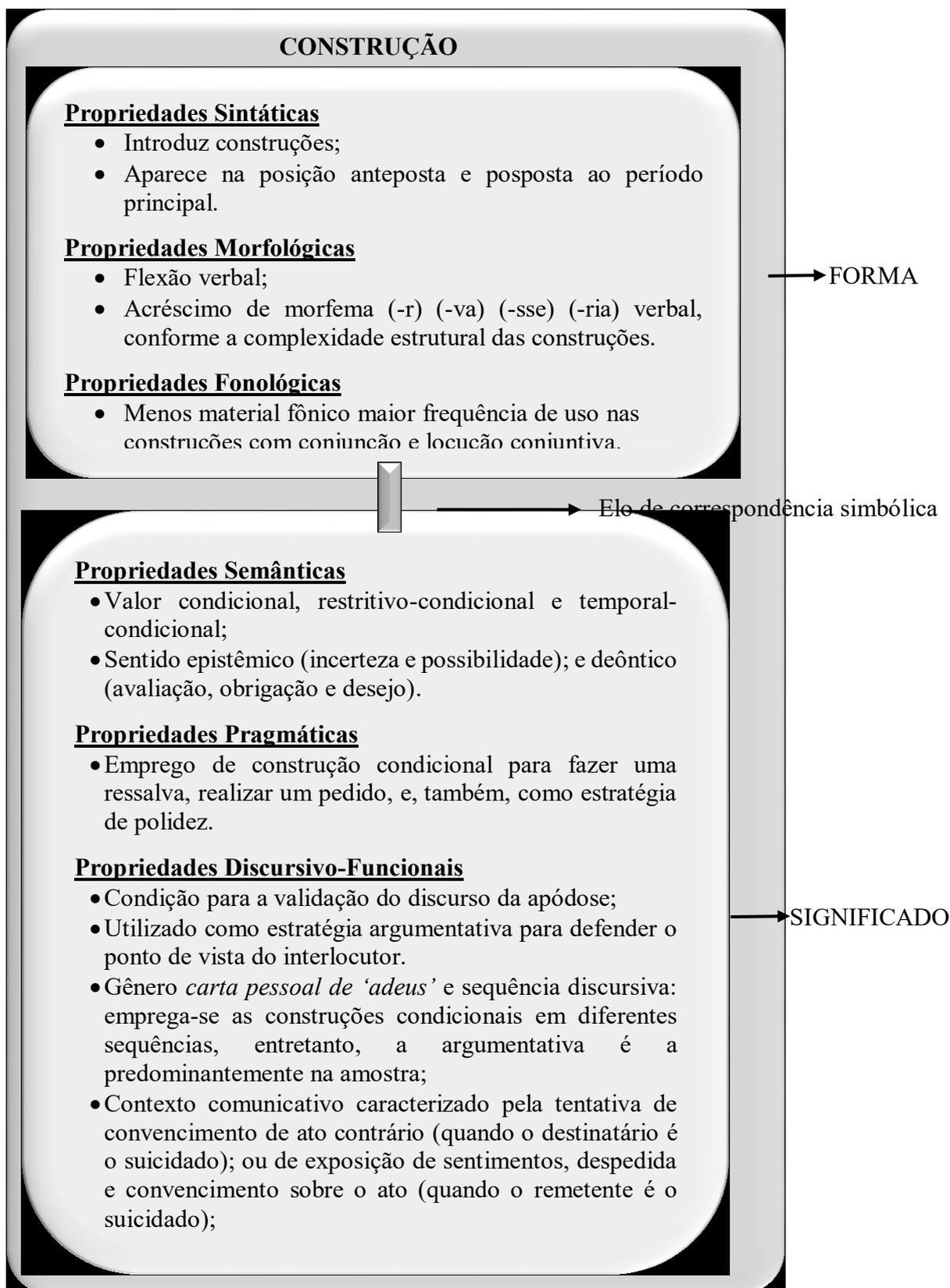
Um fato interessante a se notar é que a maior variedade de tempos e modos verbais ocorre na oração principal (apódose). Verificou-se, ainda, que a relação entre tempo e modo verbal, na maioria dos casos, aponta para contextos *irrealis*. Inclusive alguns usos de PI, sendo, a maioria deles, associados à modalidade epistêmica, ou seja, nem sempre o presente refere-se à factualidade das proposições. Por isso a importância da dimensão contextual, pois, se analisássemos a construção de forma isolada, possivelmente não chegaríamos a estes resultados.

Voltando-nos ao contexto discursivo das *cartas de “adeus”*, escritas com o propósito de se justificar e de dizer adeus aos que ficam, verificamos que está diretamente ligado à expressão epistêmica, a qual, nestes casos, ligam-se, em sua maioria, à temporalidade futura – principalmente ao futuro do subjuntivo *irrealis*. As cartas, que foram escritas por indivíduos que praticaram o suicídio e, em um dos casos, por uma terceira pessoa (quem mantinha um relacionamento com o suicida), ligam-se, majoritariamente, à sequência argumentativa, em que o principal objetivo das cartas era expor os sentimentos e as crenças sobre os acontecimentos vividos pelos remetentes, fazendo com que o destinatário “comprasse” sua opinião. Em relação às questões discursivas, destacam-se uma exposição sobre um “eu discursivo”, marcado por alguém socialmente excluído, o qual se sente rejeitado, seja por questões amorosas, familiares, pessoais ou profissionais.

5.3 PADRÕES CONSTRUCIONAIS

Nesta seção, objetiva-se apresentar, de maneira esquemática, os padrões construcionais da construção em foco encontrados na amostra. Antes disso, entretanto, elaboramos uma figura, com base em Croft (2001), que represente a correspondência simbólica entre forma *vs.* função das construções condicionais analisadas. Figura (6):

Figura 6 – Correspondência simbólica das construções condicionais nas *cartas de “adeus”*.



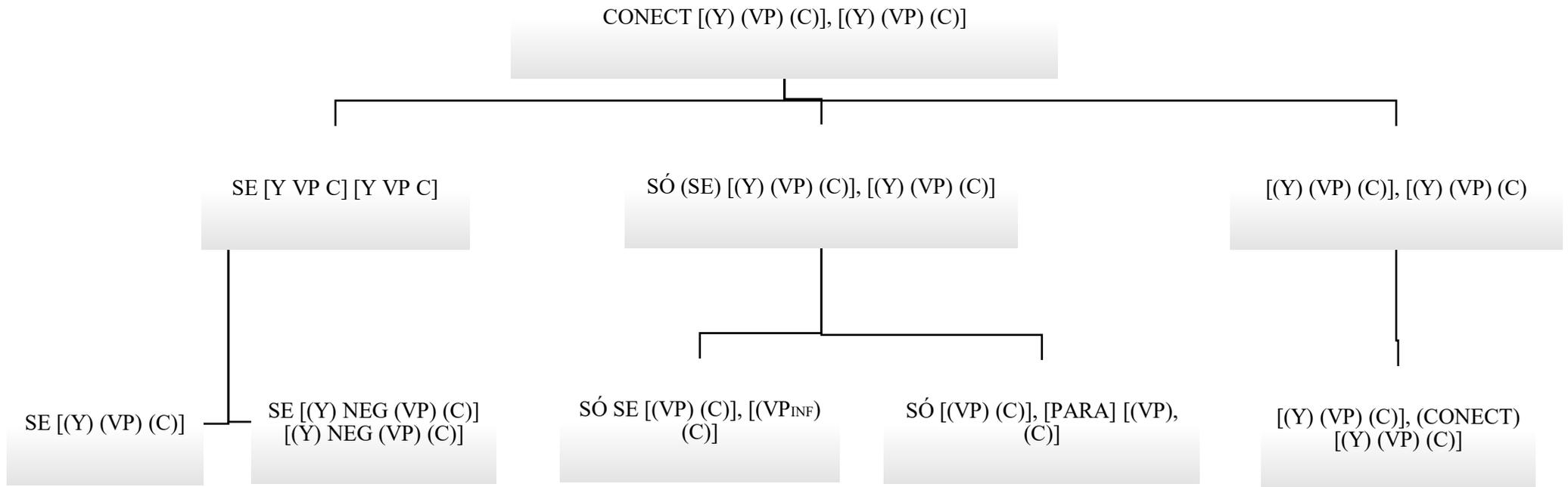
Fonte: Figura inspirada em Santos Silva (2019, p. 76).

Com a ilustração – Figura (6) -, sistematizamos aspectos formais e funcionais que mais contribuíram para o significado das construções condicionais da amostra. Primeiramente, essas propriedades foram aferidas e quantificadas na amostra de forma individual, seguida da relação prevista nas hipóteses. Neste sentido, o entendimento sobre o pareamento simbólico entre forma-significado é essencial no emprego das construções linguísticas, assim como nas condicionais, e revela questões importantes sobre a constituição das construções em foco.

Pensando num panorama que permita cruzar os fatores analisados com as construções condicionais da amostra, é possível apresentarmos algumas generalizações sobre o fenômeno. Em nossa amostra, verificamos que as construções prototípicas se relacionam às proposições que apresentam condição para a validação do discurso da apódoxe; as construções com “só se” possuem valor restritivo-condicional; a oração com “desde que” transmite valor temporal-condicional; as condicionais com verbo no modo imperativo realizam um pedido, e seu conteúdo se refere àquele que escreve; as construções de ordem inversa são mais subjetivas e discursivas que as canônicas, já que estas são mais temporais. Além disso, utiliza-se as construções condicionais como estratégia argumentativa, principalmente quando o objetivo maior é convencer o interlocutor do motivo para suicidar-se, ou de convencimento contrário ao ato - quando o destinatário é o suicida. Todas as condicionais da amostra são passíveis de flexão verbal e permitem acréscimo de morfema verbal. Todavia, algumas das ocorrências encontradas não permitem generalizações, uma vez que analisamos uma quantia restrita de dados.

É a partir dessa correspondência que verificamos os padrões de uso mais recorrentes da amostra. Nesse sentido, identificamos subesquemas e microconstruções representativos do esquema geral CONEC[(Y) (VP) (C)]_{HIP COND} [(Y) (VP) (C)]_{PRINC}, os quais são visualizados a seguir, na Figura (7).

Figura 7 – Esquema das construções condicionais das *cartas de “adeus”*.

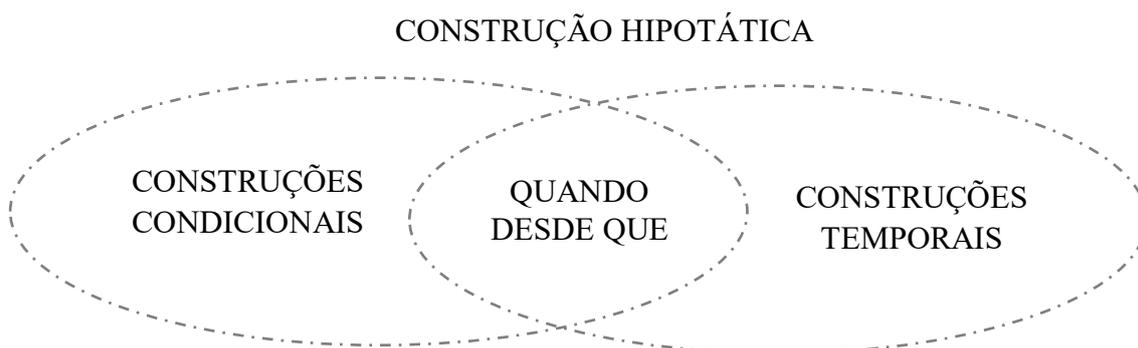


Fonte: Elaborado pela autora.

O uso condicional na forma negativa se demonstrou significativo nas construções da amostra, uma vez que representa 28,57% dos dados. A microconstrução SE (NEG) é licenciada pela construção prototípica de SE [p, q], que representa 67,85% dos dados. Assim, a construção mais produtiva da amostra foi [SE [(Y) (VP) (C)], [(Y) (VP) (C)]], dentro desse padrão temos a forma (NEG), seguida de outros usos recorrentes: [SE [(Y) (VFS) (C)], [(Y) (VPI) (C)]]; [SE [(Y) (VPI) (C)], [(Y) (VPI) (C)]]; [(SÓ) SE [(Y) (VP) (C)] [[PARA] (VINFL) (C)]]. A partir do construto linguístico (*token frequency*) mais recorrente, isto é, o construto *se*, verificamos diferentes tipos (*type frequency*) de construções, como as listadas acima.

Outros construtos, verificados na amostra, foram “desde que” e “quando”, os quais se ligam às construções condicionais e temporais, formando um elo de forma e significado entre construções hipotáticas, ilustrado na Figura (8), abaixo:

Figura 8 – Construtos condicionais/temporais



Fonte: A autora (2019)

Nesses usos, verificamos dois subesquemas ([CONNECT [(Y) (VP) (C)]_{HIP COND} [(Y) (VP) (C)]_{PRINC}], [CONNECT [(Y) (VP) (C)]_{HIP TEMP} [(Y) (VP) (C)]_{PRINC}]) que permitem tanto o significado condicional, quanto temporal. No caso de “quando” o remetente utilizou o construto em alternância/consonância ao “se”; já “desde que” causou ambiguidade em seu uso, ora remetendo ao significado condicional, ora ao temporal, se tornando menos composicional neste caso.

Ainda, sobre o construto “desde que”, verifica-se o mecanismo cognitivo de *chunking* (BYBEE, 2010). A preposição “desde”, que antes era usada separadamente, junta-se ao pronome relativo “que”, formando um novo *chunk*. Esse mecanismo também pode ser visto em “só se”, pois o conector “se” se liga, por um processo de analogia, com o advérbio “só”, novamente, constitui-se novo *chunk*. Todavia, tais casos necessitam de uma investigação

aprofundada, para que se possa explicar o processo de mudança que levou ambas se integrarem a outras construções, estabelecendo novos *tokens* na língua.

De forma geral, as construções condicionais da amostra referem-se ao processo de mudança construcional, pois as diferenças se manifestam mais explicitamente na forma linguística, sendo o sentido (nível semântico-pragmático) preservado. Assim, a distribuição linguística em padrões de uso é importante para que a funcionalidade das construções condicionais possa ser verificada de maneira ampla, a partir das categorias gerais - que foram os resultados alcançados sobre os fatores detalhados nas seções precedentes. Essa identificação de padrões de uso constituiu-se como um dos objetivos específicos desta dissertação, que, portanto, buscou descrever e compreender a funcionalidade das construções condicionais em seus diferentes contextos, a fim de captar as forças que se entrecruzam nos diferentes domínios pretendidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou uma análise construcional baseada no uso sobre construções condicionais em dados escritos do português brasileiro. Buscou-se contemplar fatores de natureza formal (morfo-sintática) e funcional (semântico-pragmática e discursivo-funcional) na descrição dos construtos, os quais se relacionam e constituem um esquema condicional.

A hipótese central deste trabalho era a de que as construções condicionais da amostra se correlacionariam de forma direta com o tempo-modo verbal das proposições e com a modalidade *irrealis*, sendo, em sua maioria, empregadas na sequência discursiva argumentativa. Aventamos que as expressões de possibilidade, incerteza e dúvida seriam características das construções da amostra, uma vez que o material de análise é composto por *cartas pessoais de “adeus”*. Tais expressões referem-se às crenças do locutor frente às proposições enunciadas, bem como à tentativa de convencer o interlocutor e argumentar em favor de sua visão de mundo.

Além de confirmar a hipótese, verificou-se que tanto as propriedades formais quanto de significado motivam o uso das construções condicionais nas *cartas de “adeus”*, sendo elas interconectadas e dependentes umas das outras. As propriedades formais controladas na análise foram: (i) a ordem das proposições, que se demonstrou predominantemente canônica; (ii) os tipos de conectores, sendo o uso mais recorrente a conjunção prototípica “se”; e (iii) a composição verbal, em que a forma simples se mostrou mais frequente. Por outro lado, as motivações funcionais controladas foram: (iv) a expressão temporal, marcada predominantemente pela projeção futura; (v) as modalidades deôntica e epistêmica, sendo esta última a mais utilizada; e (vi) os tipos textuais, que apontam para uma preferência de uso condicional em sequências argumentativas.

A partir disso constituiu-se os padrões de uso mais recorrentes da amostra, que se esquematizam a partir de construtos empiricamente verificados, neste caso: *se, só, só se, desde que*, os quais são licenciados pelos subesquemas: CONNECT [(Y) (VP) (C)]_{HIP COND} [(Y) (VP) (C)]_{PRINCIPAL}. Identificamos, também, processos cognitivos de domínio geral envolvidos no uso dos construtos *só se* e *desde que* da amostra, como o processo de analogia e *chucking*. Quanto ao construto linguístico (*token frequency*) mais recorrente da amostra, destacou-se a construção condicional com *se*, seguida da composição verbal no FS (na prótase) e PI (na apódose). Supomos que o uso frequente de *se* ocorra pela abstratização cognitiva relacionada ao conectivo. Os tipos de construções (*type frequency*) da amostra fazem parte de uma mudança

construcional, pois as diferenças verificadas pelas construções manifestam-se ou na forma ou na função, nos termos de Traugott e Trousdale (2013).

Quanto ao contexto discursivo, considerá-lo como uma categoria de análise se demonstrou produtivo. Entender que as construções condicionais em análise fazem parte de *cartas pessoais de “adeus”*, as quais remetem a um contexto discursivo altamente emotivo, escrito por pessoas que se suicidaram, revela que as construções se ligam às projeções futuras, mas que, na mente dos suicidas, já é algo executado, acabado. Ou seja, no momento da produção da carta os indivíduos estavam prestes a realizar algo planejado, pois a decisão sobre a morte voluntária já estava tomada, e isso implica respostas sobre o fenômeno estudado. Ainda, verificamos uma relação entre os escritos suicidas e a argumentação, pois é utilizada como estratégia para sustentar e validar a posição assumida pelo locutor, fazendo-se, por vezes, através das construções condicionais. Consideramos, portanto, que a investigação sobre a dimensão contextual (tanto linguística quanto discursiva) é, de fato, proveitosa, uma vez que, neste caso, os construtos empíricos se correlacionaram com a situação comunicativa.

Esta dissertação, portanto, foi composta pelas seguintes partes: no primeiro capítulo apresentamos o objeto de estudo, os objetivos traçados para a realização da pesquisa, problematizamos alguns aspectos do fenômeno em estudo, assim como tecemos as hipóteses. Além disso, apontamos para a importância em se trabalhar com construções condicionais sob o viés construcional, uma vez que a abordagem tem sido recentemente adotada por estudiosos brasileiros e, por isso, tem muito a contribuir nas descrições linguísticas. Demonstramos, também, interesse em estudar tais construções num contexto discursivo específico, acerca do qual desconhecemos estudos de base funcionalista que tivessem trabalhado com escritos suicidas, especialmente no que se refere às construções condicionais.

No segundo capítulo, efetuamos uma pesquisa bibliográfica sobre o fenômeno em estudo, em gramáticas de cunho normativo, descritivo e histórico, bem como em trabalhos linguísticos que abordam o mesmo objeto de estudo, ou seja, as construções condicionais e suas diferentes estruturas, além da prototípica. Com isso, elaboramos um quadro resumitivo com as diferentes visões, bem como foi possível cotejar os resultados das pesquisas anteriores, por exemplo, com o de nossa amostra.

O terceiro capítulo tratou do suporte teórico adotado nesta dissertação. Apresentamos conceitos basilares para a abordagem Funcional Centrada no Uso (GIVÓN, 1995; BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), bem como as perspectivas teóricas que originaram o modelo funcionalista atual. Nesse sentido, dissertamos sobre a visão de língua(gem),

gramática, construções etc., as quais são vistas como processos cognitivos advindos da experiência com o mundo e que mudam ou variam à medida em que são usadas. Além disso, trouxemos algumas ponderações sobre os gêneros discursivos, sobre as cartas pessoais, e sobre as *cartas de “adeus”*.

No quarto capítulo foram descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa, incluindo: (vii) a descrição da natureza do *corpus*, que se constitui de dados sincrônicos, de escrita, oriundos de *cartas pessoais de “adeus”*, pertencentes ao projeto VMPOSC; (viii) etapas de análise e decisões metodológicas; (ix) tratamento para contexto; e (x) os grupos de fatores linguísticos criados para investigarmos o fenômeno em toda sua dimensão, isto é, na inter-relação estabelecida por fatores morfossintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos.

O quinto capítulo foi dedicado às análises e discussão dos resultados, separando-os pelas propriedades formais de ordem, tipo e complexidade estrutural; e pelas propriedades funcionais de composição verbal, modalidade e sequência discursiva. Visou-se discutir, qualitativamente, as motivações, que vão do nível sintático aos processos cognitivos, imbricados no uso das construções condicionais, bem como verificar os construtos instanciados pelas construções. Por fim, esquematizamos os padrões construcionais mais recorrentes da amostra.

A partir da análise realizada, destacamos a presença de um *continuum* de unidades simbólicas que constituem as construções condicionais da amostra, em que cada microconstrução serve a propósitos comunicativos específicos. Logo, o pareamento entre forma e significado é dependente do contexto linguístico e discursivo. Assim sendo, os resultados obtidos corroboram com os estudos realizados anteriormente, mas apontam para inovações, uma vez que seguem a perspectiva construcional de língua, e englobam a dimensão contextual em sua análise. Por fim, dispomos hierarquicamente as construções condicionais através de *links* da rede linguística da amostra. Sugerimos, a futuros trabalhos, que investiguem o objeto de estudo (construções condicionais) num período de tempo diacrônico, e analisem todo o material linguístico das proposições (representado, neste trabalho, por (Y) e (C)), a fim de verificar se há novos nós que se ligam aos *links* já existentes na rede linguística das construções condicionais.

REFERÊNCIAS

ACETI, B. G. S. Da rede construcional [(x) [subst] (x)]colet à construcionalização de a gente. **Revista da Gama e Souza** – ano 02 – nº 03 – jan./jun. 2017. Disponível em:

<<http://gamaesouza.no-ip.info:30080/ojs/index.php/RGS/issue/download/3/Bruna%20das%20Gra%C3%A7as%20Soares%20Aceti>> Acesso em: nov.2018

ALMEIDA DE SOUZA, G. **Orações condicionais correlativas no português**. 2015. P. 111. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Três Lagoas (MS), 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/bitstream/123456789/2709/1/Gabriela%20Almeida%20de%20Souza.pdf>> Acesso em: nov.2018

BAKTHIN, M. **Estética da criação verbal**. / Mikhail Bakthin: introdução e tradução do russo Paulo Bezerra ; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. / Evanildo Bechara. – 37. Ed. Conforme o novo Acordo Ortográfico. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BITTENCOURT, D. L. R. A construção condicional hipotética e a modalidade: uma inter-relação lógica. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, nº 44, junho de 2012. p. 75-96. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/28128>> Acesso em: Mar. 2018.

_____. **O domínio funcional do futuro do subjuntivo: entre temporalidade e modalidade**. 2014. p. 345. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130946>> Acesso em: Mar.2018

BISPO, E. B; MOREIRA, B. L. Mudança construcional e construcionalização em estruturas do tipo *na hora (em) que + oração*. **Odisseia**, Natal, RN, v. 2, n. esp., p. 144-163, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/13181/9022>> Acesso: Nov.2018.

BRAGANÇA, M. L. L. **Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do presente**. 2017. p. 696. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185462>> Acesso em: Mar.2018

BRANDÃO, S. M. Fronteiras da variação sociolinguística: grau de hipoteticidade e alternância verbal em construções condicionais. **Estudos linguísticos**, São Paulo, 46 (1): p. 336-350, 2017. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/viewFile/1667/1217>>. Acesso em: Mar.2018

_____. **Alternância verbal em construções condicionais**. 2018, p. 146. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo

(SP), 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153165>> Acesso em: Mai.2018

BRITO, N. J. A. **A expressão do condicionado contrafactual em construções “se p, então q” no português brasileiro**. 2014, p. 111. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN), 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16316>> Acesso em: Jul. 2018

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge University Press, New York, 2010.

_____. **Língua, uso e cognição**. / Joan Bybee ; tradução Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CARVALHO DIAS, F. M. P. **Variação e funcionalidade modo-temporal no português oral de Fortaleza/CE: futuro do pretérito versus pretérito imperfeito na codificação da eventualidade em construções condicionais**. 2007. P. 126. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8768>> Acesso em: Agos. 2018

CARVALHO, C. S. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista**. 2004, p. 251. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/271022>> Acesso em: Jun.2018

_____. De cláusulas matrizes a construções parentéticas epistêmicas: uma abordagem construcional. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 27, n. 55, p. 17-41, 2o número 2017. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/515/252>> Acesso em: Ago. 2018.

CASTANHEIRA, D; CEZARIO, M. M. Locuções adverbiais de tempo em cartas oficiais do século XIX: motivações para a ordenação. **Revista Soletras**. Dossiê n. 28 – 2014.2. p. 41-59. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/13356>> Acesso em: Agos. 2018.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 768.

CATELÃO, E. M. A Argumentação em cartas de suicídio: análises textual/discursiva e retórica sobre o amor como motivo para o suicídio. **Diálogo das Letras**. Pau dos Ferros, v. 02, n. 01, p. 24 – 52, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/view/547>> Acesso em: Fev.2019

CEZARIO, M. M. Efeitos da criatividade e da frequência de uso no discurso e na gramática. In: _____. **Funcionalismo linguístico: análise e descrição**. / (org.) Edson Rosa de Souza.– São Paulo: Contexto, 2012.

COAN, M. **As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente.** 2003. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84553>> Acesso em: Fev.2018

COMRIE, B. **Aspect.** Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CORNAQ. **Centro de memória do oeste catarinense.** Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/centro-de-memoria-do-oeste-de-santa-catarina.html>> Acesso: Agos.2018

COSTA, A. L. P. **A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro.** 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1997. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/3074/1/615555.pdf>> Acesso em: Agos. 2018

COSTA, S. P. T; FURTADO DA CUNHA, M. A. A construção com verbos de cognição no português brasileiro: um estudo preliminar. **Gragotá**, Niterói, n. 40, p. 250-272. Sem. 2016. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/viewFile/387/545>> Acesso em: Dez. 2018

CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W.; CRUSE, A. **Cognitive linguistics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CUNHA, C; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo.** [1985] 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DANCYGIER, B. **Conditionals and prediction. Time, knowledge and causation in conditional constructions.** Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, v. 87, 1998. 214p.

_____.; SWEETSER, E. **Mental spaces in grammar.** Published in the United States of America by Cambridge University Press, New York. Editora cambridge university press, 2005.

DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista para o estudo de processos linguísticos em gêneros textuais do português em uso. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Volume 8, número 1, junho de 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica/wp-content/uploads/2012/06/revista-linguistica-v8-n1-uma-abordagem-funcionalista-para-o-estudo2.pdf>> Acesso em: Fev.2019

DIAS, M. L. Suicídio: **testemunhos de adeus**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 372 p.

DOMINGOS, R. F. A. **Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado**. 2004. Dissertação (mestrado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC), 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87704>> Acesso em: Fev.2018

ELY, L; BEZ, A. S; STUBE, A. D. A constituição de sentido no discurso publicitário sob a perspectiva da semântica argumentativa. **Revista Letrônica**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 233-246, abr.-jun. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/28686/16999>> acessado em: Fev. 2019

FERNADES, M. P. K. S. **A formação das microconstruções ‘uma vez que’, ‘já que’ e ‘assim que’**: uma abordagem cognitivo-funcional. 2019. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de pós-graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 2019. Disponível em: <<http://www.ppglinguistica.letras.ufrj.br/images/Linguistica/3-Doutorado/teses/2019/tese-biblioteca%20-%20pronto.pdf>> Acesso em: Mai.2019

FERRARI, L. V. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2º sem. 2001. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/11732>>. Acesso em: Ago.2018

FERRARI, M. B. **Construções condicionais**: uma análise semântico-discursiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), 2005. Disponível em: <<http://files.professorivo.webnode.pt/200000022-8458a85522/Constru%C3%A7%C3%B5es%20condicionais%20-%20uma%20an%C3%A1lise%20sem%C3%A2ntico-discursiva.doc>> Acesso em: Jun. 2018

FREITAG, R. M. K. A expressão do passado iminencial em português: formas e contextos de uso. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralin**, Curitiba - Paraná, 2011. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=52732&key=a3f283c99424340529d124fc3bd57728>> Acesso em: Jan. 2019.

_____. Variação em categorias verbais: correlações entre forma e função. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, 40 (2): p. 1121-1132, mai-ago 2011. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1365>>. Acesso em: Jul. 2018.

_____. *et al.* O controle do gênero textual/sequências discursivas na motivação da variação linguística: apontamentos metodológicos. **Odisseia**. n.3, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/download/2051/1485/>> Acesso em: Nov. 2018

_____; ARAUJO, A. S. Passado condicional no português: formas e contexto de uso. **Caligrama**, Belo Horizonte, v.16, n. 2, p. 199-228, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/275251174_O_passado_condicional_formas_e_contextos_de_uso>. Acesso em: Nov. 2018

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E (org.). **Manual de linguística**. 2. Ed. 2012, p. 157-176

_____. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional). In _____: **Sintaxe em foco**. [organizado por] Medianeira Souza... [et. Al.] – Recife, PPGL / UFPE, 2012. (Coleção Letras)

_____.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta** (no prelo), 2013.

_____.; BISPO, E. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da linguística funcional centrada no uso. **Revista do GELNE**, Natal/RN, Vol. 15 Número Especial:2013, p. 53-78. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9410>> Acesso em: Agos.2018

_____.; SILVA, J; BISPO, E. O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. **Revista Linguística** / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume Especial, dez de 2016, p. 55-67. ISSN 2238-975X 1. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>> Acesso em: Jan. 2019

_____.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística Funcional: teoria e prática**. 1ªed. São Paulo. Editora: Parábola, 2015.

GIVÓN, T. **English Grammar: A functional-based introduction**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1993.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishig Company, 1995.

_____. **Syntax: an introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

_____. **Bio-linguistics: The Santa Barbara Lectures**. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing Company, 2002.

GLOBO. **Cartas suicídio**. Disponível em: <<https://www.globo.com/busca/?q=carta+suic%C3%ADdio>> Acesso em: Jun.2019

GONÇALVES, S. C. L. et. al. Estudo de Caso. In: _____. **Introdução à gramaticalização: princípios e aplicação**. Editora Parábola, 2007, p. 91-102.

GÖRSKI, E. M.; ROST, C. A. **Introdução aos estudos gramaticais**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

GRYNER, H. **A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português**. 1990. p. 550. Tese (Doutorado em linguística). Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em:

<<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6121/1/613532.pdf>> Acesso em: Fev. 2018

GUIMARÃES SILVA, J. Q. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal:** das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. 2002, p. 209. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-graduação de Letras. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte (MG), 2002.

HIRATA-VALE, F. B. M. **A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil.** 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999. Disponível em:
<https://www.academia.edu/5387667/A_hipotaxe_adverbial_condicional_no_portugu%C3%AAs_escrito_contempor%C3%A2neo_do_Brasil> Acesso em: Fev. 2018

_____. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil:** contínuo semântico-pragmático. 2005. p. 149. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2005.

HOPPER, P; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization.** 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ILARI, R. **A expressão do tempo em português.** (Repensando a língua portuguesa) 2 ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 11-20.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos.** / William Labov; tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. – São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

LANGACKER, R. **Cognitive grammar:** a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

LOPES, C. R. S. A gramaticalização de ‘a gente’ em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 4, n.1 (47-80), julho de 2004. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/7728/7098>> Acesso em: Dez. 2018.

MATEUS, M. H. M et al. **Gramática da língua portuguesa.** 5. ed. Lisboa: Almedina, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **DIONÍSIO**, Ângela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A. (Org.) Gêneros Textuais e Ensino. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDES, L. C. **As figuras de linguagem na gramática secundária de Said Ali e na moderna gramática portuguesa de Evanildo Bechara: um estudo descritivo-analítico.** 2010. f.118. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14185>> Acesso em: Mai.2019

MOREIRA, B. L. **A construção temporal [XTEMP+ (EM) + QUE + O] no português brasileiro.** 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. FRN/PPGEL: Natal-RN, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_beb7eb5d42b35c4e29b6259553d928e1> Acesso em: Nov. 2018

MOTTA, D. G. N.; FERREIRA, V. P.; RODRIGUES, V. V. Ordem e papel dos conectores nas condicionais. **Filologia.** Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Sem ano. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/15/14.htm>> Acesso em: Maio. 2019.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática do português falado.** 2ª Ed. – São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. **Gramática de usos do português.** São Paulo. Editora: UNESP, 2000.

_____. **Gramática de usos do português.** 2ed. São Paulo. Editora: UNESP – 2011.

_____. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros.** / Maria Helena de Moura Neves. – São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

OLIVEIRA, M. R. Tendências atuais da pesquisa funcionalista. In: _____. **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas.** / Edson Rosa de Souza (org.) – São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, T. P.. **As conjunções e orações condicionais no português do Brasil.** 2008. p. 155. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciência e Letras, Unesp/Araraquara, São Paulo (SP), 2008. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/1377> Acesso em: Agos. 2018

_____. Conjunções adverbiais no português. **Rev. Estudos Linguísticos.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/5754/5025>> Acesso em: Fev.2019

_____. A construção [Supondo _que]CON. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 48, n. 1, p. 370-383, abr. 2019. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/2372/1500>> Acesso em: Mai.2019

_____ ; HIRATA-VALE, F. A condicionalidade com zona conceitual. **DELTA** [online]. 2017, vol.33, n.1, pp.291-313. ISSN 0102-4450. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-445093873435053141>>. Acesso em: Jun.2018

OLIVEIRA, F. A. L. **A variação na apódose entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em contextos hipotéticos na fala de alagoanos**: as categorias semântico-discursivas de tempo, aspecto e modalidade. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge Textbooks in Linguistics. New York: Cambridge University Press, 2001. Pp. 236

PAREDES SILVA, V. L. **Cartas cariocas**: a variação do sujeito na escrita informal. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística. Faculdade de Letras, Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

_____. Variação nos processos de referenciação correlacionada a gêneros do discurso. **Revista do GELNE**, Natal/RN, Vol. 14 Número Especial: 273-300. 2012.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. / Mário A. Perini, 1943. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PUC-Rio. O Funcionalismo: fundamentação teórico-metodológica. **PUC-Rio** – p. 24-41. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10437/10437_3.PDF>. Acesso em: Jun.2018

RAMOS, J. M.; MAIA, F. P. Do estatuto pronominal de ‘a gente’ e cliticização. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (1): p. 390-400, jan-abr. 2015. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/897/493>> Acesso em: Jun.2018

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da língua portuguesa** / Rocha Lima. 49 ed – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011 [1972].

ROSÁRIO, I.; OLIVEIRA, M. Funcionalismo e Abordagem Construcional da Gramática. **Alfa**, São Paulo, v.60, n.2, p.233-259, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n2/1981-5794-alfa-60-2-0233.pdf>>. Acesso em: Agos. 2018.

ROST SNICHELOTTO, C. A; GÖRSKI, E. M. (Inter)subjetivação de marcadores discursivos de base verbal: instâncias de gramaticalização. **Alfa**. São Paulo, 55 (2), p. 423-455. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v55n2/04.pdf>> Acesso em: Fev.2019.

SAID ALI, M. **Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa**. 3ª. Edição. Brasília, Editôra Universidade de Brasília, 1964.

_____. **Gramática secundária da língua portuguesa**. 7ª ed. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1966.

_____. **Gramática secundária da língua portuguesa.** São Paulo. Melhoramentos, 1969.

SANTOS SILVA, T. **A formação de conectores concessivos e concessivo-condicionais instanciados pelo esquema [Xque] em português:** uma análise construcional de mudança. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ). 2019.

TJSC. **Museu do judiciário catarinense.** Poder Judiciário de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/museu>> Acesso em: Dez. 2018

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes.** Great Clarendon Street, Oxford, ox2 6dp, United Kingdom, 2013.

TRAVAGLIA, L. C. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. **Revista GELNE**, vol. 4, 2002. p. 1-10. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9112/6466>> Acesso em: Mai.2019

_____. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão.** / Luiz Carlos Travaglia. - 5. ed. - Uberlândia : EDUFU, 2014.

TWITTER, 2018. **Rede social.** Disponível em: <<https://twitter.com/MidiaNINJA/status/1061941664586051585>>. Acesso em: Jun. 2018

TWITTER, 2018. **Rede social.** Disponível em: <https://twitter.com/ce_wert/status/1061944828307668993>. Acesso em: Jun. 2018

TWITTER, 2018. **Rede social.** Disponível em: <<https://twitter.com/LaskoskiLuiz/status/1062328449874968576>>. Acesso em: Jun. 2018

TWITTER, 2018. **Rede social.** Disponível em: <<https://twitter.com/FrasesDeRenato/status/1061944223442853890>>. Acesso em: Jun. 2018

UNOCHAPECÓ. **Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM.** Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/centro-de-memoria-de-santa-catarina>> Acesso em: Agos.2018

VOTRE, S. J.; NARO, A. J. Mecanismos funcionais do uso da língua. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C (orgs.). **Variação e Discurso.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996

APÊNDICE A – CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DA AMOSTRA

<i>CARTAS PESSOAIS DE “ADEUS”</i>		
N.	CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS	CRITÉRIOS LINGUÍSTICOS
1	[...] é verdade que a mãe disse que <u>se eu fosse no baile e dançasse com você ela não me levaria mais,</u> e daí eu disse que se era assim seria bom que você nem fosse. (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12).	Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Expositiva
2	[...] e daí eu disse que <u>se era assim seria bom que você nem fosse</u> [...] (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12).	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência discursiva: Expositiva
3	[<i>Post scriptum</i>] <u>Se hoje teu futuro é amargo, amanhã será doce.</u> (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978. cart.12).	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência discursiva: Argumentativa
4/5	[<i>Post scriptum</i>] <u>Se um dia souber, que te esqueci, reze por mim</u> porque, nesse dia morri (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978. cart.12/13); ⁶⁶	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Deontica Sequência discursiva: Argumentativa
6	<i>Jair</i> o destino brincou comigo mais uma vez desdo começo eu esperava por isso <u>Se for nosso destino um dia nos encontramos e seremos felizes,</u> ou senão	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Projeção futura

⁶⁶ Esta frase foi escrita em duas cartas diferentes (pelo mesmo remetente) e por isso contabilizamo-las duas vezes.

	acontecera como na música de Mariazinha e Zezinho.[...] (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12).	Modalidade: Epistêmica Sequência Discursiva: Argumentativa
7	<u>Jair por que você faz tudo isso, a vida é bacana amor, vamos esperar que o nosso dia chegará, mas quando será</u> (CEOM/VMPOSC r.05F, 1978, cart.13) ⁶⁷ .	Ordem: Inversa Tipo de conjunção: Elipse (ausência) Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Presente Modalidade: Epistêmica Sequência Discursiva: Argumentativa
8	<u>Jair se acalme e não cometa locura nenhuma, nós somos novos e temos muito o que passar, e se você fizer alguma coisa eu é que ficarei com remorsos e tristeza [...]</u> (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13).	Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência Discursiva: Argumentativa
9	E o pai e a mãe tem razão, porque eles disseram, que não desprezam você, mas nós somos novos e <u>se nós quando formos bem mais velhos e adultos, com a nossa idade, e nos amarmos ainda, eles não vão se opor, ficar contra, [...]</u> . (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13).	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição Verbal: Forma simples Expressão Temporal: Projeção futura com base no presente Modalidade: Epistêmica Sequência discursiva: Argumentativa
10	<u>Se você quiser ir lá no centro, eu vou quinta-feira dia 28/09/78, fale com a mana, se ela não vai também dai seria melhor, você precisa disso mesmo para se acalmar. conversando com calma a gente se entende. [...]</u> (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978, cart.13);	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição Verbal: Perifrástica (prótase) Expressão Temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência discursiva: Argumentativa
	<u>[...] se ela não vai também dai seria melhor, você precisa disso mesmo para se acalmar.</u>	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica

⁶⁷ Nesta construção, realizamos alguns testes, como a inserção de conectores como “já que”, “se”, “pois”. Além disso, consideramos o contexto discursivo na análise da construção.

11	conversando com calma a gente se entende. (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978. cart.13);	Composição Verbal: Forma simples Expressão Temporal: Projeção futura Modalidade: Deôntica Sequência discursiva: Argumentativa
12	[...] e eu descansei dos desgosto que eu tinha na vida <u>se eu tivesse ficado aqui com você <i>Silvia</i>, eu não tinha feito isto</u> porque você foi irmão para mim e também é um quinhada. (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14).	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Perifrástica Expressão temporal: Projeção futura ancorada no passado Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Argumentativa
13	Se eu tivesse morado com você.... (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14);	Ordem: Sem apódose Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Perifrástica Expressão temporal: Tempo passado Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Argumentativa
14	Olhe <i>Beatriz</i> faça o que você quiser porque <u>se você quiser leva para frente pode levar.</u> (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.15).	Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Perifrástica (prótase) Expressão temporal: Projeção futura com base no presente Modalidade: Epistêmica Sequência discursiva: Argumentativa
15	Eu não sei, se você sente o mesmo por mim, porém tanto faz. <u>Se tu não queres namorar comigo seja au menos minha amiga.</u> Sei que estou passando um mo- mento difícel pois como tú sabés perdi minha mãe e seria mais ruim ainda de perder você <i>Joana</i> . (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23);	Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Perifrástica (prótase) Expressão temporal: Projeção futura com base no presente Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Argumentativa

16	<p><u>Desculpe se eu me apaixonei pela pessoa errada,</u> igualmente me mande sua resposta, pois estou esperando-a com esperanças de que você goste de mim. (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23).</p>	<p>Ordem: Inversa Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Presente com base em momentos anteriores Modalidade: Deôntica Sequência discursivas: Argumentativa</p>
17	<p><u>Alex ajude (no) o que pode a Joana pois apesar de tudo eu gosto dela.</u> (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.24)⁶⁸.</p>	<p>Ordem: Inversa Tipo de Conjunção: Elipse (ausência) Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Presente Modalidade: Deôntica Sequência discursivas: Argumentativa</p>
18	<p>[...] o meu endereço daqui do hospital não vou mandar porque não sei até quando vou ficar aqui, mais <u>se queres responder é fácil,</u> <u>o endereço é (Rosa Sales Hotel Paraná).</u> (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16);</p>	<p>Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Perifrástica (prótase) Expressão temporal: Presente Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Injuntiva</p>
19	<p><u>Ana</u> ja estou pensando que vou fazer da minha vida quando eu sair daqui, porque ia em Chapecó <u>se não for para viver com vocês não</u> <u>quero mais</u> nem me pintando de ouro, eu dum lado da cidade com a vida triste e vocês do outro! [...] (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16);</p>	<p>Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples (seguida de infinitivo) Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Deôntica Sequência discursivas: Argumentativa</p>
20	<p>Vendo pela pior da hipótese para eu viver lá <u>se desse pelo menos eu dormir lá naquela cozinha de vocês,</u> porque para comer ja estou acostumado na base do pão e linguiça</p>	<p>Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples (seguido de infinitivo)</p>

⁶⁸ Nesta construção, realizamos paráfrase [Se puder, ajude a Joana, pois apesar de tudo, eu gosto dela]. Além de considerarmos o contexto discursivo da construção.

	(salame) como aqui em Rosa. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).	Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Argumentativa
21	Aqui aonde estou é bom mais também é brabo estou no quinto andar e <u>sair daqui só se for de paraquedas</u> porque a porta do elevador está sempre chaviada. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).	Ordem: Inversa Tipo de Conjunção: Restritiva Composição verbal: Forma simples (seguido de infinitivo) Expressão temporal: Presente Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Expositiva
22	<u>Tu diz para o Marcos que se ele não vendeu aquele toca fita,</u> para não botar fora, <u>que eu compro ele,</u> porque ele me ofereceu quando eu estive ai e pago na boca da guaica. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.17);	Ordem: Inversa Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Presente Modalidade: Deontica Sequência discursivas: Injuntiva
23	Quando terminar de ler esses garanchos testrua no fogo porque os covardes andam por aí. <u>Só use isso como provas para defender qualquer inocente.</u> (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.20);	Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Restritiva Composição verbal: Forma simples (seguido de infinitivo) Expressão temporal: Projeção futura Modalidade: Deontica Sequência discursivas: Injuntiva
24	<u>Meus filhos faço um pedido se eu for internado mais uma vez no mesmo hospital de loucos</u> como já fui não quero nada só não me deixem espero que me man- dem papeis e lápis ou canetas para eu escrever como eu ja sofri e contar o quanto sofri. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21)	Ordem: Inversa Tipo de Conjunção: Prototípica Composição verbal: Perifrástica (prótase) Expressão temporal: Projeção futura apoiada no presente Modalidade: Deontica Sequência discursivas: Argumentativa

25	<p>[<i>post scriptum</i>] <u>Se se levantar alguma pendência entre dois homens...</u> (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21).</p>	<p>Ordem: Sem apódose Tipo de conjunção: Prototípica Composição verbal: Forma simples Expressão Temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência Discursiva: Argumentativa</p>
26	<p>Pessoas que eu confiei me colocaram nessa situação que estou, primeiro a que eu mais confiava, vou por as iniciais <u>é só raciocinar e saberão quem são L. R mulher A. B homem S.M.Q homem.</u> (CEOM/VMPOSC, r.01F, 1976, cart.05)⁶⁹.</p>	<p>Ordem: Canônica Tipo de conjunção: Restritivo Composição Verbal: Forma simples Expressão Temporal: Projeção futura Modalidade: Epistêmica Sequência Discursiva: Injuntiva</p>
27	<p>[...] agora <u>não tenho mais razões para viver, estou louca desde que soube de meus 30 dias, para retirar-me da firma.</u> (CEOM/VMPOSC, r.01F, 1976, cart.05).</p>	<p>Ordem: Inversa Tipo de conjunção: Conector com “que” Composição Verbal: Forma simples Expressão Temporal: Presente Modalidade: Epistêmica Sequência Discursiva: Argumentativa</p>
28	<p>Não erreparem os eros porque troco muito o m pelo n e faço o ó sempre parecendo com a. <u>Mais quem é adivinhão entende bem o que eu escrevo</u> (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21)⁷⁰.</p>	<p>Ordem: Canônica Tipo de Conjunção: Elipse (ausência) Composição verbal: Forma simples Expressão temporal: Presente Modalidade: Epistêmica Sequência discursivas: Expositiva</p>

⁶⁹ Com base no contexto discursivo maior, consideramos esta construção como uma construção condicional, uma vez que a remetente deixa em suspenso os que nomeia de ‘culpados’, sendo dever do interlocutor raciocinar para saber quem são (relação de causa > consequência). Ou seja, o sentido da frase está nessa relação e envolve condicionalidade, uma vez que “se raciocinar, saberá quem é”. Ademais, verifica-se o conector restritivo “só” e o conector “e”, que, como explicado por Hirata-Vale (2005), implicam condicionalidade.

⁷⁰ Entendemos que esta construção apresenta uma relação causal de condicionalidade, uma vez que para entender o que o remetente escreve, deve-se ser “adivinhão”, isto é, “se for adivinhão, então entende bem o que escrevo”. Segundo Bittencourt (2014), as construções relativas podem se assemelhar semanticamente às condicionais - como neste caso.